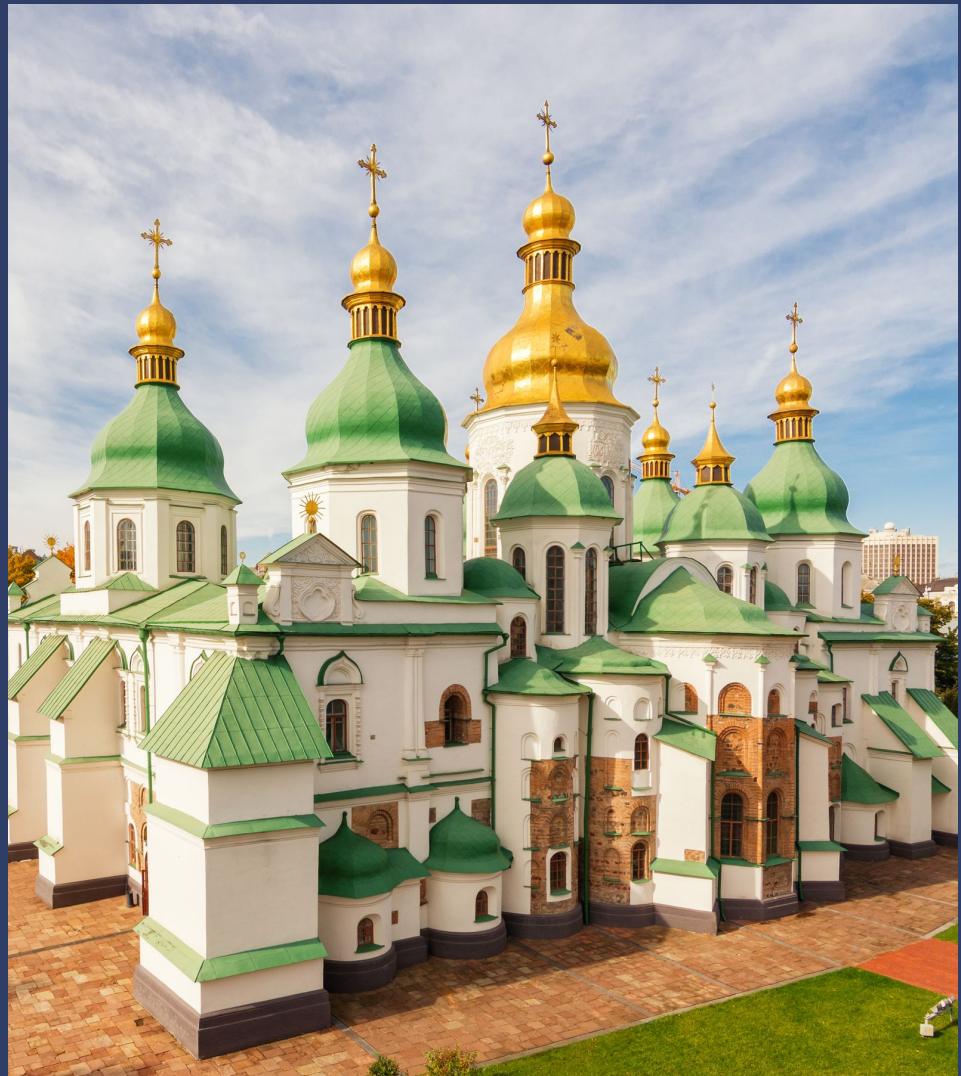


Revista de Estudos Eurasiáticos

Periódico acadêmico semestral
Ano 1, volume 1, número 1



Revista de Estudios Eurasiáticos

ISSN: 2965-7970

Revista de Estudos Eurasiáticos

PT A Revista de Estudos Eurasiáticos é uma revista semestral lançada em janeiro de 2024 e pretende contribuir para a divulgação de textos acadêmicos originais que têm como foco a Eurásia em suas dinâmicas geopolíticas, políticas, sociais, econômicas, jurídicas e/ou culturais. Nesta publicação, por Eurásia, entende-se Europa Centro-Oriental (Belarus, Bulgária, Eslováquia, Federação Russa, Hungria, Moldávia, Polônia, República Tcheca, Romênia, Ucrânia), Países Bálticos (Estônia, Letônia, Lituânia), certas regiões do Sul Europeu (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Kosovo, Macedônia do Norte, Montenegro, Sérvia), Ásia Central (Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão) e Cáucaso (Armênia, Azerbaijão, Geórgia). A revista também considera regiões limítrofes que, para o estudo de tópicos relacionados a esta grande área, são histórica e culturalmente relevantes, tais como Afeganistão, Grécia, Turquia, Xinjiang, entre outros. Temas que incluam elementos vinculados às regiões acima juntamente com outras regiões do globo em seu conteúdo também fazem parte do escopo da revista, desde que os primeiros desempenhem um papel central na análise. O periódico aceita escritos nos idiomas português, espanhol e inglês e os recebe em fluxo contínuo. As opiniões presentes nas contribuições publicadas pela revista são de responsabilidade única de quem as redatou.

ES La Revista Brasileña de Estudios Euroasiáticos es una revista semestral lanzada en enero de 2024 y tiene como objetivo contribuir a la difusión de textos académicos originales centrados en Eurasia en su dinámica geopolítica, política, social, económica, jurídica y/o cultural. En esta publicación, por Eurasia se entiende Europa Central y Oriental (Bielorrusia, Bulgaria, Eslovaquia, Federación Rusa, Hungría, Moldavia, Polonia, República Checa, Rumanía, Ucrania), los países bálticos (Estonia, Letonia, Lituania), algunas regiones del sur de Europa (Albania, Bosnia y Herzegovina, Croacia, Eslovenia, Kosovo, Macedonia del Norte, Montenegro, Serbia), Asia Central (Kazajstán, Kirguistán, Tayikistán, Turkmenistán, Uzbekistán) y el Cáucaso (Armenia, Azerbaiyán, Georgia). La revista también tiene en cuenta regiones limítrofes que son histórica y culturalmente relevantes para el estudio de temas relacionados con esta amplia zona, como Afganistán, Grecia, Turquía y Xinjiang, entre otras. También forman parte del ámbito de la revista temas que incluyan en su contenido elementos vinculados a las regiones mencionadas junto con otras regiones del globo, siempre que las primeras desempeñen un papel central en el análisis. La revista acepta contribuciones en portugués, español e inglés y las recibe de forma continua. Las opiniones expresadas en las contribuciones publicadas por la revista son responsabilidad exclusiva de sus autores.

EN The Brazilian Journal of Eurasian Studies is a biannual journal launched in January 2024 and aims to contribute to the dissemination of original academic texts focusing on Eurasia in its geopolitical, political, social, economic, legal and/or cultural dynamics. In this publication, Eurasia means Central and Eastern Europe (Belarus, Bulgaria, Czech Republic, Hungary, Moldova, Poland, Romania, Russian Federation, Slovakia, Ukraine), the Baltic countries (Estonia, Latvia, Lithuania), certain regions of Southern Europe (Albania, Bosnia and Herzegovina, Croatia, Kosovo, Montenegro, North Macedonia, Serbia, Slovenia), Central Asia (Kazakhstan, Kyrgyzstan, Tajikistan, Turkmenistan, Uzbekistan) and the Caucasus (Armenia, Azerbaijan, Georgia). The journal also considers bordering regions that are historically and culturally relevant for the study of topics related to this large area, such as Afghanistan, Greece, Turkey, Xinjiang, among others. Topics that include elements linked to the above regions along with other regions of the globe in their content are also part of the journal's scope, as long as the former play a central role in the analysis. The journal accepts submissions in Portuguese, Spanish and English and receives them on a rolling basis. The opinions expressed in the contributions published by the journal are the sole responsibility of those who wrote them.

Equipe Editorial

Editor-chefe

Flávio Augusto Lira Nascimento *Universidade Federal do Pampa, Brasil*

Comissão Editorial

Anna Carletti *Universidade Federal do Pampa, Brasil*

Fábio Régio Bento *Universidade Federal do Pampa, Brasil*

Guilherme Howes Neto *Universidade Federal do Pampa, Brasil*

Lucélia Ivonete Juliani *Universidade Federal do Pampa, Brasil*

Renato José da Costa *Universidade Federal do Pampa, Brasil*

Vanessa Dorneles Schinke *Universidade Federal do Pampa, Brasil*

Conselho Editorial

André Cavaller Guzzi *Fundação Getúlio Vargas, Brasil*

André da Silva Redivo *Universidade Federal do Pampa, Brasil*

Bruno Hendler *Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Carmela Marcuzzo do Canto Cavalheiro *Universidade Federal do Pampa, Brasil*

Diego Hernández Nilson *Universidad de la República, Uruguai*

Filipe Almeida do Prado Mendonça *Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Janina Onuki *Universidade de São Paulo, Brasil*

Juliana de Paula Bigatão Puig *Universidade Federal de São Paulo, Brasil*

Laura Alves Scherer *Universidade Federal do Pampa, Brasil*

Leonardo Ulian Dall'Evedove *Escola Superior de Defesa, Brasil*

Contato:

Grupo de Estudos da Eurásia

Universidade Federal do Pampa

Rua Barão do Triunfo, 1048, Santana do Livramento – RS

CEP: 97573-634

Brasil

E-mail: contato@geseu.org

Uma publicação do

Grupo de Estudos
da Eurásia 

Ilustração da capa: Arquivo:80-391-0151 Kyiv St.Sophia's Cathedral RB 18 2 (cropped).jpg. (4 de junho de 2023). Wikimedia Commons. Acessado em 4 de novembro de 2023 em [https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:80-391-0151_Kyiv_St.Sophia%27s_Cathedral_RB_18_2_\(cropped\).jpg&oldid=770857087](https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:80-391-0151_Kyiv_St.Sophia%27s_Cathedral_RB_18_2_(cropped).jpg&oldid=770857087).



Revista de Estudos Eurasiáticos

Volume 1, número 1 (jan/24 - jun/24)

| | |
|---|----|
| Editorial | ii |
| As teorias de Dugin, Mackinder e Spykman: três conceitos de Eurásia e suas implicações para a Rússia..... | 1 |
| <i>Valdir da Silva Bezerra</i> <i>Fernanda Martins Feijó Pinheiro</i> | |
| "O tempo desses partidos passou"? O partido Plataforma de Oposição - Pela Vida (OPZZh) e a política pró-russa na Ucrânia em meio à Guerra Russo-Ucraniana | 10 |
| <i>Gustavo Oliveira Teles de Menezes</i> | |
| Geopolítica da fome: o Holodomor como instrumento de contenção do nacionalismo ucraniano | 25 |
| <i>Cristiane Barboza Lopes da Silva</i> <i>Guilherme dos Santos Schmeling</i> <i>Karolayni Baldoni Costa</i> | |
| O retorno do Lei e Justiça ao poder: uma análise da política externa polonesa para a União Europeia e a Rússia durante o primeiro governo de Andrzej Duda (2015-2020) | 34 |
| <i>Bruna da Silva Mandu</i> | |
| Normas para submissão | 50 |

Editorial

Flávio Augusto Lira Nascimento

O primeiro número da Revista de Estudos Eurasiáticos nasce do desejo de proporcionar uma publicação voltada ao público entusiasta da macrorregião da Eurásia em suas diversas esferas. A iniciativa, oriunda de treze anos de pesquisas, trocas e impressões desenvolvidas no Grupo de Estudos da Eurásia, pretende fornecer um espaço aberto e científico para a expansão dos estudos e das produções voltadas a esta macrorregião. A crescente comunidade luso- e hispanoparlante que trabalha com estas temáticas sob perspectivas políticas, geopolíticas, econômicas e jurídicas, além das mais variadas áreas dos estudos culturais, nem sempre encontra com facilidade um periódico que possa servir como destino e referência para artigos, resenhas e análises conjunturais. Esta revista tem como proposta contribuir para a construção de um espaço como este.

Este número inaugural conta com o artigo de Valdir da Silva Bezerra e de Fernanda Martins Feijó Pinheiro (*As teorias de Dugin, Mackinder e Spykman: três conceitos de Eurásia e suas implicações para a Rússia*), apresentando considerações acerca dos conceitos de Eurásia consagrados na geografia política, além das recentes conceitualizações duginianas e como isto se liga ao contexto geopolítico atual da Rússia. Em seguida, Gustavo Oliveira Teles de Menezes – “*O tempo desses partidos passou*”? *O partido Plataforma de Oposição - Pela Vida (OPZZh) e a política pró-russa na Ucrânia em meio à Guerra Russo-Ucraniana* – explora a história e o percurso do partido ucraniano pró-russo “Plataforma de Oposição - Pela Vida (OPPZh)”, fenômeno significativo em especial no contexto da guerra iniciada em 2022. Cristiane Barboza Lopes da Silva, Guilherme dos Santos Schmeling e Karolayni Baldoni Costa (*Geopolítica da fome: o Holodomor como instrumento de contenção do nacionalismo ucraniano*) apresentam sua discussão acerca do Holodomor, um dos episódios mais traumáticos da história ucraniana no século XX e que segue envolto em controvérsias historiográficas. Por fim, Bruna da Silva Mandu – *O retorno do Lei e Justiça ao poder: uma análise da política externa polonesa para a União Europeia e a Rússia durante o primeiro governo de Andrzej Duda (2015-2020)* – apresenta seu estudo sobre Andrzej Duda e seu partido, o Lei e Justiça (PiS), com vistas ao seu impacto na política externa da Polônia; mais precisamente, nas relações entre Varsóvia, de um lado, e Moscou e Bruxelas, de outro.

A Revista de Estudos Eurasiáticos buscará sempre a contribuição da comunidade acadêmica interessada nesta região tão importante e tão definidora das relações internacionais mundiais. Convidamos todas as pessoas desejosas de cooperar com esta publicação a submeterem seus textos e a divulgarem esta revista a quem acreditarem ter interesse na temática. Esta revista aceitará também contribuições em língua inglesa, mas cabe reiterar que, com muita alegria, vemos, nos últimos anos, o crescimento exponencial de estudos vinculados à Eurásia em língua portuguesa e espanhola. Isto indica a abertura de sendas para novas perspectivas e resultados de pesquisa ainda mais enriquecedores vindos de uma comunidade de estudiosos tão apaixonada e diversa, a qual busca desvendar as inúmeras facetas desta que é uma das regiões mais fascinantes do globo. Esperamos que a nossa revista seja um ativo – e um porto seguro – para os que quiserem fazer parte desta história.

Santana do Livramento, 25 de janeiro de 2024

As teorias de Dugin, Mackinder e Spykman: três conceitos de Eurásia e suas implicações para a Rússia

The theories of Dugin, Mackinder and Spykman: three concepts of Eurasia and their implications for Russia

DOI: <https://doi.org/10.62496/geseu.v1n1.001>

Valdir da Silva Bezerra

Grupo de Estudos sobre o BRICS, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

sb1.valdir@gmail.com 

Fernanda Martins Feijó Pinheiro

Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais, Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, Brasil

fernandafeijo21@gmail.com 

Resumo

Um dos três símbolos oficiais do Estado russo (além da bandeira e do hino nacional) é o brasão com a figura da “Águia Bicéfala”, representando a natureza dual do país, cujo olhar volta-se ao mesmo tempo para a Europa e para a Ásia. Não sem razão, a ideia de “Eurásia” (confluência desses dois continentes) figura como uma das questões mais controversas entre as elites políticas e acadêmicas tanto na Rússia como no Ocidente. Enquanto nos países Ocidentais o termo refere-se sobretudo ao “espaço pós-soviético”, na Rússia ele incorpora a noção de uma “civilização singular”, cujo destino estaria ligado à integração de um gigantesco espaço territorial e geopolítico que se estende da Europa Oriental até o Leste da Ásia. Abarcando, por sua vez, três conceitos distintos a respeito de Eurásia, elaborados pelo filósofo russo Alexandr Dugin e pelos teóricos ocidentais Halford Mackinder e Nicholas Spykman, este artigo busca identificar suas implicações para a Rússia contemporânea.

Palavras-chave: Eurásia; Heartland; Rimland; Política Externa Russa; Geopolítica.

Abstract

One of the three official symbols of the Russian state (in addition to the flag and the national anthem) is the coat of arms with the figure of the “two-headed eagle”, representing the dual nature of the country, whose gaze turns to Europe and Asia at the same time. Not without reason, the idea of “Eurasia” (the confluence of these two continents) is one of the most controversial issues among political and academic elites in both Russia and the West. While in Western countries the term refers mainly to the “post-Soviet space”, in Russia it incorporates the notion of a “singular civilization”, whose destiny would be linked to the integration of a gigantic territorial and geopolitical space stretching from Eastern Europe to East Asia. Taking three different concepts of Eurasia, elaborated by Russian philosopher Alexandr Dugin and Western theorists Halford Mackinder and Nicholas Spykman, this article seeks to identify their implications for contemporary Russia.

Keywords: Eurasia; Heartland; Rimland; Russian Foreign Policy; Geopolitics.

Recebido: 15 de outubro de 2023

Aceito: 31 de outubro de 2023

Conflitos de interesse: não foram declarados quaisquer conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhada Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais e no caso de ser transformado ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

O campo da geopolítica tradicionalmente analisa a relação entre os países e os territórios, assim como sua ligação direta com as disputas de poder vigentes no mundo. Eventos como a formação de alianças, percepção de ameaças e a eclosão de conflitos armados estão intimamente vinculadas tanto às características geográficas dos atores envolvidos quanto às escolhas políticas que fazem. Nesse contexto, e em especial no âmbito da geopolítica global contemporânea, uma das áreas que mais tem suscitado o interesse global e público é a Eurásia.

Basta-nos lembrar que o cientista político radicado nos Estados Unidos Zbigniew Brzezinski, em sua obra “O Grande Tabuleiro de Xadrez: Primazia Americana e Suas Imperativas Geoestratégicas”, se dedica no capítulo de nome “A geoestratégia para a Eurásia” a oferecer alguns insights valiosos sobre o poder dessa região, como pode ser visto pela afirmação a seguir:

[A] Eurásia é o lar da maioria dos Estados politicamente assertivos e dinâmicos do mundo. Todos os pretendentes históricos ao poder global tiveram origem na Eurásia. Os aspirantes mais populosos do mundo à hegemonia regional, China e Índia, estão na Eurásia, assim como todos os possíveis desafiantes políticos ou econômicos à primazia americana (BRZEZINSKI, 1997, p.50; tradução nossa)¹.

A relevância geopolítica da Eurásia destacada por Brzezinski no século XX continua claramente refletida na atenção contínua que a região em questão tem recebido em nível global nos últimos tempos. Aliada a numerosas populações, a seu potencial econômico substancial e em função da presença de recursos naturais vultosos, a Eurásia vislumbra o aumento de sua influência para os grandes tomadores de decisão contemporâneos. Com a guerra na Ucrânia, por sua vez, ratifica-se o papel da Eurásia como o “coração do mundo geopolítico” à luz das ideias de pensadores como Alexandr Dugin, Halford Mackinder e Nicholas Spykman.

Afinal, quais poderiam ser as relações entre as diferentes visões de Eurásia (ocidental e russa) propostas por esses autores e a atuação de Moscou em seu exterior próximo? O intuito deste artigo é responder justamente a essa pergunta. Para isso, iniciamos por uma análise dos principais componentes do Eurasianismo Duginiano, seguindo então para os conceitos de *Heartland* de Mackinder e, por fim, para o conceito de *Rimland* elaborado pelo teórico Nicholas Spykman.

Eurásia como ponto focal da oposição Rússia-Occidente

Uma Análise de Dugin e Mackinder

Alexandr Dugin é um pensador e conselheiro político russo que muitos no Ocidente consideram ter alguma influência sobre o governo e sobre as decisões de Vladimir Putin. Segundo ele, durante séculos a Rússia buscou uma alternativa ao modelo Ocidental de desenvolvimento, desde o conflito “entre a Igreja Ortodoxa Russa e as Igrejas Católica e Protestante, até [...] o confronto entre diferentes sistemas socioeconômicos no século XX” (DUGIN, 2014, tradução nossa).

Já no século XXI a oposição entre Rússia e Ocidente será caracterizada pela disputa entre eurasianistas (a saber, pelas “civilizações da terra”, tendo a Rússia como seu centro) e atlanticistas (as “civilizações do mar”, tendo os Estados Unidos como centro); nesse sentido, a Eurásia, segundo Dugin (2014), deverá ter como seu princípio fundamental a rejeição ao Atlanticismo, manifestado pelos valores liberais promovidos pelo Ocidente. Dugin, afinal, defende a “pluralidade de sistemas de valores” em oposição ao modelo Ocidental de pretensões hegemônicas e a defesa da tradição e da religião contra o

¹ Países identificados por Brzezinski em 1997 como “aspirantes à hegemonia regional” (como China e Índia por exemplo) têm apresentado um desempenho notável nos últimos anos em termos de crescimento econômico, superando não apenas a média global, mas também os Estados Unidos e os países do atual G7.

materialismo individualista europeu e norte-americano².

Vale lembrar que o próprio presidente russo Vladimir Putin também enxerga a promoção de valores liberais (sobretudo pelos americanos) como uma ameaça à soberania cultural dos Estados (MAZARR *et al*, 2018). No limite, tais valores seriam um disfarce para ideologias expansionistas, baseadas na propagação de padrões específicos de cultura e de comportamentos (TSVETKOVA, 2017) que não são condizentes com as tradições e com a história da Rússia. Para Putin, assim como para o próprio Dugin, uma das principais tarefas da Eurásia consiste na preservação de sua identidade civilizacional frente a influências externas que procuram minar os valores e as tradições de seus povos locais.

Ora, enquanto na Guerra Fria tal oposição entre civilizações assumiu um corolário econômico em torno da disputa socialismo *versus* capitalismo, hoje ela reveste-se de um discurso sobre tradicionalismo *versus* modernidade. Logo, um dos fatores a explicar a hostilidade americana (e Ocidental de um modo geral) à Rússia de Putin se dá pelo fato de Moscou representar o principal obstáculo à expansão dos valores liberais do Ocidente para dentro do continente eurasiático. Em vista desse quadro, Dugin enxerga na Rússia um dos principais centros de influência do mundo multipolar.

Dugin também considera que é a geopolítica quem determina a luta dialética entre as civilizações da terra (Eurásia) e do mar (atlanticistas), influenciando, assim, o processo histórico de desenvolvimento das nações. Nesse sentido, Dugin (2014) defende que “cada sociedade [...] tem o direito inalienável de [viver de acordo com] suas próprias normas e valores”, não devendo se dobrar a imposições externas de nenhuma natureza. Não obstante, o autor considera que “a Rússia está destinada a se tornar a líder de uma nova alternativa global e eurasiática à visão ocidental [...] do mundo” (DUGIN, 2014) com Moscou trabalhando ao lado da China pela criação de uma ordem global multipolar e não-ocidental.

Se, por um lado, o Eurasianismo Duginiano possui tons mais civilizacionais, o Eurasianismo esposado por Mackinder constitui-se como uma tese propriamente geoespacial. Tomemos como exemplo os conceitos de Eurásia presentes na obra *The Geographical Pivot of History* (O Pivô Geográfico da História) de 1904, escrita pelo geógrafo inglês Halford Mackinder (1861-1947). Nela, Mackinder descreve a Rússia como o principal ocupante de um enorme espaço territorial que ele chamou de “Ilha-Mundo”, abrangendo os continentes europeu, asiático e africano. Nessa “Ilha-Mundo” o *Heartland* (região central) seria o núcleo “terrestre de todo o continente eurasiático” (DUGIN, 2016), cuja maior parte era dominada pelo Império Russo. Ademais, Mackinder foi quem expôs a ideia de que quanto maior o controle territorial de um Estado, maior seu poderio econômico e militar. Dessa forma, o poder terrestre contido na Eurásia seria fundamental para qualquer potência que pretendesse atingir uma condição de *primus inter pares* no sistema internacional.

Delineando as vantagens geográficas da Eurásia, Mackinder sugeria que o espaço então ocupado pelo Império Russo oferecia a possibilidade de formação de uma “entidade política autossuficiente”, repleta de abundantes recursos naturais e humanos.

² No Ocidente, de um modo geral, o homem é geralmente apresentado como um indivíduo “atomizado”, com o reconhecimento de sua liberdade obrigando a sociedade a ‘adequar-se’ a suas demandas particulares, de modo que: “o indivíduo não se curve ao mundo e sim o mundo ao indivíduo”; desse tipo de entendimento resultaria então o caráter essencialmente individualista da civilização Ocidental e seus impulsos por dominação sobre o mundo externo, ou seja, sobre as demais sociedades do globo. A Rússia, por seu turno, funcionaria segundo um entendimento mais “coletivista” (à guisa de países como China e Japão, por exemplo), na qual transformações sociais partem não do indivíduo, mas sim do coletivo, sociedades em que o bem “comum” coloca-se acima do bem individual, resultando na importância de conceitos como “comunalismo”, “conciliarismo”, “comunismo”, “comunitarismo”, “solidarismo”, entre outros.

As teorias de Dugin, Mackinder e Spykman: três conceitos de Eurásia e suas implicações para a Rússia



Figura 1 – Ilha-Mundo e Heartland (ou Pivot Area, Área Pivô) segundo Mackinder

FORTE: *The Geographical Pivot of History* (MACKINDER, 1904).

Segundo uma famosa frase do autor inglês (MACKINDER, 1942, p.106), “Quem governa a Europa do Leste comanda o *Heartland*; quem governa o *Heartland* comanda a Ilha-Mundo; [e] quem governa a Ilha-Mundo comanda o mundo”. Para Mackinder, portanto, a Rússia controlava um território essencial do ponto de vista geopolítico, o que provocava o receio das demais grandes potências de sua época. Nesse sentido, o geógrafo chegou a defender que o principal objetivo da política externa britânica resumia-se em impedir uma união entre Alemanha e Rússia. Para Mackinder, tal união provocaria a supremacia do poder terrestre Eurasiático frente ao poder marítimo então comandado pela Grã-Bretanha.

Tal objetivo de política externa, por sua vez, teria sido herdado pela mais poderosa ex-colônia britânica, os Estados Unidos, que desde o século XX procurou impedir a dominação da Eurásia por poderes hostis (MITCHELL, 2018) e que, após o final da Guerra Fria, passou a olhar com preocupação os movimentos de aproximação entre a Alemanha e a Rússia no continente europeu, sobretudo na questão energética.

Nos dias atuais, China e Rússia são os países que vêm atuando como “as principais forças motrizes por trás da integração regional [na Eurásia]” (ROLLAND, 2019, p. 17-18, tradução nossa), provocando, assim, novas apreensões por parte dos Estados Unidos a respeito da formação de um “pólo Eurasiático” independente, cujos valores contradizem os valores defendidos pelas democracias ocidentais. Como observa Bezerra (2023), China e Rússia vêm atuando em conjunto “no intuito de consolidar a Eurásia como um polo de poder” não ocidental nas relações internacionais. Ao mesmo tempo, aponta Rolland (2019, p.8; tradução nossa), ambos os países enxergam com preocupação a presença do Ocidente “em lados opostos da massa terrestre Eurasiática”, seja pelos acordos estadunidenses no leste asiático, seja pela expansão da OTAN no leste europeu.

O presidente Vladimir Putin de fato enxerga a ampliação da OTAN como uma ameaça significativa à segurança da Rússia e como parte de uma nova “política de contenção” aplicada pelos EUA (e seus aliados ocidentais) contra o país (OLDBERG, 2010; FREIRE, 2008). Nesse sentido, a Rússia retoma o papel de vítima da constante “rejeição”, “isolamento” e do “cerco” por parte do Ocidente, como se Moscou estivesse a todo momento “prestes a ser atacado por forças hostis” (BRADEN & SHELLEY, 2000; WALTZ, 2000). Como resultado, ao longo dos anos 2000 as intervenções da Rússia em países como a Geórgia (em 2008) e sobretudo na Ucrânia (2014 e 2022) demonstraram que o Kremlin buscou meios de impedir militarmente com que estes países fizessem parte da OTAN.

É nesse contexto de conflito que destacam-se a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 e a corrente conflagração bélica manifestada pela guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022. Nela, presenciou-se, inclusive, ameaças veladas de

lado a lado sobre a possível utilização de armas nucleares, tornando imperativa a atenção mundial à disputa russo-ucraniana.

Não por acaso, e por conta dos diferentes interesses geopolíticos em jogo, a Ucrânia vem recebendo significativo suporte militar de países vizinhos, sobretudo de Washington. Esse apoio, por sua vez, tem sido fundamental para que Kiev se mantenha de pé, atingindo relativa paridade de recursos tecnológicos com relação à Rússia, já que se a Ucrânia dependesse exclusivamente de suas próprias capacidades, certamente que sua capacidade resistiva seria menor.

Afinal, em análises iniciais dos recursos de ambos os beligerantes, imaginava-se que o combate, iniciado em fevereiro do ano passado, teria um vencedor claro: a Rússia. Todavia, o conflito já se estende por mais de um ano e meio, especialmente em vista do respaldo e do apoio militar à Ucrânia concedido pelas nações ocidentais. No entanto, é importante considerar que a Rússia não está enfrentando essa situação de forma isolada, pois esta conta com um importante anteparo econômico em países como China e Índia, por exemplo.

Spykman e sua teoria do Rimland

Nicholas Spykman, geopolítico radicado nos Estados Unidos e inspirado por seu antecessor inglês Halford Mackinder, desenvolveu uma teoria que analisa aspectos distintos do território eurasiático. Enquanto o conceito de *Heartland* (elaborado por Mackinder) afirmava que a região do Leste Europeu detinha a máxima relevância estratégica dentro da “Ilha-Mundo”, Spykman vai dizer que são as periferias em torno do *Heartland* que representam o verdadeiro epicentro da geopolítica global.

A essas periferias Spykman dá o nome de *Rimland* que, segundo o teórico, propiciariam àqueles que a controlam um enorme domínio sobre os mares e sobre as principais rotas comerciais do mundo. Ao revisar o pensamento de Mackinder, Spykman (s/d, apud SANTOS, 2015) realiza uma inversão lógica quanto ao conceito de domínio global, formulando-o da seguinte maneira: “Quem controla o *Rimland*, domina a Eurásia. Quem domina a Eurásia, controla os destinos do mundo”. Ao longo da Guerra Fria, portanto, as áreas que compunham o *Rimland* foram fundamentais para a estratégia de contenção aplicada pelos Estados Unidos à União Soviética.

Tal estratégia se concretizou por meio da formação de um “cordão sanitário” em volta da União Soviética, que envolveu a criação de acordos de segurança coletiva e pactos de assistência mútua, principalmente com países nos entornos da massa terrestre eurasiática (CORREIA, 2012). Exemplos que ilustram esse processo incluem a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949 e a já extinta Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO) em 1954.

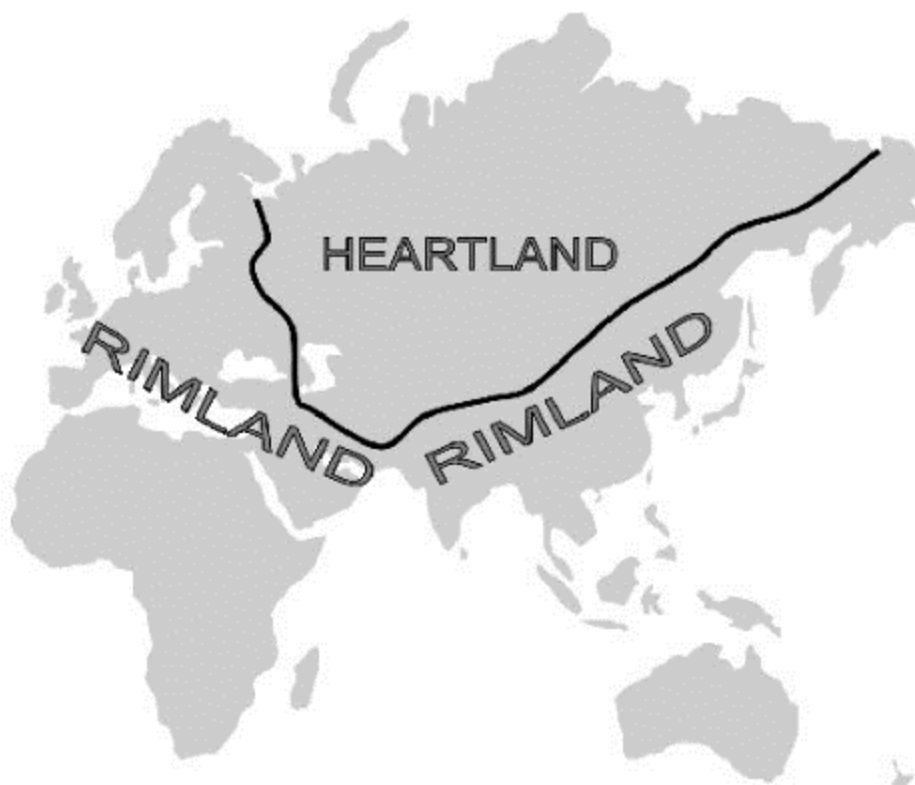


Figura 2

Rimland segundo Spykman

FONTE: *Defesa em Foco* (2022)

Quanto à OTAN, com sua contínua expansão para a Europa Oriental no contexto do pós-Guerra Fria (1991-2023) e com o percebido interesse da Ucrânia em fazer parte dessa organização, forma-se um dos principais pontos de contenda a antagonizar Moscou e o Ocidente, culminando na deflagração do conflito russo-ucraniano em 2022. Para além disso, a região do *Rimland* demonstrou ser de grande valia também no sentido comercial-econômico, com especial destaque para o lançamento do projeto Nova Rota da Seda em 2013 pela China, que abarca a maior parte dos países à margem do *Heartland*. Afinal, qualquer processo de integração regional é resultado do impulso de seus atores principais no sentido de aumentar sua influência política, e com a China não tem sido diferente.

A Rússia, por sua vez, buscou posicionar-se como o centro de um bloco econômico multinacional – e eurasiático – distinto (WEITZ, 2014), a começar pela formação de uma União Aduaneira com Bielorrússia e Cazaquistão em 2010, cujo intuito era suprimir entraves ao comércio e estabelecer uma política tarifária comum para a importação de produtos de terceiros países. Quatro anos depois, em 2014, ocorre a formação da União Econômica Eurasiática (UEE), que, além de Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão, conta ainda com as participações adicionais de Quirguistão e Armênia. Ora, pode-se considerar que tanto Cazaquistão como o próprio Quirguistão e a Armênia fazem parte justamente da região chamada de *Rimland* por Spykman. A exemplo da União Européia, a UEE tem o intuito de estabelecer a livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalho entre os seus países.

À época do lançamento da UEE, Putin comentou que a Organização representava “uma poderosa associação supranacional capaz de se tornar um dos pólos do mundo moderno e servir como uma ponte entre a Europa e a dinâmica região da Ásia-Pacífico” (PUTIN, 2011, tradução nossa). Com isto, a estratégia de Putin consistiria na criação de um “polo de poder” no sistema internacional multipolar, fazendo uso dos recursos naturais e industriais existentes na Eurásia (DUGIN, 2014; COHEN, 2014; BLANK, 2014).

No plano energético, a UEE detém cerca de 14% da produção de petróleo e cerca de 19% da produção total de gás natural do mundo, fator este que, para alguns analistas, estaria por trás dos cálculos políticos de Moscou, que visa aglutinar

As teorias de Dugin, Mackinder e Spykman: três conceitos de Eurásia e suas implicações para a Rússia

esses recursos de poder para elevar sua influência sistêmica (WEITZ, 2014). Seja como for, a exemplo do período soviético, a Rússia detém uma evidente superioridade dentro do bloco formado pela UEE, sendo responsável por cerca de 84% de seu território, 54% de sua produção de petróleo, 93% de sua produção de gás natural e 78% de sua população total.

Todavia, dentro da Eurásia, a Rússia enfrenta a competição do projeto de integração “Nova Rota da Seda”, anunciada por Xi Jinping em 2013 e que envolve investimentos estatais chineses em infraestrutura nos países da Ásia Central, direcionados para a construção de rodovias, portos, gasodutos e ferrovias transcontinentais que objetivam transportar de forma mais eficiente as mercadorias chinesas até o Ocidente. No todo, a “Nova Rota da Seda” engloba cerca de 55% do PIB, 70% da população e 75% das reservas de energia do mundo, constituindo-se em um dos mais ambiciosos projetos empreendidos por um Estado em todos os tempos.

Para alguns, os investimentos chineses em infraestrutura ao longo do continente terminarão por deslocar a Rússia de sua posição de “principal ator geopolítico regional”, consolidando, assim, a liderança econômica e política da China não só no *Rimland*, como na Eurásia de um modo geral. Conforme afirma Lagutina:

O que a China propõe [com a “Nova Rota da Seda”] não é mais uma iniciativa clássica de integração - é, na verdade, um megaprojeto, compreendendo diversas iniciativas em diferentes áreas (da economia à cultura), que, uma vez implementadas, conduzirão à criação de uma “Eurásia Maior”, estendendo-se do Oceano Pacífico aos Mares Báltico e Mediterrâneo (LAGUTINA, 2017, p. 57, tradução nossa)

Seja como for, em 2015, Putin e o presidente chinês Xi Jinping assinaram uma declaração conjunta que versava sobre a possibilidade de uma futura harmonização entre a União Econômica Eurasiática (UEE) e a “Nova Rota da Seda”, acenando para uma possível “cooperação russo-chinesa na Eurásia”. Ainda assim, segundo alguns, “a natureza sobreposta e potencialmente competitiva desses projetos destaca a potencial incompatibilidade das visões chinesa e russa para a região” (BEESON & ZENG, 2018, p.8, tradução nossa), em vista da disparidade econômica existente entre Rússia e China.

Enquanto isso, a Rússia enfrenta atualmente uma situação de recessão econômica amplificada pelas sanções ocidentais ao país como resposta à guerra na Ucrânia. Logo, o projeto russo de solidificação de sua influência no espaço geopolítico eurasiático (seja no *Heartland* ou no *Rimland*) se vê dificultado, não somente pelas restrições impostas pelo Ocidente, mas também pelo crescente papel de liderança da China na Ásia Central e na Eurásia como um todo.

Considerações finais

Do ponto de vista Duginiano, a ideia de “Eurásia” envolve uma civilização tradicional e religiosamente distinta do Ocidente, fundada na história e no destino comum de diferentes povos, sobretudo dos povos turcos e eslavos, que habitam a massa terrestre eurasiática.

Já a teoria do poder terrestre elaborada por Mackinder nos ajuda a entender porque algumas nações buscam expandir seus territórios na Eurásia, ainda que sob justificativas diferentes. Afinal, dado o valor estratégico da Eurásia, até mesmo países que não enfrentam uma ameaça direta advinda dela vêm empreendendo esforços para ampliar sua influência no continente.

Por fim, a perspectiva de Spykman fornece elementos importantes para se entender a razão por trás do surgimento de alianças, tratados e movimentos de cooperação entre as grandes potências (como Estados Unidos, Rússia e China) e os países pertencentes à região do *Rimland*. No plano da integração Eurasiática, aliás, Rússia e China vêm defendendo modelos próprios de atuação, sobretudo na Ásia Central, com ambos a disputar o papel de principal líder da região.

Por conseguinte, entendemos que as aplicações conceituais das teorias de Dugin, Mackinder e Spykman continuam válidas. Mais do que isso, a prática política russa – e de outras potências importantes do sistema internacional – mostra que a Eurásia voltou a ser o coração global do mundo geopolítico.

Referências

- BEESON, Mark; ZENG, Jinghan. The BRICS and global governance: China's contradictory role. *Third World Quarterly*, 2018, pp. 1-17.
- BEZERRA, Valdir da Silva. A consolidação do eixo euro-asiático. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/geopolitica/a-consolidacao-do-eixo-euro-asiatico-por-valdir-da-silva-bezerra/amp/>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.
- BLANK, Stephen. The Intellectual Origins of the Eurasian Union Project. In: CORNELL, Svante E.; STARR, Frederick S. (Org.). *Putin's Grand Strategy: The Eurasian Union and Its Discontents*. Singapore: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2014, pp. 14-28.
- BRADEN, Kathleen E.; SHELLEY, Fred M. *Engaging Geopolitics*. New York: Routledge, 2000.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. A Geostrategy for Eurasia. In: BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. Washington: Basic Books, 1997.
- COHEN, Ariel. Russia's Eurasian Union Could Endanger the Neighborhood and U.S. Interests. *The Heritage Foundation*, 2014. Disponível em: <https://www.heritage.org/europe/report/russias-eurasian-union-could-endanger-the-neighborhood-and-us-interests>. Acesso em: 12 de outubro de 2023.
- CORREIA, Pedro de Pezarat. Geopolítica e Geoestratégia. *Nação e Defesa*, Lisboa, v. 5, n. 131, p. 229-246, jan. 2012.
- DUGIN, Alexandr. *Eurasian Mission: An Introduction to Eurasianism*. United Kingdom: Arktos Media Ltd, 2014.
- DUGIN, Alexandr. *Geopolítica da Rússia Contemporânea*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos em Geopolítica e Estudos Auxiliares, 2016.
- FREIRE, Maria Raquel. As Eleições Presidenciais Na Rússia: Continuidade Na Mudança. Universidade de Coimbra, 2008. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/9605>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.
- LAGUTINA, Maria. Improving Relations with Russia and Ukraine. In: AMIGHINI, Alessia. (Ed.). *China's Belt and Road: a Game Changer?* The Italian Institute for International Political Studies (ISPI), 2017, pp. 53-74.
- MACKINDER, Halford J. Geography, an art and a philosophy. *Geographical Association*, vol. 27, n.4, dezembro, pp. 122-130, 1942.
- MACKINDER, Halford J. The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal*, v. 23, n. 4, pp. 421, 441, 1904. Discussion.
- MAZARR, Michael J. et al. Understanding the Emerging Era of International Competition: Theoretical and Historical Perspectives. *RAND Corporation: Research Report*, 2018, RR-2726-AF, pp. 1-46. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR2726.html. Acesso em: 12 de outubro de 2023.
- MITCHELL, Wess. U.S. Strategy Towards the Russian Federation. *Senate Foreign Relations Committee*, Washington D.C., 2018. Disponível em: https://www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/082118_Mitchell_Testimony.pdf. Acesso em: 09 de outubro de 2023.
- OLDBERG, Ingmar. Russia's Great Power Strategy under Putin and Medvedev. *Swedish Institute of International Affairs*, 2010. Disponível em: <https://www.ui.se/globalassets/ui.se-eng/publications/ui-publications/russias-great-power-strategy-under-putin-and-medvedev-min.pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2023.
- PUTIN, Vladimir. A New Integration Project for Eurasia: The Future in The Making. The Embassy of the Russian Federation to the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, 2011. Disponível em: <https://www.rusemb.org.uk/press/246>. Acesso em: 07 de outubro de 2023.
- ROLLAND, Nadège. A China–Russia Condominium over Eurasia. *Survival*, vol. 61, no.1, pp. 7-22, 2019.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos. *O coração da Eurásia contra o resto do mundo*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2015.

TSVETKOV, Ivan. US—Russian Relations. In: TSVETKOVA, N. (Ed.). *Russia and the World: Understanding International Relations*. Lexington Books, 2017, pp. 377-398.

WALTZ, Kenneth N. Structural Realism after the Cold War. In: *International Security*, v.25, n.1, pp. 5-41, 2000.

WEITZ, Richard. The Customs Union and Eurasian Union: A Primer. In: CORNELL, Svante E.; STARR, Frederick S. (Org.). *Putin's Grand Strategy: The Eurasian Union and Its Discontents*. Singapore: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2014, pp. 29-39.

"O tempo desses partidos passou"? O partido Plataforma de Oposição - Pela Vida (OPZZh) e a política pró-russa na Ucrânia em meio à Guerra Russo-Ucraniana

"The time for these parties has passed"? The Opposition Platform - For Life (OPZZh) party and pro-Russian politics in Ukraine in the midst of the Russo-Ukrainian War

DOI: <https://doi.org/10.62496/geseu.v1n1.002>

Gustavo Oliveira Teles de Menezes

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP)

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU)

gustavo.ot.menezes@unesp.br  

Resumo

Este artigo analisa a trajetória do Plataforma de Oposição – Pela Vida (OPZZh), principal partido pró-russo na Ucrânia pós-Maidan, em meio à Guerra Russo-Ucraniana. Aborda-se como o OPZZh foi afetado pelo contexto da invasão russa à Ucrânia em 2022 e como o partido se posicionou sobre esse tema. O OPZZh condenou a invasão russa e se alinhou à defesa da Ucrânia. Todavia, casos de colaboração de membros do partido com a Rússia nos territórios ucranianos ocupados por Moscou em 2022, assim como declarações de membros do OPZZh (inclusive de antes da invasão russa de 2022) consideradas consonantes com visões do governo russo, foram tomados como motivos para a proibição do partido. Nesse contexto, os principais remanescentes do OPZZh na política institucional ucraniana exibiram uma notória reformulação programática, demonstrando foco em pautas socioeconômicas. Conclui-se que a experiência do OPZZh após a invasão russa de 2022, em conjunto com fatores como as pressões institucionais sobre partidos considerados pró-russos e a tendência de intensificação do antagonismo frente à Rússia na sociedade ucraniana, apontam para um cenário de redução do espaço para programas políticos pró-russos e as possibilidades de projeção da influência russa na Ucrânia, no mínimo enquanto durar o conflito russo-ucraniano.

Palavras-chave: OPZZh; Ucrânia; Rússia; Guerra Russo-Ucraniana.

Abstract

This article analyzes the trajectory of the Opposition Platform - For Life (OPZZh), the main pro-Russian political party in post-Maidan Ukraine, amid the Russo-Ukrainian War. The article discusses how the OPZZh was affected by the context of Russia's 2022 invasion of Ukraine and how the party positioned itself on this theme. The OPZZh condemned the Russian invasion and aligned itself with Ukraine's defense. However, cases of party members collaborating with Russia in Moscow-occupied Ukrainian territories, as well as statements by OPZZh members (including ones made before the 2022 Russian invasion) deemed to be close to views of the Russian government, were taken as grounds for the prohibition of the party. In this context, the OPZZh's main remnants in Ukrainian politics have exhibited a notorious reformulation, showing a focus on socioeconomic issues. The article concludes that the OPZZh's fate amid Russia's 2022 invasion, together with factors such as the institutional pressures against parties considered pro-Russian and the tendency of intensification of antagonistic attitudes towards Russia in Ukrainian society, point to a scenario of reduction of the space for pro-Russian political programs and the possibilities of projection of Russian influence in Ukraine - at the very least as long as the Russo-Ukrainian conflict lasts.

Palavras-chave: OPZZh; Ukraine; Russia; Russo-Ukrainian War.

Recebido: 23 de dezembro de 2022

Aceito: 03 de março de 2023

Conflitos de interesse: não foram declarados quaisquer conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criação a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

O conflito entre Ucrânia e Rússia a partir de 2014, ano em que Moscou anexou a Crimeia e lançou seu apoio aos separatistas pró-russos na guerra na região do Donbass, vem gerando significativos impactos na política e na sociedade ucranianas em temas pertinentes às relações Ucrânia-Rússia.

Nos oito anos que precederam a invasão russa de 2022, pesquisas de opinião pública apontam uma drástica redução do apoio popular à participação da Ucrânia nos projetos regionais liderados pela Rússia. Essa tendência ocorreu em paralelo ao crescimento do apoio à entrada da Ucrânia na União Europeia (UE) e na OTAN (ZOLKINA; HARAN, 2017). Simultaneamente, houve um forte aumento de percepções negativas sobre a Rússia na Ucrânia. Dados do Instituto Internacional de Sociologia de Kiev (Kyiv International Institute of Sociology, KIIS) mostram que, entre abril de 2008 e fevereiro de 2014, em média 86,7% dos ucranianos diziam ver a Rússia positivamente, enquanto 8,1% negativamente. Contudo, de maio de 2014 até às vésperas da invasão russa de 2022, tais números mudaram, respectivamente, para 42,1% e 42,8% (ATTITUDE ..., 2022). Essas tendências, acentuadas pela efetiva exclusão da Crimeia e das áreas do Donbass sob controle separatista (ambas partes dos redutos históricos do eleitorado pró-russo), da vida política ucraniana (e de pesquisas de opinião pública), ocorreram, também, dentro da elite política da Ucrânia. Em 2019, por exemplo, o objetivo de entrada na OTAN e na UE foi fixado na constituição do país. A partir de 2014, também foram adotadas leis promovendo a língua ucraniana e narrativas nacionalistas sobre a história do país, iniciativas que refletem um sentimento de distanciamento e crítica em relação à experiência histórica da Ucrânia sob o Império Russo e a União Soviética.

Esses processos se intensificaram após a invasão russa de 2022. Em maio de 2022, a série histórica do KIIS registrou o recorde de 92% de visões negativas, ante 2% de positivas, sobre a Rússia (HRUSHETSKYI, 2022), enquanto que, em outubro, o apoio à entrada da Ucrânia na OTAN atingiu o recorde de 83% na série da agência Rating (DYNAMIKA ... , 2022)³. Complementando o chamado processo de “descomunização” iniciado em 2014 (nome para o conjunto de leis e iniciativas voltadas para a remoção de símbolos e referências à União Soviética e ao comunismo do espaço público e da política ucraniana), intensificaram-se as chamadas iniciativas de “desrussificação”, envolvendo ações como a remoção de monumentos e topônimos associados a personalidades russas na Ucrânia.

Esses fenômenos têm atraído significativo interesse acadêmico, manifestado particularmente em estudos sobre nacionalismo e identidade nacional que debatem o alcance de transformações na sociedade ucraniana nessas dimensões⁴. Todavia, para além da dimensão das transformações identitárias, quais os impactos do conflito russo-ucraniano para a política doméstica e externa da Ucrânia, tendo em vista a histórica atuação no país de grupos políticos pró-russos?

Os grupos pró-russos podem ser entendidos como os segmentos da sociedade e da política ucranianas que, de maneira mais destacada, apoiavam uma aproximação à Rússia e exibiam convergências e articulações políticas com Moscou. Sob diferentes ângulos, a atuação desses atores tem sido abordada em análises sobre a Ucrânia no contexto do conflito russo-ucraniano, embora frequentemente de maneira generalizada e não centrada em organizações específicas. Assim, diversas análises consideraram o impacto das referidas transformações de opinião pública e das perdas de controle territorial da Ucrânia para recomposições ideológicas e a diminuição da força política de grupos e atores pró-russos na Ucrânia (D’ANIERI, 2019; FEDORENKO; RYBIY; UMLAND, 2016; WAY, 2019). Outros trabalhos, ao abordarem os efeitos do conflito para o sistema político e a democracia na Ucrânia durante as presidências de Petro Poroshenko (2014-2019) e Volodymyr Zelensky (2019-...), chamaram atenção para as restrições a meios de comunicação e atores políticos acusados de difundir pontos de vista consonantes com os interesses da Rússia (FERRARO, 2022a; 2022b; WAY, 2019).

Por fim, destacam-se as análises sobre aspectos mais específicos das articulações da Rússia com atores da política

³ Cabe alertar, por outro lado, que os dados de pesquisas de opinião realizadas durante a guerra em 2022 podem sofrer, em certo grau, problemas de viés ocasionados por questões demográficas (como os movimentos populacionais) e políticas (como as pressões sociais por posicionamentos alinhados às visões políticas prevalentes na Ucrânia) associadas ao conflito (FERRARO, 2022a, p.30-34; HRUSHETSKYI, 2022).

⁴ Para diferentes análises e balanços da literatura a esse respeito, ver os trabalhos de Bekeshkina (2017), Kulyk (2016) e Zhuravlev e Ishchenko (2020).
"O tempo desses partidos passou"? O partido Plataforma de Oposição – Pela Vida (OPZZh) e a política pró-russa na Ucrânia em meio à Guerra Russo-Ucraniana

e sociedade ucranianas (HURAK; D'ANIERI, 2022). No contexto de crise e guerra em 2021 e 2022, essa dimensão analítica ganhou relevância diante da questão de uma possível mudança de regime na Ucrânia articulada entre a Rússia e atores políticos ucranianos, bem como diante do estabelecimento das novas administrações de ocupação russas em territórios ucranianos. Artigos conjunturais abordaram a ocupação russa em 2022 a partir da chave analítica dos fenômenos de colaboração ou resistência de atores locais em tempos de guerra (KUDELIA, 2022a), enquanto produções jornalísticas investigaram a atuação de colaboradores locais nos governos de ocupação russos em territórios do leste e do sul da Ucrânia (NIKITENKO; ANTYPENKO, 2022; REZNIKOVA, 2022).

O presente trabalho objetiva contribuir para a literatura sobre os impactos da Guerra Russo-Ucraniana para grupos pró-russos na Ucrânia a partir da análise da trajetória do partido Plataforma de Oposição – Pela Vida (*Opozytsiina platforma – Za zhyttia*, OPZZh), o principal partido político pró-russo do país nos últimos anos. As seguintes questões são consideradas: como o OPZZh foi afetado pelo contexto da invasão russa à Ucrânia em 2022? Como o partido se posicionou sobre o tema? O que a trajetória do OPZZh em meio à invasão russa de 2022 pode apontar para as perspectivas futuras de grupos pró-russos e a projeção da influência russa na Ucrânia? Além desta introdução, o artigo se divide em mais três seções. A primeira aborda a trajetória do OPZZh e de seus líderes até a invasão russa de 2022, discorrendo sobre aspectos programáticos, a atuação do OPZZh na política ucraniana e seu papel nas relações Ucrânia-Rússia. A segunda seção analisa os posicionamentos do OPZZh e seus membros sobre a invasão russa de 2022, bem como os impactos desse contexto para a atuação do partido e as perspectivas políticas para grupos pró-russos e a projeção da influência russa na Ucrânia. A terceira e última seção traz considerações finais.

O OPZZh na política ucraniana e nas relações Ucrânia-Rússia

Fundação e líderes

O OPZZh surgiu em 2018 a partir da aliança de dois grupos políticos principais de linhagens distintas, mas com histórico de relações com a Rússia e atuação no campo pró-russo da Ucrânia. De um lado, havia uma corrente formada por dissidentes do partido Bloco de Oposição (*Opozytsiyni blok*, Opoblok), liderada por Iurii Boiko e Serhii Liovochkin. Criado em 2014, o Opoblok, até a fundação do OPZZh, foi o principal descendente do Partido das Regiões (*Partiia rehioniv*, PR), ao qual pertencia o ex-presidente Viktor Ianukovych (2010-2014) – cujo governo, de tendências amigáveis à Rússia, foi derrubado em fevereiro de 2014 no contexto das manifestações de caráter pró-ocidental e nacionalista ucraniano conhecidas como o (Euro)Maidan. A outra principal corrente do OPZZh era encabeçada por Viktor Medvedchuk e Vadym Rabinovych, líder do partido Pela Vida (repaginação do partido Centro, fundado em 1999). O Pela Vida se fundiu à organização pró-russa Escolha Ucraniana, de Medvedchuk, e proveu a infraestrutura jurídico-institucional do OPZZh. Eleitos deputados pelo OPZZh em 2019, Boiko, Liovochkin, Medvedchuk e Rabinovych foram os quatro líderes do partido. Suas linhagens distintas refletiam-se no fato de o OPZZh ter sido comumente descrito na Ucrânia como um partido com duas facções, por vezes tidas como rivais: o grupo Boiko-Liovochkin, também chamado de “lobby do gás”, e o grupo Medvedchuk-Rabinovych⁵.

Boiko e Liovochkin adquiriram notoriedade pelo envolvimento na economia do gás e o exercício de cargos políticos na Ucrânia. Ambos foram deputados pelo PR e o Opoblok, enquanto, durante o governo Ianukovych, Boiko foi ministro da energia. Já Liovochkin foi chefe do gabinete presidencial de Ianukovych, além de primeiro-assistente do ex-presidente Leonid Kuchma (1994-2005) entre 2002 e 2005. Boiko e Liovochkin são considerados também parte do chamado “Grupo da RosUkrEnergó (RUE)”, empresa que importava gás da Rússia nos anos 2000. A RUE consistia em

⁵ Menos comuns, outras descrições também falam em um outro polo de influência no partido, vinculado ao também deputado e empresário Vadym Stolar (SEREDA, 2022; SMIRNOV, 2021a).

“O tempo desses partidos passou”? O partido Plataforma de Oposição – Pela Vida (OPZZh) e a política pró-russa na Ucrânia em meio à Guerra Russo-Ucraniana

uma parceria acionária entre a Gazprom, a gigante estatal de gás russa, e os empresários ucranianos Ivan Fursin e Dmytro Firtash, considerados ligados a Boiko e Liovochkin (MATUSZAK, 2012, p.17-20, 95-100), razão pela qual também se usava a expressão “Grupo Boiko-Liovochkin-Firtash” em análises sobre o OPZZh. Vale mencionar que Firtash possuía ligações de negócios na Rússia, inclusive com indivíduos de círculos próximos a Putin (GREY et al., 2014; ZYGAR’, 2016, p.156). Durante a presidência de Ianukovych, o “lobby do gás” geria as relações energéticas entre Kiev e Moscou (KUZIO, 2018, p.353).

Entre os quatro líderes do OPZZh, Medvedchuk era claramente o que possuía conexões mais fortes com a Rússia, que incluem laços de amizade pessoal com a elite putinista: uma de suas filhas é afilhada de batismo do presidente da Rússia, Vladimir Putin, e de Svetlana Medvedeva, esposa do ex-presidente Dmitrii Medvedev (2008-2012). Por isso, Medvedchuk é conhecido na Ucrânia pela alcunha de “compadre de Putin” (*kum Putina*). Medvedchuk chegou ao topo da política ucraniana na presidência de Kuchma, de quem foi chefe de gabinete entre 2002 e 2005. Nesse período, Medvedchuk se aproximou dos círculos governantes russos e passou a ser considerado um canal de comunicação fundamental para o governo russo na Ucrânia (ZYGAR’, 2016, p.106-107). Do período Kuchma também data, conforme observadores ucranianos, uma rivalidade entre Medvedchuk e Liovochkin, surgida da atuação de ambos como polos de influência no círculo de Kuchma (LESHCHENKO, 2021). Assim, quando Liovochkin tornou-se alvo de sanções da própria Rússia, em agosto de 2021, observadores na Ucrânia enxergaram tal decisão como uma sinalização de Moscou sobre a preferência por Medvedchuk e atribuíram a medida a um lobby de Medvedchuk para impedir que Liovochkin crescesse dentro do OPZZh em meio aos processos judiciais enfrentados pelo “compadre de Putin” (sobre o que mais será dito abaixo) (SMIRNOV, 2021b).

Mesmo com sua influência reduzida após a saída de Kuchma do poder, Medvedchuk continuou a atuar politicamente de maneira convergente com os interesses da Rússia, dirigindo o Escolha Ucraniana e atuando nos bastidores das relações Ucrânia-Rússia (HURAK; D’ANIERI, 2022, p.126; ZYGAR’, 2016, p.315-316). No contexto do conflito no Donbass, Medvedchuk ganhou nova relevância ao atuar, com apoio russo, como uma espécie de intermediário entre o governo ucraniano e as Repúblicas Populares de Donetsk (DNR) e Luhansk (LNR)⁶ (HURAK; D’ANIERI, 2022, p.126-128) – as entidades separatistas efetivamente controladas pela Rússia na região do Donbass que em 2022 foram consideradas por Moscou como países independentes e, posteriormente, territórios anexados. Por fim, cabe mencionar que Medvedchuk possuía ligações de negócios no setor energético na Rússia (REMAZHEVSKA; SAVCHUK, 2021).

Entre os líderes do OPZZh, Rabinovych era o nome com menor peso político na Ucrânia. Empresário no setor midiático, Rabinovych elegeu-se deputado pelo Opoblok em 2014. Diante dos processos judiciais contra Medvedchuk, Rabinovych parece ter assumido maior relevância como interlocutor do OPZZh junto ao governo russo. Em outubro de 2021, por exemplo, Rabinovych encontrou-se em Moscou com Dmitrii Kozak, então oficial responsável por temas relacionados à Ucrânia no gabinete de Putin, para discutir questões de política doméstica e externa da Ucrânia.

Trajatória e desempenho eleitoral

O OPZZh atingiu rapidamente um lugar destacado na política ucraniana, tendo seus melhores resultados eleitorais no sul e no leste da Ucrânia, regiões de maior uso da língua russa e redutos históricos do eleitorado mais simpático à Rússia. Como candidato nominalmente independente, Boiko foi o quarto colocado no primeiro turno da eleição presidencial de 2019, com 11,67% dos votos. Em diversos distritos eleitorais do sul e do leste, Boiko foi o candidato mais votado. Na eleição parlamentar de 2019, o OPZZh, com 13,05% dos votos, alcançou o segundo lugar, atrás somente dos 43,16% do partido Servo do Povo (*Sluha narodu*, SN), do presidente Zelensky, eleito em 2019.

⁶ De *Donetskaia Narodnaia Respublika* e *Luganskaia Narodnaia Respublika*, em russo; e *Donets'ka Narodna Respublika* e *Luhans'ka Narodna Respublika*, em ucraniano.

“O tempo desses partidos passou”? O partido Plataforma de Oposição – Pela Vida (OPZZh) e a política pró-russa na Ucrânia em meio à Guerra Russo-Ucraniana

Novamente, o OPZZh foi o partido mais votado em alguns distritos do leste e do sul. Por fim, nas eleições regionais de 2020, o OPZZh, com média de mais de 20% dos votos, foi o partido mais votado para os parlamentos das oblasti (províncias) de Kherson, Mykolaiiv, Odesa e Zaporizhzhia, além de conquistar o segundo lugar nas oblasti de Dnipropetrovsk e Kharkiv⁷. Todas as seis províncias mencionadas localizam-se no sul ou no leste ucraniano.

Ao longo de 2021, durante a presidência de Zelensky, autoridades ucranianas tomaram diversas medidas contra Medvedchuk. O governo ucraniano, por exemplo, adotou sanções econômicas contra Medvedchuk e bloqueou três canais televisivos alinhados ao discurso do OPZZh ligados a Medvedchuk e seu colega de partido Taras Kozak, sob acusações de relações econômicas ilegais com separatistas do Donbass (KANALY ..., 2021)⁸. Medvedchuk e Kozak também foram acusados de transferência de informações militares para o governo russo e colaboração com Moscou na exploração de gás e petróleo na Crimeia. Na versão das autoridades ucranianas, Medvedchuk foi acusado, entre outros, de traição ao Estado (UCRÂNIA, 2022c)⁹. Em maio de 2021, Medvedchuk foi posto sob prisão domiciliar. Esse conjunto de medidas foi duramente criticado por Putin (RÚSSIA, 2021). Ao fazerem parte de uma tendência de cerceamento à atuação de forças pró-russas na Ucrânia, as ações contra Medvedchuk, do ponto de vista de Moscou, podem ter influenciado a decisão da Rússia pela invasão de 2022 enquanto alternativa mais forçosa (e ambiciosa) para estabelecer um controle político russo mais forte sobre a Ucrânia (D'ANIERI, 2022).

Durante sua trajetória, o OPZZh consolidou-se como a principal força eleitoral no campo pró-russo na Ucrânia, marginalizando o decadente Opoblok. Todavia, as referidas medidas contra os membros do OPZZh parecem ter impactado negativamente a popularidade do partido. Se, conforme pesquisas do KIIS, o OPZZh chegou a liderar as preferências partidárias do eleitorado da Ucrânia no início de 2021, com 15,7% das intenções de voto (HRUSHETSKYI, 2021), às vésperas da invasão russa de 2022 esse número caiu para 6,8%. O OPZZh tornou-se o quarto no ranking nacional, liderado pelo pró-ocidental Solidariedade Europeia, do ex-presidente Poroshenko (15,5%). É importante ressaltar, todavia, que o OPZZh era líder no leste e ocupava o terceiro lugar no sul (DYNAMICS ..., 2022).

Programa político e relações Ucrânia-Rússia

O OPZZh mostrava notórias similaridades programáticas com a Rússia e outras forças pró-russas na história da Ucrânia, como o PR e o Opoblok, sobre questões de política doméstica e externa, como os temas de identidade, língua e memória histórica mencionados acima. O OPZZh apresentava-se como defensor da língua russa, propunha a revogação das leis de “descomunização” e criticava a interferência governamental em assuntos da igreja (OPZZH, s.d.a.)¹⁰. Vale ressaltar a convergência desses posicionamentos com os do governo russo, que vem se opondo a certas políticas de memória ucranianas. A Rússia tem sido particularmente vocal na exaltação da vitória soviética na Segunda Guerra Mundial e nas críticas à exaltação de certas organizações e indivíduos que lutaram pela independência da Ucrânia em bases antissoviéticas e que tiveram, em momentos de sua história, relações de colaboração com a Alemanha nazista e praticaram perseguições a não ucranianos étnicos. A Rússia também criticava a legislação linguística ucraniana, que

⁷ Em virtude do estado de guerra no Donbass, as eleições para os parlamentos das oblasti de Donetsk e Luhansk não foram realizadas em 2020.

⁸ Vale mencionar que, durante o governo Zelensky, foram tomadas diversas medidas de restrição a outros meios de comunicação na Ucrânia acusados de difundir pontos de vista convergentes com os da Rússia. Em agosto de 2021, por exemplo, o governo ucraniano decretou o bloqueio do portal Strana.ua. Dias antes da invasão russa de 2022, medida similar foi adotada em relação ao canal televisivo Nash, ligado ao político considerado pró-russo Ievhen Muraiev, líder do partido Nashi (“Os nossos”, em ucraniano e russo) e ex-membro do PR, do Opoblok e do Pela Vida.

⁹ Cabe mencionar que Taras Kozak e Oleh Voloshyn, outro deputado do OPZZh do grupo de Medvedchuk, também foram acusados pelo governo dos Estados Unidos de colaborarem com órgãos de segurança e inteligência russos. Em janeiro de 2022, ambos foram incluídos na lista de sanções norte-americanas, da qual o próprio Medvedchuk já fazia parte desde 2014.

¹⁰ Referência ao estabelecimento da Igreja Ortodoxa da Ucrânia (*Pravoslavna tserkva Ukraïny*, PTsU), durante a presidência de Poroshenko. Para seus apoiadores, a PTsU contribuiria para o afastamento cultural e político da Ucrânia em relação à Rússia, pois a PTsU seria uma alternativa aos vínculos históricos do cristianismo ortodoxo na Ucrânia com a Igreja Ortodoxa Russa (*Russkaia pravoslavnaia tserkov'*, RPTs) por meio da Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Moscou (*Ukraïns'ka pravoslavna tserkva - Moskovs'koho patriarkhatu* - UPTs-MP). Esta última, buscando distanciar-se da RPTs - que tem se alinhado ao discurso oficial russo sobre a Guerra Russo-Ucraniana - declarou sua independência completa em maio de 2022, embora, à época de conclusão deste trabalho, ainda houvesse controvérsias sobre seu status de fato frente à RPTs (FERT, 2022). Vale mencionar que a criação da PTsU foi criticada pelo governo russo.

“O tempo desses partidos passou”? O partido Plataforma de Oposição – Pela Vida (OPZZh) e a política pró-russa na Ucrânia em meio à Guerra Russo-Ucraniana

considerava discriminatória contra falantes do russo (RÚSSIA, s.d.).

A harmonia entre o OPZZh e o governo russo também era visível no que tange ao conflito no Donbass. Até reconhecer as independências da DNR e da LNR, em fevereiro de 2022, a Rússia, buscando inserir redutos de influência pró-russa na Ucrânia, favorecia os Acordos de Minsk, que previam a reintegração dos territórios sob controle separatista no Donbass, com autonomia administrativa, à Ucrânia. Similarmente, o OPZZh apoiava o estabelecimento constitucional da autonomia no Donbass (OPZZH, s.d.a), ressaltava a necessidade de implementação dos elementos do Acordo de Minsk de 2015 enfatizados pela Rússia e propunha o fim das restrições econômicas impostas por Kiev aos territórios sob controle separatista (OPZZH, s.d.b). A Ucrânia relutava em implementar a autonomia no Donbass à maneira preferida pela Rússia e considerava os territórios da DNR/LNR como áreas sob ocupação russa¹¹. Do ponto de vista de Moscou, a indisposição de Zelensky em ceder às visões do governo russo sobre a solução do conflito no Donbass certamente foi outro fator a contribuir para a decisão russa pela invasão de 2022.

A orientação externa da Ucrânia foi outra área de significativas convergências entre o OPZZh e a Rússia. O contexto de conflito com a Rússia desde 2014 reativou históricas desconfianças e inseguranças na elite política ucraniana quanto à Rússia, o que levou ao desenvolvimento da cooperação militar entre a Ucrânia e as potências ocidentais e à busca pelo acesso à OTAN enquanto meios para o fortalecimento da segurança da Ucrânia. A forte rejeição à expansão da OTAN no espaço pós-soviético, por outro lado, tem sido um elemento marcante da política externa russa. Do ponto de vista de Moscou, a manutenção de tais divergências com a Ucrânia, os Estados Unidos e a OTAN também contribuiu para a decisão russa pela invasão de 2022. Sobre esse tema, o programa do OPZZh, convergindo com os interesses russos, propunha a afirmação constitucional de um status de neutralidade política-militar (OPZZH, s.d.a), isto é, a não participação da Ucrânia em alianças militares como a OTAN.

Por fim, cabe mencionar a visão do OPZZh sobre a questão da Crimeia. Como de se esperar, o OPZZh não reconhecia a anexação da região pela Rússia. Por outro lado, certas nuances sugeriam o desejo de evitar uma confrontação com a Rússia quanto a esse tema. Por exemplo, houve ocasiões em que a bancada do OPZZh não se alinhou a iniciativas no parlamento ucraniano que denunciavam as ações da Rússia na Crimeia (MOSKALENKO, 2021).

Deve-se ressaltar que as convergências entre o OPZZh e a Rússia não se restringiam ao campo programático. No final de 2018, potenciais concorrentes eleitorais do OPZZh, como diversos políticos do Opoblok, foram incluídos em uma lista de sanções do governo russo (CHTO IZVESTNO ..., 2018), o que sinalizava a preferência de Moscou pelo OPZZh. Já a mídia estatal russa mantinha contatos com um dos canais televisivos ligados a Medvedchuk na Ucrânia (NEWSONE ..., 2019). Ademais, nos contextos de campanha eleitoral na Ucrânia, líderes do OPZZh foram recebidos na Rússia por líderes do governo russo, do partido Putinista Rússia Unida e da Gazprom para discutir temas como a situação no Donbass e a importação de gás russo a preços reduzidos para a Ucrânia (BOIKO I MEDVEDCHUK ..., 2019; MEDVEDEV ..., 2009). Fortemente publicizados pelo OPZZh e meios de comunicação ligados a membros do partido, tais encontros indicam a importância que o OPZZh atribuía às relações com a Rússia em sua estratégia política, em particular no que tange à conquista de apoio externo e de nichos eleitorais no leste e sul ucranianos. Já para Moscou, os laços com o OPZZh, bem como os esforços do partido para sinalizar potenciais benefícios de uma aproximação à Rússia, tinham importância como meio para a projeção dos interesses russos na Ucrânia em uma época na qual a imagem da Rússia se desgastava fortemente no país vizinho.

O OPZZh diante da crise e a invasão russa de 2022

¹¹ Ao mesmo tempo em que defendia os Acordos de Minsk, a Rússia adotou diversas medidas de integração política e econômica dos territórios controlados pela DNR/LNR ao Estado russo, incluindo a concessão de cidadania russa a habitantes dessas áreas. Moscou também fornecia apoio militar aos separatistas no Donbass e supervisionava assuntos políticos, econômicos e de segurança da DNR e da LNR (ARUTUNYAN, 2022; MATVEEVA, 2018, p.277-281; TOAL, 2017, p.237-268).

"O tempo desses partidos passou"? O partido Plataforma de Oposição – Pela Vida (OPZZh) e a política pró-russa na Ucrânia em meio à Guerra Russo-Ucraniana

O conjunto de fatores levantados acima faz com que o comportamento do OPZZh mereça especial atenção no contexto da invasão russa de 2022. Apesar de atingido pelas referidas medidas contra seus líderes, o OPZZh chegou às vésperas da invasão russa como uma das principais forças políticas da Ucrânia e aquela que tinha relações mais extensas com a Rússia. Cabe lembrar, ainda, o fato de o partido ser politicamente mais expressivo exatamente no leste e sul ucranianos, áreas onde a ocupação russa viria a ter maior alcance. Por fim, a Rússia, em especial nos momentos iniciais da invasão, demonstrou interesse em promover uma mudança de regime na Ucrânia - isto é, a instalação de um novo governo em Kiev composto por forças amigáveis a Moscou e submisso aos interesses russos - o que chama atenção para possíveis articulações com políticos ucranianos nesse sentido¹².

Vale mencionar que convergências com o governo russo vinham sendo demonstradas pelo OPZZh nos momentos de crise que antecederam de maneira mais imediata a invasão russa. Por exemplo, parlamentares do OPZZh enfatizavam a necessidade de cumprimento dos acordos de Minsk como meio para solucionar a crise internacional em torno da Ucrânia (SALIZHENKO, 2022a). O OPZZh também criticava duramente a política de Zelensky para o conflito no Donbass, responsabilizando o governo ucraniano pela crise e a incapacidade de reintegrar os territórios sob controle separatista ao Estado ucraniano (OPZZH, 2022a).

Em meio à invasão russa, contudo, a posição do partido foi de constantes manifestações de lealdade à Ucrânia e críticas à Rússia. Nas palavras de Boiko, “[...] nosso partido está com o povo da Ucrânia, nosso partido condena a agressão do exército russo contra nosso país” (OPZZH, 2022b. Tradução nossa). Após a circulação de alegações de que a Rússia teria proposto a nomeação de Boiko para primeiro-ministro da Ucrânia como uma das demandas de Moscou em negociações pelo fim da guerra, Boiko negou categoricamente tal informação (V OPZZH ..., 2022). Em abril, o OPZZh, em comunicado oficial, condenou qualquer tipo de colaboração com a Rússia e traição à Ucrânia (OPZZH, 2022c). Ao mesmo tempo, o OPZZh apelou por negociações de paz entre Ucrânia e Rússia, afirmando que o próprio partido poderia auxiliar nesse sentido (OPZZH, 2022d).

No início de março, o OPZZh também anunciou o apoio à participação de membros do partido nas forças da Defesa Territorial da Ucrânia e a nomeação, oficialmente temporária, de Boiko para a direção do conselho político do OPZZh, cargo outrora ocupado por Medvedchuk (OPZZH, 2022e). Em conjunto com a saída de Rabinovych para o exterior (seguida da cassação de seu mandato como deputado, em novembro, em virtude de um decreto presidencial sobre a revogação de sua cidadania ucraniana) e a prisão de Medvedchuk em abril¹³, essa medida demarcou o enfraquecimento definitivo do grupo Medvedchuk-Rabinovych, mais próximo da Rússia, e a consolidação de Boiko como figura principal do OPZZh¹⁴.

Os posicionamentos oficiais, portanto, mostram o alinhamento do OPZZh com a defesa da Ucrânia diante da invasão russa de 2022. Tal postura também demonstra que a adesão de políticos ucranianos a um partido considerado pró-russo está muito longe de se traduzir automaticamente em uma lealdade a Moscou em detrimento do Estado ucraniano. Outro exemplo ilustrativo, nesse sentido, foi o posicionamento da bancada do OPZZh na câmara municipal de Kherson, capital da oblast homônima. Em março, os membros da bancada do partido na cidade, que esteve sob ocupação russa entre março e novembro de 2022, condenaram a invasão russa e enfatizaram sua lealdade à Ucrânia. O grupo anunciou, ainda, a autodissolução da bancada e a saída de todos os seus membros do OPZZh. Em uma declaração simbólica do momento pelo qual passa a Ucrânia, Iurii Stelmashenko, o líder da bancada do OPZZh na cidade de Kherson, afirmou que “o tempo desses partidos passou” (POHORILKO, 2022. Tradução nossa).

Todavia, certos membros do partido, na prática, afastaram-se desses posicionamentos. Por exemplo, diversos

¹² Rumores, projeções e alegações nesse sentido vêm circulando desde antes da invasão russa de 2022. Para diferentes versões sobre a questão da mudança de regime na Ucrânia, ver Harris et al. (2022), “KROT ...” (2022) e Miller e Belton (2022).

¹³ Segundo as autoridades ucranianas, Medvedchuk fugiu da prisão domiciliar logo após o início da invasão russa, e foi preso em abril em uma tentativa de fugir da Ucrânia com auxílio russo.

¹⁴ Conforme informações veiculadas na mídia ucraniana, o tradicionalmente mais discreto Liovochkin, assim como Rabinovych, estabeleceu-se no exterior ainda antes da invasão russa de 2022 (IEHOSHYNA; SEDLETS’KA, 2022).

“O tempo desses partidos passou”? O partido Plataforma de Oposição - Pela Vida (OPZZh) e a política pró-russa na Ucrânia em meio à Guerra Russo-Ucraniana

membros do OPZZh passaram a colaborar com as administrações de ocupação russas (e separatistas, no caso das oblasti de Donetsk e Luhansk) em partes do leste e do sul da Ucrânia. Entre os nomes de nível nacional do OPZZh, destaca-se o caso do polêmico deputado Illia Kyva, do grupo de Medvedchuk. Há indícios de que, após a invasão, Kyva estabeleceu-se na Rússia (KORSHENKO, 2022). Líder do Patriotas - Pela Vida, organização que atuava como espécie de guarda-costas para eventos do OPZZh e que protagonizou brigas de rua com grupos nacionalistas ucranianos, Kyva tem criticado o governo ucraniano na mídia estatal russa e ecoado o discurso oficial russo sobre a guerra. Por conta de suas ações, Kyva foi desligado da bancada do OPZZh e teve o mandato de deputado cassado, além de ser indiciado por traição ao Estado.

Mesmo com as posições oficiais do OPZZh alinhando-se à defesa da Ucrânia, questões como os casos de membros do partido que passaram a colaborar com a Rússia pesaram politicamente contra o partido. Em 19 de março de 2022, um decreto presidencial de Zelensky determinou a suspensão do funcionamento do OPZZh e de outros partidos considerados pró-russos, como o Opoplok e o Nashi, durante o estado de guerra na Ucrânia. O decreto confirmou uma decisão do Conselho de Segurança Nacional e Defesa da Ucrânia que falava na necessidade de resguardar a segurança nacional e a ordem pública diante do estado de guerra em vista de questões como casos de colaboração com a Rússia e a disseminação de informações que legitimavam a invasão russa (UCRÂNIA, 2022a). A atuação institucional da bancada do OPZZh no parlamento ucraniano foi suspensa em abril.

Após a suspensão de março, uma corte ucraniana, aceitando uma denúncia do governo, determinou a proibição do OPZZh em junho de 2022. Além de chamar atenção para os casos de colaboração por parte de membros do OPZZh com a Rússia em áreas ocupadas por forças russas durante a invasão de 2022, a decisão levou em conta certos posicionamentos de membros do OPZZh, manifestados ainda antes da invasão russa de 2022, considerados próximos a posições de Moscou. Resumindo sua decisão, a corte ucraniana argumentou que a atuação do OPZZh, classificado como uma organização que veiculava uma “posição pró-russa”, prejudicava os interesses do Estado ucraniano e constituía uma ameaça à ordem constitucional no país (UCRÂNIA, 2022b). O OPZZh recorreu da decisão judicial, mas, em setembro de 2022, tal pedido foi negado. Com a confirmação da proibição do OPZZh, encerrava-se definitivamente, dessa maneira, a trajetória do principal partido pró-russo na Ucrânia pós-Maidan.

Em meio a esse processo, o OPZZh passou por importantes transformações organizacionais, programáticas e em suas relações com o governo Zelensky. No primeiro quesito, destaca-se a repaginação institucional da antiga bancada parlamentar do OPZZh. Ainda em abril, um grupo de deputados, sob liderança de Boiko, formou o grupo parlamentar Plataforma pela Paz e a Vida (*Platforma za zhyttia ta myr*, PZZhM), composto por deputados tanto do grupo Boiko-Liovochkin quanto da fração Medvedchuk-Rabinovych. Na ocasião da fundação do PZZhM, Boiko afirmou que, entre os principais objetivos do grupo, estariam a independência da Ucrânia e sua soberania e segurança dentro das fronteiras internacionalmente reconhecidas do país (PZZhM, 2022a). Em maio, um outro grupo menor de egressos do OPZZh, incluindo Vadym Stolar, estabeleceu o grupo parlamentar Restauração da Ucrânia (*Vidnovlennia Ukrainy*, VU), ao qual aderiram parlamentares de outras proveniências partidárias.

Os temas socioeconômicos e humanitários têm sido os de maior destaque no discurso do PZZhM. Na visão de Boiko, o apoio à restauração de relações com a Rússia à maneira da época pré-invasão russa de 2022 tornou-se impossível (BOIKO ..., 2022). Ademais, os dois principais grupos descendentes do OPZZh, em medida significativa, têm demonstrado alinhamento com posicionamentos políticos que ganharam força na Ucrânia em meio à guerra. Por exemplo, membros do PZZhM e do VU posicionaram-se a favor da entrada da Ucrânia na UE e da proibição da importação de livros da Rússia (BOIKO ..., 2022; SALIZHENKO, 2022b; SEREDA, 2022). Em contraste com a atuação oposicionista do OPZZh antes da invasão russa de 2022, o PZZhM e o VU, invocando a necessidade de unidade nacional em meio à guerra, assumiram uma postura de maior cooperação e alinhamento com o governo Zelensky e o SN (SALIZHENKO, 2022c; SEREDA, 2022).

A trajetória do OPZZh em meio à invasão russa de 2022, portanto, permite traçar diversas conclusões e

perspectivas. Evidencia-se, por exemplo, que a invasão russa de 2022 apresentou-se, do ponto de vista do governo ucraniano, como um contexto conducente para o aprofundamento do tipo de medidas voltado para o cerceamento da influência do OPZZh que, como visto acima, já vinha sendo adotado anteriormente. Esse novo contexto, ademais, também forçou adaptações políticas imediatas no núcleo remanescente do OPZZh na política institucional ucraniana, isto é, o PZZhM e o VU. Como visto acima, membros de ambos os grupos vêm se alinhando, em medida significativa, às posições políticas prevaletentes no país em relação à guerra com a Rússia e à orientação externa da Ucrânia. Vale mencionar que essa é uma tendência observada, também, na atuação de outros destacados políticos com histórico de atuação no campo partidário considerado pró-russo na Ucrânia (SKORKIN, 2022).

Em uma perspectiva temporal mais longa, cabe mencionar outros fatores que podem constituir sérios obstáculos a iniciativas políticas que, como o OPZZh, tinham como importantes elementos de sua estratégia política a exploração das relações com a Rússia e de temas tradicionalmente associados ao eleitorado pró-russo. Destaca-se, nesse sentido, o fortalecimento da identidade nacional ucraniana, do apego ao Estado ucraniano e de visões negativas sobre a Rússia. Vale lembrar que, conforme diversos indicadores de opinião relacionados a tais questões, esse processo vinha ocorrendo também no leste e no sul a partir de 2014 (BEKESHKINA, 2017; KERMAKCH, 2017), e se intensificou após a invasão russa de 2022 (SKORKIN, 2022). Ilustrativamente, a colaboração com Moscou não atingiu níveis extensos nas elites políticas dos territórios ocupados pela Rússia no leste e no sul ucranianos em 2022 (KUDELIA, 2022a; 2022b; SKORKIN, 2022). Tendo em vista os efeitos das guerras para a conformação de identidades nacionais e Estados ao longo da história (FERRARO, 2022a), é de se esperar, caso tenha continuidade o processo de fortalecimento da identidade nacional ucraniana e do sentimento de antagonismo frente à Rússia, uma continuidade da redução dos segmentos da sociedade ucraniana que davam sustentação eleitoral para partidos pró-russos e para a adoção de políticas convergentes com os interesses russos quanto à Ucrânia. A possibilidade de prolongamento da perda do controle territorial de Kiev em regiões ucranianas ocupadas pela Rússia em 2022 (que se somariam, portanto, aos territórios fora do controle do Estado ucraniano desde 2014) também pode se constituir como outro fator a contribuir para a contração do espaço para a atuação de grupos pró-russos na política ucraniana.

Outro elemento crucial a ser ressaltado são as transformações no ambiente político-institucional da Ucrânia indicadas pelas diversas medidas e propostas surgidas contra o OPZZh e outros partidos considerados pró-russos. Aqui, cabe mencionar, em primeiro lugar, as implicações de certos elementos da decisão judicial de proibição do OPZZh, cuja importância transcende a atuação do partido individualmente considerada. Como visto acima, a corte ucraniana responsável pela proibição buscou fundamentar tal decisão considerando também, enquanto parte componente do que classificou como “posição pró-russa” do OPZZh, diversos posicionamentos públicos de membros do partido veiculados, vale lembrar, antes mesmo da invasão russa de 2022 (UCRÂNIA, 2022b). Similarmente, menções a posicionamentos consonantes com os da Rússia podem ser encontradas, também, nas decisões judiciais de proibição de outros partidos em 2022, como os referidos Opoblok (UCRÂNIA, 2022d) e Nashi (UCRÂNIA, 2022e).

Em vista dessas avaliações das cortes, pode-se dizer que as autoridades ucranianas, invocando o argumento da necessidade de se garantir a segurança nacional e a ordem política no país, sugeriram que certos posicionamentos tidos como consonantes com os da Rússia podem não ser considerados parâmetros programáticos compatíveis com a atuação na política institucional ucraniana - no mínimo, enquanto durar o estado de confrontação entre Ucrânia e Rússia. Ademais, cabe mencionar que iniciativas nesse sentido não se restringem ao âmbito dos tribunais. Surgiram, por exemplo, diversas propostas no parlamento ucraniano que permitiriam a proibição de partidos considerados pró-russos (V RADU ..., 2022) e a cassação de mandatos legislativos de políticos eleitos por partidos proibidos, incluindo o OPZZh (KLOCHKO, 2022).

Já do ponto de vista da Rússia, tal quadro sugere um cenário, com potencial de longo prazo, caracterizado por uma drástica redução das perspectivas de que segmentos da sociedade e da elite política ucranianas se alinhem a políticas consonantes com os interesses de Moscou. Em um episódio simbólico nesse sentido, Medvedchuk, o principal canal de

projeção dos interesses da Rússia na elite política ucraniana, foi cedido pelo governo ucraniano à Rússia em uma troca de prisioneiros em setembro de 2022. A percepção de redução de espaços de influência na Ucrânia, por sua vez, pode estimular a Rússia a buscar modalidades mais diretas de controle político do espaço territorial do país vizinho, como por meio de ocupações e declarações de anexações territoriais (como aquelas realizadas em setembro-outubro de 2022 referentes às áreas sob ocupação russa nas oblasts ucranianas de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhzhia). Nesse sentido, Moscou pode se beneficiar de um possível efeito colateral das ações das autoridades ucranianas, uma vez que a perspectiva de restrições à atuação de grupos pró-russos na política ucraniana pode estimular certos membros e simpatizantes desse tipo de organização, ainda que minoritários, a colaborar com a Rússia.

Conclusão

De diversas maneiras, os conflitos internacionais afetam a política, a economia e a sociedade dos países neles envolvidos. Em meio ao estado de conflito com a Rússia desde 2014, que atingiu sua fase mais intensa com a invasão russa à Ucrânia em 2022, a Ucrânia tem sido um exemplo ilustrativo dessas dinâmicas. Como visto acima, desde 2014, diversos indicadores vêm apontando um fortalecimento da identidade nacional ucraniana e de visões negativas sobre a Rússia na Ucrânia. Em paralelo, cresceu o apoio a uma orientação externa pró-ocidental, o que se traduziu em diversas políticas adotadas pelos governos ucranianos nos últimos anos em busca do ingresso na OTAN e na UE. Entre 2014 e a invasão russa de 2022, as mencionadas tendências na opinião pública e na elite política ucranianas, somadas à efetiva exclusão da Crimeia e dos territórios controlados pela DNR/LNR da vida política ucraniana, contribuíram para uma significativa diminuição da força política de grupos pró-russos na Ucrânia.

Na contramão desses processos, o OPZZh surgiu em 2018 como um projeto político fortemente focado não só em temas historicamente caros ao eleitorado pró-russo da Ucrânia, como também na proposta de uma reaproximação à Rússia. Como indicado ao longo deste trabalho, o OPZZh apresentava notórias convergências programáticas com os interesses do governo russo em diversos assuntos de política doméstica e externa da Ucrânia. A recepção de líderes do OPZZh na Rússia e as sanções russas contra potenciais concorrentes eleitorais do partido, por sua vez, demonstravam o apoio de Moscou ao OPZZh, o que atesta a importância do partido na estratégia política russa para a Ucrânia. No âmbito das relações entre o OPZZh e o governo russo, simbolizadas principalmente pela atuação de Viktor Medvedchuk, o partido ucraniano buscava capitalizar a proximidade com a Rússia com vistas a garantir apoio externo e do eleitorado pró-russo na Ucrânia, enquanto o governo Putin esperava ter no OPZZh uma espécie de canal intermediário de influência política no país vizinho.

A invasão russa de 2022 impactou profundamente esses parâmetros de atuação e articulação política. Em meio à guerra, o OPZZh condenou a invasão russa e se alinhou à defesa da Ucrânia. Por outro lado, como visto acima, diversos membros do partido colaboraram com a Rússia nos territórios ucranianos ocupados por Moscou em 2022. Nesse contexto, as autoridades ucranianas tomaram medidas pelo desmonte do partido, que tiveram como desfecho a decisão judicial de proibição do OPZZh. A visão, por parte das autoridades ucranianas, de uma “ameaça real” à ordem constitucional do país na atuação do OPZZh (UCRÂNIA, 2022b, p.12. Tradução nossa), por sua vez, sugere a possibilidade de futuras invocações do argumento da garantia da segurança nacional e da ordem política para obstaculizar a atuação de organizações com perfil político similar ao do OPZZh.

Em conjunto com os potenciais de fortalecimento da identidade nacional ucraniana e de visões negativas sobre a Rússia na Ucrânia, isso significa que o espaço de atuação institucional para grupos pró-russos na política ucraniana pode ser drasticamente reduzido - no mínimo, enquanto durar o estado de confronto entre Ucrânia e Rússia. Nesse contexto, como se pode inferir da atuação do PZZhM, um cenário que se desenha nas forças tradicionalmente pró-russas da Ucrânia é o caminho de reformulações políticas marcadas por um foco em questões socioeconômicas, pelo distanciamento em relação à Rússia e pela apresentação de certas agendas tradicionais do histórico eleitorado pró-russo do sul e do leste

(como o uso da língua russa) como elementos compatíveis com a identidade nacional ucraniana¹⁵. Já a Rússia, diante do prospecto de redução das possibilidades de convergências e articulações com atores políticos da Ucrânia, pode se ver diante de considerações similares às que pautaram as decisões relacionadas à invasão de 2022 e apostar, por exemplo, em ocupações militares e declarações de anexações territoriais na tentativa de exercer um controle político mais direto no espaço territorial ucraniano e fortalecer as posições geopolíticas de Moscou.

Referências

ARUTUNYAN, Anna. *Hybrid Warriors. Proxies, Freelancers and Moscow's Struggle for Ukraine*. Londres: Hurst & Company, 2022.

ATTITUDE of the population of Ukraine to Russia and what the relations between Ukraine and Russia should be, February 2022. Kyiv International Institute of Sociology, 17 fev. 2022. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=1102&page=1>. Acesso em: 26 out. 2022.

BEKESHKINA, Iryna. Decisive 2014: Did It Divide or Unite Ukraine? In: HARAN, Olexiy; YAKOVLYEV, Maksym (Eds.). *Constructing a Political Nation: Changes in the Attitudes of Ukrainians during the War in the Donbas*. Kiev: Stylos Publishing, 2017.

BOIKO. Rabinovich sidit v Izraile i trubku ne beriot! Chto dal'she s OPZZh? / DA ETO TAK / Maks NAZAROV. DA ETO TAK, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kk8nfKpG7SY>. Acesso em: 28 nov. 2022.

BOIKO I MEDVEDCHUK v Moskve vstretilis' s Medvedevym. *Ukraiins'ka pravda*, 22 mar. 2019. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/rus/news/2019/03/22/7209955/>. Acesso em: 26 jul. 2022.

CHTO IZVESTNO o liudiakh, kotorye popali v novyi spisok sanktsii RF. *Ukraiins'ka pravda*, 25 dez. 2018. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/rus/articles/2018/12/25/7202280/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

D'ANIERI, Paul. Gerrymandering Ukraine? Electoral Consequences of Occupation. *East European Politics and Societies*, v.33, n.1, 2019, p.89-108.

D'ANIERI, Paul. Ucrânia e Rússia: dos acordos de Minsk à invasão de 2022. In: LOUREIRO, Felipe (Org.). *Linha vermelha: a guerra da Ucrânia e as relações internacionais do século XXI*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

DYNAMICS of party rating in the elections to the Verkhovna Rada of Ukraine and candidates in the election of the president of Ukraine: results of the telephone survey, conducted on February 5-13, 2022. Kyiv International Institute of Sociology, 16 fev. 2022. Disponível em: <https://kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=1100>. Acesso em: 3 ago. 2022.

DYNAMIKA zovnishnio-politychnykh nastroiiv naselennia. *Rating*, 3 out. 2022. Disponível em: https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg_files/rg_ua_international_2000_102022_press.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

FEDORENKO, Konstyantyn; RYBIY, Olena; UMLAND, Andreas. The Ukrainian Party System before and after the 2013–2014 Euromaidan. *Europe-Asia Studies*, v.68, n.4, 2016, p.609-630.

FERRARO, Vicente. A guerra na Ucrânia: Uma análise do conflito e seus impactos nas sociedades russa e ucraniana. *Conjuntura Austral*, v.13, n.64, 2022a, p.25-50.

FERRARO, Vicente. O dilema entre democracia e ordem em sociedades divididas: conflitos separatistas, ameaça social e preferências autoritárias na Rússia e na Ucrânia. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2022b.

¹⁵ Um exemplo ilustrativo nesse sentido está na referida questão religiosa. Em novembro de 2022, o PZZhM criticou duramente uma decisão do parlamento da oblast' de Lviv, no oeste, em favor da proibição da UPTs-MP em seu território. O PZZhM ressaltou que a igreja condenou a invasão russa e declarou sua plena independência (PZZHM, 2022b), medidas que sinalizariam, portanto, o compromisso da instituição com a Ucrânia. Em meio à guerra em 2022, parte dos quadros e instalações da UPTs-MP tornou-se alvo de diversas investigações e sanções do governo ucraniano. À época de conclusão deste trabalho, havia sinais de que uma possível decisão pela proibição da UPTs-MP poderia ser tomada na Ucrânia (FERT, 2022; RAFAL'SKII; STUDENNIKOVA, 2022).

"O tempo desses partidos passou"? O partido Plataforma de Oposição – Pela Vida (OPZZh) e a política pró-russa na Ucrânia em meio à Guerra Russo-Ucraniana

FERT, Andriy. Ukraine's largest Orthodox church accused of collaborating with Russia. *Open Democracy*, 20 dez. 2022. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/odr/ukraine-orthodox-church-moscow-patriarchate-collaboration/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

GREY, Stephen; BERGIN, Tom; MUSAIEVA, Sevgil; ANIN, Roman. SPECIAL REPORT-Putin's allies channelled billions to Ukraine oligarch. *Reuters*, 26 nov. 2014. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/russia-capitalism-gas-special-report-pix-idUSL3N0TF4QD20141126>. Acesso em: 21 dez. 2022.

HARRIS, Shane; DEYOUNG, Karen; KHURSHUDYAN, Isabelle; PARKER, Ashley; SLY, Liz. Road to war: U.S. struggled to convince allies, and Zelensky, of risk of invasion. *The Washington Post*, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/national-security/interactive/2022/ukraine-road-to-war/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

HRUSHETSKYI, Anton. Level of trust in politicians, electoral rating and attitude to certain initiatives/events: January 2021. Kyiv International Institute of Sociology, 2 fev. 2021. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=1003>. Acesso em: 14 nov. 2022.

HRUSHETSKYI, Anton. Dynamics of the population's attitude to Russia and the emotional background due to the war: the results of a telephone survey conducted on May 13-18, 2022. Kyiv International Institute of Sociology, 26 maio 2022. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=1112>. Acesso em: 27 out. 2022.

HURAK, Ihor; D'ANIERI, Paul. The Evolution of Russian Political Tactics in Ukraine. *Problems of Post-Communism*, v.69, n.2, 2022, p.121-132.

IEHOSHYNA, Valeriia; SEDLETS'KA, Nataliia. Liovochkin vpershe pislia 24 liutoho pryikhav v Ukrainu, ale zнову poikhav ta zasvityvsia na futboli u Pol'shchi - «Skhemy». *Radio Svoboda*, 21 jul. 2022. Disponível em: <https://www.radiosvoboda.org/a/shemy-liovochkin-surkis-puzanov-opzzh/31953726.html>. Acesso em: 27 nov. 2022.

KANALY Medvedchuka finansiruiutsia iz kompanii v ORLO – istochniki. *Ukrains'ka pravda*, 3 fev. 2021. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/rus/news/2021/02/3/7282148/>. Acesso em: 17 out. 2021.

KERMACH, Ruslan. Attitudes of Ukrainians toward Russia and Russians: Dynamics and Main Trends. In: HARAN, Olexiy; YAKOVLYEV, Maksym (Eds.). *Constructing a Political Nation: Changes in the Attitudes of Ukrainians during the War in the Donbas*. Kiev: Stylos Publishing, 2017.

KLOCHKO, Nadiia. Rada mozhe pozbavyty mandativ usikh deputativ vid OPZZh, startuvav zbir pidpysiv za pozacherhovu sesiiu. *Hlavkom*, 21 nov. 2022. Disponível em: <https://glavcom.ua/country/politics/nardepi-khochut-pozbaviti-mandativ-usikh-deputativ-vid-opzzh-startuvav-zbir-pidpisiv-za-pozacherhovu-sesiju-890661.html>. Acesso em: 27 nov. 2022.

KORSHENKO, Vadym. Zhurnalisty Bihus.info znaishly imovirne mistse prozhyvannia Illi Kyvy pid Moskvouiu. *Bihus.info*, 20 jun. 2022. Disponível em: <https://bihus.info/zhurnalisty-bihus-info-znajshly-jmovirne-misce-prozhyvannya-illi-kyvy-pid-moskvoyu/>. Acesso em: 4 ago. 2022.

“KROT” v Chernobyle i propavshii Bakanov. Chto govornitsia v stat'e Reuters ob “agentakh Kremliia” v ukrainskoi vlasti. *Strana.ua*, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://ctrana.online/news/401493-rassledovanie-o-sekretnykh-ahentakh-kremlija-v-ukraine.html>. Acesso em: 5 ago. 2022.

KUDELIA, Serhiy. Putin's Occupation Options for Ukraine: Keep or Trade? *PONARS Eurasia*, 4 abr. 2022a. Disponível em: <https://www.ponarseurasia.org/putins-occupation-options-for-ukraine-keep-or-trade/>. Acesso em: 4 jul. 2022.

KUDELIA, Serhiy. The Ukrainian State under Russian Aggression: Resilience and Resistance. *Current History*, v.121, n.837, 2022b, p.251-257.

KULYK, Volodymyr. National Identity in Ukraine: Impact of Euromaidan and the War. *Europe-Asia Studies*, v.68, n.4, 2016, p.588-608.

KUZIO, Taras. *Viina Putina proty Ukrainy. Revoliutsiia, natsionalizm i kryminalitet*. Kiev: Dukh i Litera, 2018.

LESHCHENKO, Serhii. Ne Medvedchukom edynym. Vtoroe krylo OPZZh - «gazovaia mafiiia». Sviazii s Rossiei, otkuda den'gi? *Youtube*, 7 mar. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1dOoiY69tSY>. Acesso em: 8 ago. 2022.

"O tempo desses partidos passou"? O partido Plataforma de Oposição – Pela Vida (OPZZh) e a política pró-russa na Ucrânia em meio à Guerra Russo-Ucraniana

- MATUSZAK, Sławomir. The oligarchic democracy. The influence of business groups on Ukrainian politics. *OSW Studies*, n.42, 2012, p.1-112.
- MATVEEVA, Anna. *Through Times of Trouble. Conflict in Southeastern Ukraine Explained from Within*. Lanham: Lexington Books, 2018.
- MEDVEDEV vstretilsia s liderami «Oppozitsionnoi platformy – Za zhizn'». *Rússia Unida*, 10 jul. 2019. Disponível em: <https://er.ru/activity/news/stenogramma-vstrechi-dmitriya-medvedeva-s-rukovodstvom-ukrainskoj-partii-oppozitsionnaya-platforma-za-zhizn>. Acesso em: 28 jul. 2022.
- MILLER, Greg; BELTON, Catherine. Russia's spies misread Ukraine and misled Kremlin as war loomed. *The Washington Post*, 19 ago. 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/interactive/2022/russia-fsb-intelligence-ukraine-war/>. Acesso em: 19 ago. 2022.
- MOSKALENKO, Iuliia. Rada zaklykala mizhnarodnu spil'notu konsoliduvaty vzaiemodiiu shchodo vidnovlennia tsilisnosti Ukraïny. *Dzerkalo Tyzhnia*, 16 fev. 2021. Disponível em: <https://zn.ua/ukr/POLITICS/rada-zaklykala-mizhnarodnu-spilnotu-konsoliduvaty-vzaiemodiju-shchodo-vidnovlennja-tsilisnosti-ukrajini.html>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- NEWSONE skasuvav telemist z telekanalom Kremliia. *Ukraiins'ka pravda*, 8 jul. 2019. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2019/07/8/7220316/>. Acesso em: 11 dez. 2022.
- NIKITENKO, Serhii; ANTYPENKO, Ivan. Okupatsiina vlada na Khersonshchyni: khto tsi liudi i yak vony “keruiut” rehionom. *Most*, 5 set. 2022. Disponível em: https://most.ks.ua/news/url/okupatsijna_vlada_na_hersonschyni_ho_tsi_ljudi_i_jak_voni_kerujut_rehionom. Acesso em: 5 set. 2022.
- OPZZH. Predvybornaia programma politicheskoi partii «Oppozitsionnaia platforma - Za zhizn'». «Mir! Otvetstvennost'! Zabota!», s.d.a. Disponível em: <https://zagittya.com.ua/page/programma.html>. Acesso em: 8 out. 2021.
- OPZZH. Plan – kontsepsiia uregulirovaniia krizisa na Iugo-Vostoke Ukrainy putiom poetapnogo sozdaniia uslovii dlia realizatsii Minskikh soglashenii ot 12.02.2015 goda, s.d.b. Disponível em: https://zagittya.com.ua/page/mirnyj_plan/plan/koncepcija.html. Acesso em: 21 out. 2021.
- OPZZH. Vlast', provalivshaia vosstanovlenie mira v Ukraine i reintegratsiiu Donbassa, dolzhna uiti, 22 fev. 2022a. Disponível em: https://web.archive.org/web/20220308012034/https://zagittya.com.ua/news/zajavlenija/vlast_provalivshaja_vosstanovlenie_mira_v_ukraine_i_reintegratsiju_donbassa_dolzhna_uiti.html. Acesso em: 17 nov. 2022.
- OPZZH. My budem zashchishchat' Ukrainu, 8 mar. 2022b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dNfo36CsDL4>. Acesso em: 21 nov. 2022.
- OPZZH. OP-ZZh osuzhdaet liubuiu kollaboratsiiu s vragami strany, 5 abr. 2022c. Disponível em: https://web.archive.org/web/20220406121231/https://zagittya.com.ua/news/zajavlenija/oplzh_osuzhdaet_liubuju_kollabora_ciju_s_vragami_strany.html. Acesso em: 21 nov. 2022.
- OPZZH. Neobkhodimo nachat' peregovory o prekraschenii ognia, 25 fev. 2022d. Disponível em: https://web.archive.org/web/20220307151748/https://zagittya.com.ua/news/zajavlenija/neobkhodimo_nachat_peregovory_o_prekraschenii_ognja.html. Acesso em: 17 nov. 2022.
- OPZZH. Politicheskii sovet OP-ZZh: glavnaia zadacha partii – pomoshch' liudiam, 8 mar. 2022e. Disponível em: https://web.archive.org/web/20220308153413/https://zagittya.com.ua/news/novosti/resheniya_politsoveta_oplzh.html. Acesso em: 17 nov. 2022.
- POHORILKO, Maryna. U Khersoni samorozpustylasia fraktsiia OPZZh. *Obozrevatel*, 16 mar. 2022. Disponível em: <https://news.obozrevatel.com/ukr/politics/u-hersoni-samorozpustylasya-fraktsiya-opzzh.htm>. Acesso em: 27 nov. 2022.
- PZZHM. Iu. Boiko ocholyv nove ob'iednannia u Verkhovniï Radi «Platforma za zhyttia ta myr», 21 abr. 2022a. Disponível em: <https://t.me/OppositionPlatformForLife/1355>. Acesso em: 28 nov. 2022.

- PZZHM. Zaborona tserkov politykamy - bezzakonnia i seredniovichne dykunstvo. 29 nov. 2022b. Disponível em: <https://t.me/OppositionPlatformForLife/1428>. Acesso em: 29 nov. 2022.
- RAFAL'SKII, Denis; STUDENNIKOVA, Galina. Sanktsii i vera. Gotoviat li vlasti zapret Ukrainskoi pravoslavnoi tserkvi i kakovy budut posledstviia. *Strana.ua*, 3 dez. 2022. Disponível em: <https://strana.today/news/417311-cto-budet-s-upts-v-ukraine-i-kak-tserkov-otvetit-na-dejstvija-vlastej-v-otnoshenii-nee.html>. Acesso em: 23 dez. 2022.
- REMAZHEVSKA, Liubomyra; SAVCHUK, Maksym. The Sweetheart Oil Deal Funding Ukraine's Top Pro-Kremlin Politician. *OCCRP*, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://www.occrp.org/en/investigations/the-sweetheart-oil-deal-funding-ukraines-top-pro-kremlin-politician>. Acesso em: 17 nov. 2022.
- REZNIKOVA, Ekaterina. Komu mat' rodna. Chast' tret'ia. Putevoditel' po rossiiskim okkupantam i ukrainским kollaboratsionistam. *Proekt*, 29 set. 2022. Disponível em: <https://www.proekt.media/guide/kto-rukovodit-okkupirovannymi-territoriyami-ukrainy/>. Acesso em: 13 out. 2022.
- RÚSSIA. Ob uregulirovanii krizisa na Ukraine. Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia, s.d. Disponível em: <https://www.mid.ru/situacia-na-ugo-vostoke-ukrainy>. Acesso em: 8 out. 2021.
- RÚSSIA. Soveshchanie s postoiannymi chlenami Soveta Bezopasnosti. Presidente da Rússia, 14 maio 2021. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/events/security-council/65572>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- SALIZHENKO, Oleksandr. "Posol'stvo RF" u Verkhovnij Radi: iak OPZZh lobbiiue vykonnanja Mins'kykh uhod. *Chesno*, 14 fev. 2022a. Disponível em: <https://www.chesno.org/post/5130/>. Acesso em: 3 ago. 2022.
- SALIZHENKO, Oleksandr. Neimovirne perevzuvannia OPZZh. Soratnyky Medvedchuka zaboroniaut' rosiis'ku muzyku i "vstupaiut'" v IES. *Hlavkom*, 20 jun. 2022b. Disponível em: <https://glavcom.ua/country/politics/neymovirne-perevzuvannya-opzzh-yak-soratniki-medvedchuka-zaboronyayut-rosiysku-muziku-i-vstupayut-v-jes-854349.html>. Acesso em: 3 ago. 2022.
- SALIZHENKO, Oleksandr. «Shyrka 2.0». Nova real'nist' u Verkhovnij Radi. *Hlavkom*, 27 set. 2022c. Disponível em: <https://glavcom.ua/country/politics/shirka-20-nova-realnist-u-verkhovnij-radi-878146.html>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- SEREDA, Sofia. Pidtrymuit' Zelens'koho i kurs na IES ta planuiut' rebrendynh: iak zhyve OPZZh pislia rozkolu i zaborony? *Radio Svoboda*, 11 jul. 2022. Disponível em: <https://www.radiosvoboda.org/a/rada-opzzh-boyko-stolar-zelenskyi-sluga-narodu/31933389.html>. Acesso em: 3 ago. 2022.
- SKORKIN, Konstantin. Krakh prorossiiskoi Ukrainy. Kak voina izmenit politicheskuiu zhizn' ukrainского Iugo-Vostoka. *Carnegie Politika*, 25 nov. 2022. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/politika/88489>. Acesso em: 25 nov. 2022.
- SMIRNOV, Iurii. Skrepy moskovskie. Kak ustroeny klany OPZZh, i za chto oni voiuut mezhdou soboi. *Liha.net*, 18 mar. 2021a. Disponível em: <https://www.liha.net/politics/articles/skrepy-moskovskie-kak-ustroeny-klany-opzj-i-za-cto-voyuyut-mejdu-soboy>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- SMIRNOV, Iurii. "Medvedchuk poprosil". Zachem Kreml' vvel sanktsii protiv Levochkina, i zhdet li OPZZh raskol. *Liha.net*, 9 set. 2021b. Disponível em: <https://www.liha.net/politics/articles/medvedchuk-poprosil-zachem-kreml-vvel-sanktsii-protiv-levochkina-i-jdet-li-opzj-raskol>. Acesso em: 22 out. 2021.
- TOAL, Gerard. *Near Abroad. Putin, the West, and the Contest over Ukraine and the Caucasus*. Nova York: Oxford University Press, 2017.
- UCRÂNIA. Ukaz prezidenta Ukrainy №153/2022. Presidente da Ucrânia, 19 mar. 2022a. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/documents/1532022-41765>. Acesso em: 4 ago. 2022.
- UCRÂNIA. Rishennia imenem Ukrainy. Sprava N° P/857/8/22, Oitavo Tribunal Administrativo de Apelação, 20 jun. 2022b. Disponível em: <https://minjust.gov.ua/files/general/2022/06/28/20220628145949-50.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- UCRÂNIA. DBR zavershylo rozsliduvannia u provadzhenni pro derzhzradu Viktora Medvedchuka. Escritório Estatal de Investigações, 2 jun. 2022c. Disponível em: <https://dbr.gov.ua/news/dbr-zavershilo-rozsliduvannya-u-provadhenni-pro-derzhzradu-viktora-medvedchuka>. Acesso em: 21 nov. 2022.

UCRÂNIA. Rishennia imenem Ukrainy. Sprava N° P/857/12/22, Oitavo Tribunal Administrativo de Apelação, 8 jun. 2022d. Disponível em: <https://minjust.gov.ua/files/general/2022/06/13/20220613093902-50.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2022.

UCRÂNIA. Rishennia imenem Ukrainy. Sprava N° P/857/9/22, Oitavo Tribunal Administrativo de Apelação, 14 jun. 2022e. Disponível em: <https://minjust.gov.ua/files/general/2022/06/22/20220622094650-75.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2022.

V OPZZH prokomentirovali veroiatnoe trebovanie Rossii na peregorovakh naznachit' Boiko prem'er-ministrom Ukrainy. *Gordon*, 7 mar. 2022. Disponível em: <https://gordonua.com/news/war/v-opzzh-prokomentirovali-veroyatnoe-trebovanie-rossii-na-peregorah-naznachit-boyko-premer-ministrom-ukrainy-1598737.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

V RADU vnesli zakonproekt o zaprete politicheskikh partii iz-za prorossiiskoi politiki. *Strana.ua*, 21 mar. 2022. Disponível em: <https://strana.today/news/382709-v-radu-17-marta-vnesli-zakonproekt-o-zaprete-politpartij-za-prorossijskuju-politiku.html>. Acesso em: 27 nov. 2022.

WAY, Lucan. Ukraine's Post-Maidan Struggles: Free Speech in a Time of War. *Journal of Democracy*, v.30, n.3, 2019, p.48-60.

ZHURAVLEV, Oleg; ISHCENKO, Volodymyr. Exclusiveness of civic nationalism: Euromaidan eventful nationalism in Ukraine. *Post-Soviet Affairs*, v.36, n.3, 2020, p.226-245.

ZOLKINA, Maria; HARAN, Olexiy. Changes in the Foreign Policy Orientations of Ukrainians after the Euromaidan: National and Regional Levels. In: HARAN, Olexiy; YAKOVLYEV, Maksym (Eds.). *Constructing a Political Nation: Changes in the Attitudes of Ukrainians during the War in the Donbas*. Kiev: Stylos Publishing, 2017.

ZYGAR', Mikhail. *Vsia kremlevskaia rat': Kratkaia istoriia sovremennoi Rossii*. Moscou: Intellektual'naia literatura, 2016.

Geopolítica da fome: o Holodomor como instrumento de contenção do nacionalismo ucraniano

Geopolitics of hunger: the Holodomor as an instrument for containing Ukrainian nationalism

DOI: <https://doi.org/10.62496/geseu.v1n1.003>

Cristiane Barboza Lopes da Silva

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil

cristiane.lopes@acad.ufsm.br 

Guilherme dos Santos Schmeling

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil

guilherme.schmeling@acad.ufsm.br 

Karolayni Baldoni Costa

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil

karolayni.baldoni@acad.ufsm.br  

Resumo

A questão nacional foi sempre um tópico muito complexo na história ucraniana. Seu desenvolvimento histórico levou a diferentes visões de um projeto nacional. No período stalinista, essas ideias ocasionaram medidas drásticas por parte do governo soviético, como o advento da Grande Fome entre os anos de 1932 e 1933. Nesse sentido, a presente pesquisa é guiada pela seguinte pergunta: como o Holodomor pode ter sido utilizado pelo governo soviético como um instrumento de contenção do nacionalismo ucraniano? O trabalho tem como objetivo analisar se o Holodomor foi utilizado como instrumento de contenção do nacionalismo ucraniano e, ainda, se este configura um ato de genocídio. Para isso, busca-se: (i) abordar a formação e consolidação do nacionalismo ucraniano; (ii) contextualizar a política soviética para suas repúblicas federativas; (iii) e identificar o que foi o Holodomor e a sua relação com o nacionalismo ucraniano. A pesquisa possui caráter qualitativo, empregando-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, guiado pela hipótese de que “o Holodomor foi utilizado como instrumento de contenção do nacionalismo ucraniano”. Para viabilizar a pesquisa, a técnica de revisão bibliográfica é utilizada.

Palavras-chave: Holodomor; nacionalismo ucraniano; Stalin.

Abstract

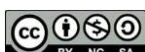
The national question has always been a very complex topic in Ukrainian history. Its historical development has led to different visions of a national project. In the Stalinist period, these ideas led to drastic measures by the Soviet government, such as the advent of the Great Famine between 1932 and 1933. In this sense, this research is guided by the following question: how could the Holodomor have been used by the Soviet government as an instrument to contain Ukrainian nationalism? The objective of this work is to analyze whether the Holodomor was used as an instrument to contain Ukrainian nationalism, and even if it constitutes an act of genocide. For this, we seek to: (i) address the formation and consolidation of Ukrainian nationalism; (ii) contextualize Soviet policy towards its federative republics; (iii) and identify what the Holodomor was and its relationship with Ukrainian nationalism. The research has a qualitative character, using the hypothetical-deductive method of approach, guided by the hypothesis that “the Holodomor was used as an instrument of containment of Ukrainian nationalism”. To make the research viable, the bibliographic review technique is used.

Keywords: Holodomor; Ukrainian nationalism; Stalin.

Recebido: 23 de julho de 2023

Aceito: 23 de agosto de 2023

Conflitos de interesse: não foram declarados quaisquer conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/) que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais e no caso de ser transformado ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

A história ucraniana está intrinsecamente associada ao desenvolvimento dos impérios e Estados com os quais fez e faz fronteira. Essa ligação foi fundamental para o desenvolvimento do nacionalismo ucraniano e para as ações da Rússia soviética que, ao visar a destruição de tal ameaça ao projeto da união de suas repúblicas, causou a morte de milhares de cidadãos ucranianos.

O final da década de 1920 e a década de 1930 foi um período de grandes transformações na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Durante a liderança de Joseph Stalin (1927-1953), o Estado soviético passou por significativas transformações econômicas e sociais, sobretudo por meio das políticas de coletivização e industrialização, que impactaram as relações sociais e a formação da sociedade soviética. A busca por uma modernidade alternativa aos padrões ocidentais resultou em mudanças na mobilidade espacial e social, formação de uma classe burocrática influente, mas também expôs contradições e consequências para a população soviética e diferentes nações dentro do país.

Apesar das políticas stalinistas terem significado um avanço relativo para o desenvolvimento soviético, as medidas implementadas pelo governo foram e ainda são alvos de contestações. Uma delas é o evento fatídico do Holodomor entre os anos de 1932 e 1933. Também conhecido como a Grande Fome ucraniana, o Holodomor consistiu na morte de milhões de camponeses ucranianos por meio da fome em massa, provocada pelas políticas de confisco e repressão estatal sobre a massa campesina que era obrigada a cumprir as exigências advindas do Estado.

Dessa forma, a presente pesquisa é norteada pela seguinte pergunta: como o Holodomor pode ter sido utilizado pelo governo soviético como um instrumento de contenção do nacionalismo ucraniano? Desse modo, o trabalho tem como objetivo demonstrar de que maneira o Holodomor foi utilizado como instrumento de contenção do nacionalismo ucraniano. Assim, mais especificamente, visa (i) abordar a formação e consolidação do nacionalismo ucraniano; (ii) contextualizar a política soviética para suas repúblicas federativas; (iii) e identificar o que foi o Holodomor e sua relação com a contenção do nacionalismo ucraniano. Para isso, realiza-se uma pesquisa qualitativa, a partir do método de abordagem hipotético-dedutivo, em que se emprega a hipótese de que “o holodomor foi utilizado como instrumento de contenção do nacionalismo ucraniano”. Para viabilizar a pesquisa, a técnica de revisão bibliográfica é utilizada.

Portanto, a primeira seção aborda a constituição da nação ucraniana como um Estado, enfatizando sua condição geopolítica como norteadora dos caminhos de desenvolvimento nacional. Em seguida, a segunda seção aborda os objetivos e políticas de desenvolvimento do Estado soviético, em especial a industrialização e a agricultura como motores do desenvolvimento e as políticas para as repúblicas federativas. Na terceira seção, resgata-se as discussões sobre a importância do sistema de coletivização para a sobrevivência da URSS e se discute como o sistema pode ter atuado como um instrumento regulador do Estado para conter iniciativas de nacionalização na Ucrânia. Por fim, conclui-se fazendo menção aos principais argumentos abordados neste trabalho, a fim de lançar luz sobre o entendimento da origem e intencionalidade do Holodomor.

Nacionalismo ucraniano

Compartilhando contemporaneamente uma fronteira de mais 2200 km, Rússia e Ucrânia estão intrinsecamente interligadas desde os primórdios de sua história: do surgimento de seus primeiros habitantes a, posteriormente, sua constituição como Estados nacionais. Ao longo dos séculos, os dois países passaram mais tempo como parte de um mesmo Estado do que separados. A Ucrânia é vista geopoliticamente por muitos estudiosos como um limite entre civilizações e uma linha divisória entre impérios distintos. (ZABALA, p.8, 2022).

A origem de ambos os países parte do rus de Kiev¹⁶ e dele se desenvolveram o principado de Vladimir-Suzdal,

¹⁶ “No início do século XVII, Kiev era a capital de um poderoso principado que rapidamente se tornava uma das sociedades mais desenvolvidas da Europa: o Rus” (tradução nossa) (KUBICEK, p. 20, 2008).

base da nacionalidade e do idioma russo, e o Principado da Galícia-Volínia, base da nacionalidade ucraniana (ZABALA, p. 9, 2022). Os caminhos do desenvolvimento ucraniano estiveram sempre ligados aos interesses dos impérios e Estados que foram ascendendo e caindo ao seu redor ao longo dos séculos. Destes, além da Rússia, podemos citar ainda a Polónia, a Lituânia e o Império Austro-Húngaro. Devido ao objetivo deste trabalho, não focaremos em uma linha temporal do desenvolvimento histórico; no entanto, é importante ressaltar que, conforme os diferentes domínios se sucediam na região e a Rússia se desenvolvia, diferentes foram os projetos para afirmação da identidade nacional dos ucranianos. Trataremos desta situação na era soviética.

Durante o período entreguerras (1918-1939), os ucranianos, apesar de emergirem como uma das maiores nações europeias, possuíam ainda uma forte questão nacional a ser resolvida. Além de não contarem com um Estado próprio, os territórios que ocupavam se encontravam divididos entre outros quatro Estados: a Rússia bolchevique, a Polónia, a Romênia e a Tchecoslováquia. A situação se tornava ainda mais complexa pois cada um destes governos via a resolução da questão ucraniana de maneira distinta, variando da complacência à opressão (PLOKHY, 2015).

Entre os projetos nacionais ucranianos que surgiram no período mencionado, os mais influentes foram a variante soviética do nacional-comunismo e o nacionalismo radical. O primeiro se desenvolveu na Ucrânia soviética e o segundo na Galícia e na Volínia, que eram, então, governadas pela Polónia. Naquele momento, a Ucrânia soviética ainda não fazia parte da URSS, o que só veio a ocorrer em dezembro de 1922 (PLOKHY, p. 230, 2015).

Ploky (2015, p. 257) explica que os líderes de Moscou percebiam os ucranianos como a minoria mais “inquieta e rebelde” sob seu comando devido a experiências anteriores de rebeliões e levantes das massas. Portanto, a criação da União levou fortemente em consideração esse aspecto. Para o governo ucraniano, foi dada uma autonomia que era, até então, sem precedentes. Porém, para os ucranianos do campo, a situação não melhorou muito e eles tinham pela administração soviética pouco mais do que a simpatia que teriam por uma força ocupadora. Percebendo a situação, o Partido identificou a necessidade de modificar esse julgamento para poder exercer melhor controle sobre o campesinato.

A estratégia utilizada pelos soviéticos foi a implementação de uma política que promovia tanto as línguas quanto as culturas nacionais. Esta medida é conhecida como *korenizatsiya* ou indigenização. Promoveram, ainda, a formação de quadros de dirigentes locais que substituíssem a antiga elite imperial. Utilizando-se desse sistema, visavam conter quaisquer ressentimentos nacionais. Tais princípios estavam fortemente ligados à visão de Lenin de “amizade entre os povos”. Contudo, a ascensão de Stalin ao poder modificou seriamente essa estrutura (ZABALA, p. 14, 2022).

Para Stalin, russos e ucranianos faziam parte de um mesmo povo, mas ele acreditava que a sobrevivência do regime dependia do apoio do maior grupo étnico entre eles: os russos. A partir dessa visão, era preciso frear as ambições ucranianas de maior independência cultural. Foi o início de um forte período de perseguição a intelectuais da intelligentsia ucraniana que culminou com um julgamento, em 1929, baseado em uma falsa acusação de criação de uma organização chamada União para Libertação da Ucrânia. O argumento utilizado pelos promotores era de que uma revolta estava sendo organizada com o objetivo de criar uma Ucrânia independente. Ainda que sustentado por falsas acusações, o julgamento levou a 15 sentenças de morte, 192 condenações à prisão e 87 condenações ao exílio (PLOKHY, P 234, 2015).

Em 1931, Mychailo Hrushevsky (1866-1934), acadêmico, político e historiador, considerado uma distinta figura pública ucraniana, foi forçado a se mudar para Moscou e seus companheiros da Academia de Ciências enviados para campos de trabalhos forçados, todos acusados por suposta participação em grupos de atividades ilegais. Tais medidas serviram para “decapitar” a liderança intelectual da Ucrânia. Apesar disso, Stalin sabia que a base do nacionalismo ucraniano se encontrava entre os camponeses. Por esse motivo, acredita-se que um dos objetivos da coletivização, que será abordada mais adiante no trabalho, era a destruição dessa base (KUBICEK, p. 102, 2008).

A partir da análise dos acontecimentos deste período, é possível perceber que a própria política soviética inicial de incentivo ao desenvolvimento das nacionalidades presentes na URSS causou o desenvolvimento do sentimento de pertencimento dos ucranianos. As ideias dos intelectuais que surgiram desse período de fomento cultural (indigenização) levaram Stalin a temer o sentimento nacionalista ocasionado pelos estudos dos líderes da intelligentsia. Aliados a esses

fatores, se encontravam os camponeses, para quem a situação não apenas se dificultou diante dos planos de avanço do regime soviético, como tornou-se insustentável ao culminar em um genocídio, conforme será apontado nas próximas seções.

A política soviética para as suas repúblicas federadas nos anos 1930

Compreender a política soviética do final da década de 20 e início da década de 30 é essencial para compreender o contexto político-econômico e social da Ucrânia. Afinal, o Holodomor (1932-1933) é considerado um produto das políticas econômicas da era stalinista (1927-1953), tendo em vista que o evento também significou uma perseguição à massa campesina e à cultura ucraniana.

O período em que Joseph Stalin esteve à frente da URSS (1927-1953) foi marcado por grandes transformações econômicas e sociais. De acordo com Day (1998, p. 1, tradução própria¹⁷) “em seu curso, o país foi transformado de todas as formas imagináveis, não apenas economicamente, socialmente, culturalmente e politicamente, mas também fisicamente”. Afinal, as políticas de coletivização e industrialização, motores do desenvolvimento soviético, impactaram profundamente também as relações sociais e a formação da sociedade soviética. Conforme o autor aponta, “historiadores ocidentais deste período têm há muito tempo focado em três de seus principais tumultos: a coletivização, a industrialização e as expurgações” (DAY, 1998, p. 1, tradução própria¹⁸).

Sob o regime stalinista, ressalta-se que o período foi marcado pela necessidade da URSS se modernizar e construir “caminhos alternativos aos padrões ocidentais no sentido da construção de uma outra modernidade” (REIS FILHO, 2003, p. 84). Devido a esse cenário, o Estado socialista vivenciou uma significativa mobilidade espacial e social durante o crescimento industrial, com migrações maciças, mudanças educacionais e a formação de uma classe burocrática influente (REIS FILHO, 2003, p. 79-82). Desse modo, observou-se as contradições dessa “modernidade socialista” frente às condições reais da maioria da população.

Para Plokhly (2015), apesar de não se poder explicar a década de 1930 somente a partir de Stalin, “não há dúvida de que Stalin e um pequeno círculo de assessores tomaram todas as decisões cruciais do período” (PLOKHY, 2015, p. 245, tradução própria¹⁹). Nesse sentido, cabe compreender o projeto político-econômico stalinista e o papel da industrialização acelerada e a coletivização do campo nesse processo.

Industrialização e a coletivização da terra no contexto da modernidade socialista

Como destacado anteriormente, a década de 1930 é central para fundamentar o modelo socialista no século XX. Conforme Reis Filho (2003, p. 73), ela foi marcada por uma “revolução pelo alto” visando justamente a modernidade socialista, conforme as transformações socioeconômicas pensadas na era Lênin, mas em um novo modelo. Em relação a essas transformações socioeconômicas, destacam-se “a expropriação imediata do capital e a supressão da propriedade privada, coletivizando todos os meios de produção e transformação do país” a partir da transferência de “uma parte importante do potencial econômico da nação para as mãos do Estado e dos seus líderes” (KOVTUN, 2014, p. 2).

Os principais termos relacionados ao projeto soviético de transformação incluíam “industrialização socialista” e “coletivização” (PLOKHY, 2015). A primeira visava uma revolução industrial estatal para aumentar drasticamente a produção industrial, priorizando setores como a indústria pesada e a energia. A segunda envolvia a criação de fazendas coletivas administradas pelo Estado, substituindo a Nova Política Econômica, que permitia elementos de economia de mercado na agricultura.

¹⁷ Do original: “. In their course, the country was transformed in every conceivable way— not only economically, socially, culturally, and politically, but physically as well.”

¹⁸ Do original: “western historians of this period have long focused on three of its major tumults— collectivization, industrialization and the Purges.”

¹⁹ Do original: “there is little doubt that Stalin and a narrow circle of aides made all crucial decisions of the period”.

A liderança soviética considerava esses programas, junto com a Revolução Cultural, essenciais para a “sobrevivência do regime comunista em um ambiente capitalista hostil” (PLOKHY, 2015, p. 246). Desse modo, visto que a industrialização dependia da acumulação de capital proveniente da agricultura, Stalin passou a defender uma “transformação econômica e social mais rápida” para alcançar seus objetivos (PLOKHY, 2015).

Assim, os pilares das políticas soviéticas na década de 30 são a centralidade dada às cidades e ao processo de industrialização, além da coletivização de terras. De acordo com Reis Filho (2003, p. 71), os líderes soviéticos defendiam “o fortalecimento da hegemonia da indústria socialista sobre o conjunto da economia e a ideia de alcançar e superar os países capitalistas avançados num curto prazo”. Além disso, o processo de coletivização da terra era “considerado superior e única alternativa a longo prazo do ponto de vista da construção da modernidade socialista” (REIS FILHO, 2003, p. 71).

Nesse sentido, a elaboração do I Plano Quinquenal corresponde a uma virada na trajetória das políticas soviéticas, não somente devido à troca de gestão como também em substituição às orientações do Novo Plano Econômico (NEP) que prevaleceram até 1928 (REIS FILHO, 2003, p. 74). Assim, acelerou-se o processo de industrialização e coletivização, pilares da tal “modernidade socialista”. Conforme Reis Filho (2003, p. 74), “em cerca de cinco meses, do início de outubro de 1929 ao fim de fevereiro de 1930, quase 60% dos mujiks foram coletivizados em kolkhozes (cooperativas) e sovkhozes (fazendas estatais)”. Além disso, “em fins de 1935, 98% deles estavam definitivamente coletivizados.” (REIS FILHO, *id.*).

Frise-se que essas duas políticas foram centrais na formação da estrutura da sociedade soviética. Afinal, a coletivização do campo resultou em “um aumento das migrações internas para as cidades” e “[...] a importância econômica do trabalho forçado é até hoje de difícil mensuração estatística” (REIS FILHO, 2003, p. 77). Da mesma forma, a industrialização acelerada “apoiou-se na opção por um determinado conjunto de setores, considerados estratégicos, [...] e a eles seriam destinados 78% dos investimentos totais.” (REIS FILHO, *id.*). Assim, é importante ressaltar a política de desenvolvimento no contexto da relação da União Soviética com suas repúblicas federativas.

A política de desenvolvimento soviética e suas repúblicas federadas nos anos 1930

Cabe destacar que a distribuição de poder na União das Repúblicas Soviéticas era assimétrica, visto que “o poder da metrópole, assim como o peso demográfico da Rússia era muito maior do que o de qualquer outra das unidades do novo Estado ou, na verdade, de todos eles em conjunto” (SUNY, 2008, p. 87). Contudo, para compreender a tentativa de realização da “modernidade socialista”, não basta apenas compreender a dimensão político-econômica. Afinal, a forma como o governo conduz sua política de desenvolvimento no período interage diretamente com as diferentes unidades nacionais das repúblicas federativas. Nesse contexto,

[a] intensa mobilização da sociedade soviética ao longo dos anos 30 baseou-se em algumas convicções, compartilhadas por largas maiorias. Sem elas, não seria concebível que tanta gente estivesse disposta a tantos sacrifícios num período de tempo tão concentrado. Para o enfrentamento das dificuldades, para superá-las, e alcançar os objetivos dos Planos, construíram-se idéias-força, quase sempre reativando ou atualizando tradições integrantes de uma cultura política comum, enraizada no tempo (REIS FILHO, 2003, p. 82).

Assim, no contexto da NEP (Nova Política Econômica) e do I Plano Quinquenal, cabe considerar as políticas econômicas de desenvolvimento direcionadas às repúblicas federativas. Em especial, destaca-se a já mencionada “política de indigenização”, que “ênfaticava o desenvolvimento econômico das periferias não russas, bem como o apoio e o desenvolvimento das culturas locais” (PLOKHY, 2015, p. 230, tradução própria²⁰).

Assim, quando falamos do projeto da modernização socialista, não só a exaltação desse projeto era suficiente para

²⁰ Do original: “which emphasized the economic development of the non-Russian peripheries, as well as the support and development of local cultures”.
Geopolítica da fome: o Holodomor como instrumento de contenção do nacionalismo ucraniano

arcar com todos os custos do processo. Afinal, com o tempo, “as relações injustas e imperiais entre o centro e as periferias tornaram-se a norma [...]” e “no plano econômico, a ênfase foi na eficiência, frequentemente com desconsideração de fatores etnoculturais” (SUNY, 2008, p. 87). Além disso, “era preciso (...) preparar-se para um processo de exacerbação das contradições sociais, em que todas as armas seriam empregadas de modo implacável por ambos os lados” (REIS FILHO, 2003, p.84). Nesse contexto, ressalta-se a política do Terror empregada por Stalin.

De acordo com Ploky (2015, p. 255), “Stalin utilizou a Grande Fome para transformar a Ucrânia em uma ‘república soviética exemplar’”, de modo que, até o final da década de 1930, a Ucrânia se tornou um modelo de industrialização e coletivização soviéticas. Desse modo, no contexto da sociedade e das políticas soviéticas, a próxima seção aborda o caso do Holodomor na história ucraniana.

O Holodomor como instrumento de contenção do nacionalismo ucraniano

Estando a questão alimentar inerentemente ligada ao desenvolvimento humano e também ao desenvolvimento dos estados nacionais, a produção de alimentos passou a assumir um papel estratégico central durante a história, uma vez que a atividade agrícola passou a representar uma de suas bases edificadoras, reverberando na sua organização interna e externa, e refletindo em duas questões vitais para a sobrevivência humana e estatal: a autonomia energética e a segurança alimentar (TOLEDO, 2015). Dessa forma, a autossuficiência ou escassez de alimentos passou a significar a formação ou declínio do poder nacional.

As principais políticas stalinistas implementadas entre o final da década de 1920 e que perduraram até 1953, como o processo de industrialização direcionada para setores de produção energética e a coletivização das fazendas, representaram decisões vitais para a sobrevivência do comunismo. Tanto a industrialização quanto a coletivização e a revolução cultural nesse período passaram a servir de instrumentos dos bolcheviques para garantir a sobrevivência do regime. Como resultado imediato, os três programas provocaram uma positiva modificação na agricultura tradicional, que se transformou em um setor modernizado (PLOKHY, p. 246, 2015).

A Ucrânia de meados da década de 1930 era considerada a segunda república mais populosa da URSS, contabilizando cerca de 20% do total populacional da União e representando cerca de 2% do seu território. O leste e o sul da república detinham grande potencial industrial, dadas as suas capacidades já instaladas desde o final do século XIX. Também era do conhecimento dos bolcheviques o potencial agrícola de que ela dispunha. Foi nesse sentido que, no outono de 1929, Stalin expandiu o sistema de coletivização das terras ucranianas, exigindo um esforço total dos camponeses. A política atingiu fortemente as áreas produtoras de cereais consideradas as mais fecundas naquela época, bem como coagiu os camponeses a concederem, para além de suas terras, seus animais e equipamentos agrícolas ao Estado (PLOKHY, p. 246-249, 2015).

A política de coletivização enfrentou a resistência de muitos camponeses, que incitaram uma série de revoltas iniciadas na primavera de 1930. Para além das rebeliões, os camponeses ucranianos abatiam animais para evitar o confisco estatal e fugiam para os centros industriais. O Estado compreendia as insurreições como uma forma encontrada pelos camponeses de provocar a fome nas cidades e minarem o setor manufatureiro. Como resposta, o governo utilizou seu exército e a polícia secreta para perseguir os rebeldes que, mesmo sob intensa repressão, resistiram.

As aldeias ucranianas tiveram um tratamento mais severo por parte da elevada exigência de cotas produtivas para que os planos econômicos de Moscou pudessem ser cumpridos. As cotas eram tão elevadas a ponto de não restar nada para os camponeses comerem. A nova política resultou na fome em massa na Ucrânia durante o inverno e a primavera de 1932. Cerca de 80 mil pessoas morreram de fome somente no ano de 1932 na região de Kiev (PLOKHY, p. 250, 2015).

Temendo perder a Ucrânia para líderes partidários pró-independência, Stalin apropriou-se do pretexto do não cumprimento das cotas ucranianas para “distorcer a linha partidária ucraniana” e findar a ucranização de regiões do norte e extremo oriente da república por meio de demissões e prisões de vários funcionários considerados insurgentes. Ao que tudo

indica, o ataque ao campesinato ucraniano andou lado a lado ao ataque da própria cultura ucraniana.

Em 1933, o governo soviético ampliou o cerco sobre os camponeses para o cumprimento das cotas de cereais, punindo aqueles que não as cumpriam através do confisco de fósforos e querosene, cereais, gado e qualquer outro bem essencial que pudesse vir a ser usado no preparo e consumo de alimentos. Entretanto, essa ampliação acabou por levar milhões de ucranianos à fome.

A região ucraniana menos impactada pela fome foi a região sul, mais industrializada do que a região norte. Estima-se que mais de 4 milhões de pessoas tenham morrido de fome entre 1932 e 1934, configurando o episódio que hoje conhecemos como Holodomor, ou a Grande Fome ucraniana (PLOKHY, p. 253, 2015). Apesar do efeito traumático, ao final da década de 1930, a Ucrânia foi transformada em um modelo de república soviética que Stalin desejava, tendo sua produção industrial excedendo conquistas anteriores e o setor agrícola totalmente coletivizado.

A fome como instrumento de guerra: Holodomor, um caso de genocídio?

Na fase inicial da ampliação da coletivização de terras e das constantes elevações das cotas de cereais, a fome generalizada foi o resultado imprevisto e não planejado de diversos fatores somados à desestruturação social e produtiva soviética, tais como: a desorganização do ciclo produtivo em razão da coletivização; os boicotes praticados pelos camponeses aos seus patrimônios como resistência; a própria resistência à coletivização por parte dos camponeses expropriados; e as condições climáticas adversas (RIBEIRO, 2010).

Insatisfeito com a lentidão da arrecadação das cotas ucranianas em 1932, Stalin culpabilizou os dirigentes locais perante os atos de sabotagem e passou a intensificar restrições para os camponeses, de modo que estes ficassem impossibilitados de tirar proveito próprio dos alimentos que produziam. Aos poucos, os dirigentes informavam as autoridades centrais sobre o rápido alastramento da fome, excepcionalmente na Ucrânia e no Cazaquistão, de modo a sensibilizarem o Kremlin para que este reduzisse a pressão sobre o campesinato.

De acordo com Vassylenko (2013), aqueles que negam a intencionalidade genocida do Holodomor ignoram a existência de documentos que comprovam o caráter proposital da fatalidade. Relatórios oficiais do governo soviético em meados de 1932 já denunciavam a falta de alimentos e registros de subnutrição entre as famílias camponesas coletivizadas em diferentes regiões da URSS. A configuração da Grande Fome como um ato de genocídio ocorre quando mesmo sob uma grave crise alimentar, as cotas e os confiscos foram ampliados, sobretudo sobre os camponeses ucranianos (VASSYLENKO, p. 129-132, 2013).

Para Ribeiro (2010, p. 14), a instrumentalização da fome na Ucrânia como ato de genocídio ocorre a partir da percepção de Stalin sobre uma organização conspirativa formada por dirigentes nacionalistas ucranianos, que estariam pondo em risco o controle soviético sobre o território ucraniano, considerado vital para a manutenção da URSS. Dessa forma, tanto os dirigentes quanto os camponeses ucranianos deveriam ser combatidos.

Vassylenko (2013, p.133-134) elenca cinco evidências que caracterizam o Holodomor como ato de genocídio: (i) a decisão do governo em proibir os camponeses ucranianos de abandonarem a Ucrânia durante a Grande Fome; (ii) a repressão sistemática de dirigentes que questionavam os planos de coletivização forçada; (iii) as reservas de cereais estatais não terem sido utilizadas para socorrer os famintos na Ucrânia; (iv) a escassez de alimentos na Ucrânia ter sido agravada pela exportação de cereais e outros alimentos produzidos para o exterior; (v) a negação da fome na Ucrânia pelo governo stalinista, que recusava o auxílio de organizações estrangeiras não governamentais para atenuar a crise alimentar.

A contestação sobre o Holodomor ser considerado um ato de genocídio reside nos argumentos daqueles que alegam a falta de documentos que confirmem a intenção do governo soviético de levar ucranianos à morte por meio da fome em massa. Para Stark (2010), as medidas stalinistas que provocaram a fome na Ucrânia visavam eliminar não somente a resistência camponesa, mas também a memória cultural ucraniana por meio da fome.

O governo utilizava-se do episódio para culpabilizar e perseguir acadêmicos, linguistas e religiosos ucranianos por fomentarem a crise alimentar e a baixa produção de grãos. O fatídico evento também permitiu que os bolcheviques alinhassem o sistema educacional ucraniano ao sistema educacional russo e desmantelassem abruptamente a distinta agricultura tradicional ucraniana para atender aos moldes soviéticos de coletivização.

Em 2006, o parlamento ucraniano definiu o Holodomor como um ato de genocídio contra o seu povo. Grande parte da comunidade internacional reconheceu a Grande Fome ucraniana como tal mesmo sob tentativas russas de contradizer esse argumento (PLOKHY, p. 254, 2015). Embora sob controvérsias, há grande sustentação na literatura de que esse acontecimento tenha sido premeditado a partir de políticas provocadas por atores políticos e não por causas naturais, visto que a fome traumatizou a sociedade ucraniana de forma tão intensa que minimizou qualquer capacidade de resistência ao regime soviético por partes das gerações futuras.

Conclusão

O presente trabalho buscou demonstrar de que maneira o Holodomor foi utilizado como instrumento de contenção do nacionalismo ucraniano. Para isso, na primeira seção, realizamos uma digressão às recorrentes tentativas de composição de uma nação ucraniana, que foi fortemente constringida pelas políticas stalinistas, as quais resultaram em um episódio traumático para a história cultural e para o desenvolvimento do Estado ucraniano.

Assim, o que se observou na primeira seção é que a história ucraniana é fortemente influenciada pelos acontecimentos ligados aos impérios e países com os quais divide a fronteira. Essas interposições levaram ao desenvolvimento de diferentes visões sobre o desenvolvimento nacional. Ademais, a política de indigenização soviética potencializou o desenvolvimento de uma intelligentsia ucraniana nacionalista que, posteriormente, foi perseguida pelos temores de Stalin de uma possível ameaça à unidade da URSS.

Além disso, o período de liderança de Joseph Stalin na União Soviética foi caracterizado por transformações econômicas e sociais significativas. As políticas de coletivização e industrialização foram fundamentais para o desenvolvimento do país; porém, também causaram profundos impactos nas relações sociais e na formação da sociedade soviética. A União Soviética procurou construir uma outra modernidade, distante dos padrões ocidentais, o que levou a mudanças significativas na mobilidade espacial e social, incluindo migrações em massa, mudanças na educação e a formação de uma influente classe burocrática. No entanto, essas transformações também revelaram contradições em relação às condições reais da maioria da população soviética, assim como geraram consequências às diferentes repúblicas que compunham a URSS.

Contudo, mesmo que Stalin soubesse que a base do nacionalismo ucraniano residia no campo (e entre os camponeses), a coletivização de fazendas projetada pelo governo não tinha como intuito inicial desencadear a fome, mas sim acumular grandes reservas de cereais para financiar o projeto de industrialização da URSS e a expansão do Exército Vermelho. A fome, inicialmente, foi consequência das políticas desastrosas que exigiam o máximo dos camponeses e não recompensavam o mínimo. Entretanto, se tornou um ato de genocídio na medida em que o governo stalinista passou a apropriar-se do evento fatídico para perseguir não apenas os camponeses e dirigentes opositores, mas também a memória cultural da Ucrânia para ferir uma possível insurreição do nacionalismo ucraniano que, naquele período, se revelava latente.

Referências

DAY, Andrew Elam. *Building socialism: the politics of the Soviet cityscape in the Stalin era*. Columbia University, 1998.

- KOVTUN, Olena. (Não) resistir à transformação: o trabalho e a vida dos camponeses ucranianos. Estudo do holodomor de 1932-1933. *Revista Angolana de Sociologia*, n. 13, p. 129-142, 2014.
- KUBICEK, Paul. *The History of Ukraine*. Westport: Greenwood Press, 2008.
- PLOKHY, Serhii. *The gates of Europe: a history of Ukraine*. New York: Basic Books, 2015.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *As revoluções russas e o socialismo soviético*. Unesp, 2003.
- RIBEIRO, Luís Matos. Holodomor: o Genocídio Ucraniano. *Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos*, v. 2, 2010.
- STARK, Renate. Holodomor, Famine in Ukraine 1932-1933: A Crime against Humanity or Genocide? *Irish Journal of Applied Social Studies*, vol. 10, n. 1, art. 2, 2010.
- SUNY, Ronald Grigor. Ascensão e queda da União Soviética: o império de nações. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 77-98, 2008.
- TOLEDO, André de Paiva. Prosavana: instrumento de cooperação internacional (Norte)- Sul-Sul. In: SILVA, Karine de Souza; CASTRILLON, Carmen Otero Garcia (Orgs.). *III Encontro de Internacionalização do CONPEDI/Universidad Complutense de Madrid*. Madrid: Ediciones Laborum, 2015, vol. 16, p. 181-210.
- VASSYLENKO, Volodymyr. O Holodomor como Genocídio. Uma Avaliação Jurídica. In: *[Holodomor. A Desconhecida Tragédia Ucraniana (1932-1933)]*.
- ZABALA, Juan Pablo. Rusia y Ucrania: algunas claves históricas, identitarias y geopolíticas para entender la guerra. *Perspectivas: Revista de Ciencias Políticas y Jurídicas*, n. 7, 6 dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.ucafp.edu.ar/index.php/Perspectivas/article/view/249>. Acesso em: 21 jul. 2023.

O retorno do Lei e Justiça ao poder: uma análise da política externa polonesa para a União Europeia e a Rússia durante o primeiro governo de Andrzej Duda (2015-2020)

The return of Law and Justice to power: an analysis of Polish foreign policy towards the European Union and Russia during Andrzej Duda's first government (2015-2020)

DOI: <https://doi.org/10.62496/geseu.v1n1.004>

Bruna da Silva Mandu

Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, Brasil

bruna.manduu@gmail.com 

Resumo

A eleição de Andrzej Duda em 2015 marca o retorno do partido Lei e Justiça (PiS) ao governo da Polônia desde o acidente aéreo ocorrido às vésperas do memorial de 70 anos do Massacre de Katyn. Deste modo, partindo do questionamento de quais foram as contribuições do primeiro mandato de Andrzej Duda para a Política Externa polonesa, objetivando compreender sob que circunstâncias este ascendeu politicamente e quais foram os impactos do seu primeiro mandato na política externa polonesa para a União Europeia e a Rússia, o presente artigo parte da hipótese de que o início do governo de Duda marcou uma ruptura com a construção de uma política externa de cooperação e diálogo para com a União Europeia e a Rússia, assim como restabeleceu políticas nacionalistas e contrárias aos princípios da União Europeia, bem como representou um impasse para o diálogo entre o bloco europeu e a Rússia.

Palavras-chave: Polônia; Rússia; União Europeia; Andrzej Duda.

Abstract

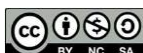
The election of Andrzej Duda in 2015 marks the return of the Law and Justice (PiS) party to the government of Poland since the plane crash that occurred on the eve of the 70th anniversary memorial of the Katyn Massacre. Thus, starting from the question of what were the contributions of Andrzej Duda's first term to Polish Foreign Policy, aiming to understand under what circumstances he rose politically and what were the impacts of his first term on Polish foreign policy for the European Union and Russia, this article starts from the hypothesis that the beginning of Duda's government marked a break with the construction of a foreign policy of cooperation and dialogue with the European Union and Russia, besides having re-established nationalist policies contrary to the principles of the European Union, as well as representing an impasse for dialogue between the European bloc and Russia.

Keywords: Poland; Russia; European Union; Andrzej Duda.

Recebido: 08 de março de 2023

Aceito: 22 de maio de 2023

Conflitos de interesse: não foram declarados quaisquer conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/) que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais e no caso de ser transformado ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

Devido à sua localização geográfica, ao longo do século XX, a Polónia foi permeada por ocupações em sua história, assim como pela imposição do interesse internacional sobre seus anseios nacionais, especialmente no que diz respeito aos períodos de emancipação e anexação do seu território no período entreguerras, durante o início da Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria (DAVIES, 2005). Deste modo, eventos deste período histórico marcaram por décadas as relações entre a Polónia e seus dois principais vizinhos: Rússia e Alemanha.

Dito isto, é importante ressaltar que a busca pela emancipação do Estado polonês, culminando em sua independência ao final da Guerra Fria e na sua busca por afastar-se do passado sob a égide soviética, ao se aproximar da Europa Ocidental, partiu da convergência do interesse de partidos e classes dirigentes nacionais em busca de um objetivo central (KACZYNSKI, 2019).

Desta forma, ao passar a fazer parte da União Europeia a partir de 2004, observa-se o encerramento deste período de convergência nacional e a construção de uma política externa direcionada para o interesse do partido governante, destacando-se o partido Lei e Justiça (PiS), nacionalista e conservador, e o partido Plataforma Cívica, com uma política externa interessada em priorizar a cooperação internacional e a inserção polonesa como um ator relevante para a União Europeia (KAROLEWSKI; WILGA, 2018).

Neste cenário, a chancelaria de Donald Tusk (Plataforma Cívica) entre 2007 e 2015 conquistou grandes avanços na abertura do diálogo com a Rússia, bem como na retomada das relações com a Alemanha, estabelecidas durante o período de transição e deterioradas a partir do governo dos gêmeos Kaczynski (Lei e Justiça), entre 2004 e 2007. Entretanto, por pressão interna e pela efervescência de conflitos internacionais, o governo de Tusk perde sua força, abrindo espaço para a ascensão de Andrzej Duda, em 2015.

Deste modo, sob o questionamento de quais foram as contribuições do primeiro mandato de Andrzej Duda para a política externa polonesa e com o objetivo de compreender sob quais circunstâncias Andrzej Duda ascendeu politicamente e quais foram os impactos do seu primeiro mandato na política externa polonesa para a União Europeia e a Rússia, o presente artigo parte da hipótese de que o início do governo de Duda marcou uma ruptura com a construção de uma política externa de cooperação e diálogo para com a União Europeia e a Rússia, assim como restabeleceu políticas nacionalistas e contrárias aos princípios da União Europeia, bem como representou um impasse para o diálogo entre o bloco europeu e a Rússia.

O Retorno do Lei e Justiça ao poder: do 70º aniversário do Massacre de Katyn à eleição de Andrzej Duda

A história compartilhada entre Polónia e Rússia é marcada primordialmente por grandes conflitos, especialmente no que se refere ao passado do século XX e à ocupação soviética. Neste aspecto, a aproximação entre ambos os Estados ao longo do século XXI é vista ora como aversão, ora como uma oportunidade de cooperação e aproximação dos interesses nacionais poloneses, a depender de qual partido detém o aparato governamental polonês.

Ao longo do governo Plataforma Cívica, entre 2007 e 2015, houve o esforço de cooperação em negociações de interesse da União Europeia com a Rússia, especialmente em relação à construção dos gasodutos Nord Stream (KAROLEWSKI, WILGA, 2018). Como efeito deste momento de cooperação internacional, a aproximação entre Polónia e Rússia passou de uma possibilidade irrisória a ações concretas, especialmente com a criação do Grupo de Reconciliação Histórica, responsável por coordenar esforços para a revisão da história compartilhada entre ambos os Estados (GASSER, 2022).

Consequentemente, na ocasião do 70º aniversário do massacre de Katyn, ocorrido durante a Segunda Guerra

Mundial e responsável pela morte de milhares de soldados poloneses, houve o consenso por parte do grupo de reconciliação em realizar um memorial público em ambos os países a fim de honrar as vítimas do massacre. Neste sentido, acordaram-se a celebração do memorial às vítimas da Guerra Russo-Polonesa de 1920 e do Massacre de Katyn em 1940, com o intuito de se lembrar o passado a fim de promover o respeito e o crescimento da cooperação interestatal (GASSER, 2022).

Dito isto, em fevereiro de 2010, houve o reconhecimento por parte da Rússia do envolvimento soviético e, sobretudo, da figura de Stalin, no assassinato de cerca de 22 mil oficiais poloneses realizado durante a Segunda Guerra Mundial, proferido pelo então presidente russo Dmitri Medvedev (RESENDE, 2014; GASSER, 2022). Ademais, houve a assinatura de protocolos de cooperação energética e parcerias comerciais, através dos quais a Rússia se comprometeria a aumentar o fornecimento de gás até 2035, o que era crucial para a Polônia, dado o significativo volume importado do país - cerca de 65% a 70% do consumo anual de gás é proveniente da Rússia (RESENDE, 2014).

Entretanto, embora a construção do memorial para o Massacre de Katyn tivesse por intuito a promoção de um momento de otimismo e aproximação historicamente nunca vista entre ambos os Estados, este também se tornou um desafio no âmbito doméstico polonês, especialmente pelos setores mais conservadores e nacionalistas do país: a partir do convite de Putin para que o primeiro ministro Donald Tusk (Plataforma Cívica) participasse da cerimônia em memória às vítimas de 1940, deu-se início a um período de tensões internas, especialmente enfatizadas pelo fato de que aquele gesto representava o primeiro momento na história da Polônia em que um primeiro-ministro era convidado a fazer parte de uma cerimônia relacionada ao Massacre de Katyn. Neste sentido, o então presidente Lech Kaczyński (Lei e Justiça) replicou abertamente o convite direcionado ao primeiro-ministro. Entretanto ele, como presidente e maior representação do governo polonês, também se faria presente na ocasião (GASSER, 2022, p. 48).

Com esta declaração, surgiu um conflito entre a presidência e o ministério das relações exteriores da Polônia, uma vez que:

[n]o final de fevereiro, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Piotr Paszkowski, comentou que, contra o protocolo, a Chancelaria do Presidente havia contornado o ministério ao informar diretamente à Embaixada da Rússia em Varsóvia para transmitir a mensagem de sua presença ao Presidente Dmitri Medvedev. [...] No início de março, a disputa parecia ter sido resolvida, com o chefe da Chancelaria do Presidente anunciando que o Ministério das Relações Exteriores havia pedido oficialmente ao presidente Kaczynski para presidir a delegação polonesa nas cerimônias de Katyn em 10 de abril (GASSER, 2022, p. 48-9).²¹

A fim de solucionar este conflito entre as representações, acordou-se que o primeiro-ministro Donald Tusk se reuniria com Vladimir Putin no dia 07 de abril, enquanto o presidente Lech Kaczyński participaria do memorial no dia 10 de abril (GASSER, 2022). A isto, Gasser (2022, p. 49) complementa:

Apesar do drama na Polônia entre os dois partidos políticos, a participação do primeiro-ministro e do presidente polaco nas cerimônias comemorativas do septuagésimo aniversário do massacre de Katyn, incluindo aquela a que assistiria o primeiro-ministro russo, foi um passo importante para a reconciliação na relação polaco-russa²²

Entretanto, em 10 de abril de 2010, enquanto dirigiam-se para o memorial do massacre, o presidente Lech

²¹ In late February, the spokesman for the Ministry of Foreign Affairs, Piotr Paszkowski, commented that, against protocol, the Chancellery of the President had bypassed the ministry by informing the Russian Embassy in Warsaw directly to transmit the message of his attendance to President Dmitri Medvedev. [...] By early March, the dispute appeared to have been quelled, with the head of the Chancellery of the President announcing that Ministry of Foreign Affairs had officially asked President Kaczynski to chair the Polish delegation to the Katy ceremonies on April 10 (GASSER, 2022, p. 48-9)

²² Despite the drama in Poland between the two political parties, the participation of the Polish prime minister and president in commemoration ceremonies on the seventieth anniversary of the Katyn massacre, including one which Russian prime minister would attend, was a major step towards reconciliation in the Polish-Russian relationship (GASSER, 2022, p. 49)

Kaczyński, sua esposa e outros noventa e quatro membros da elite dirigente polonesa sofreram um trágico acidente aéreo, considerado o pior desastre da nação desde a Segunda Guerra Mundial (AL JAZEERA, 2020). O acontecimento levou a intensos debates internos em relação ao governo do Plataforma Cívica, além de levantar debates acerca da aproximação de Tusk com o governo russo (RESENDE, 2014). De acordo com o jornal Al Jazeera (2020):²³

O choque do acidente uniu os poloneses. Todos os momentos de luto nacional foram televisionados: os caixões sendo repatriados, as expressões espontâneas de luto, os funerais de estado, a longa fila de pessoas esperando para prestar suas homenagens no palácio presidencial [e] “[a] unidade social seguiu, lembrando a que se seguiu à morte do Papa João Paulo II [que era polonês]”, disse Michal Luczewski, sociólogo da Universidade de Varsóvia.

Entretanto, ao passo em que se esperava um momento de unidade e solidariedade nacional decorrente do acontecimento, a conclusão das investigações de oficiais poloneses e russos concluíram que o acidente havia ocorrido por falha humana e, como efeito, Jarosław Kaczyński, gêmeo do falecido presidente, nunca aceitou o resultado das investigações, alegando que houve um assassinato (AL JAZEERA, 2020).

Com a aproximação das eleições gerais de 2010, o gêmeo de Lech Kaczyński pleiteou o cargo da presidência; entretanto, a sua derrota para o partido Plataforma Cívica e a manutenção da figura de Donald Tusk como representante da política externa polonesa deu início a uma campanha exigindo informações adicionais e questionando os relatórios sobre as causas do acidente fornecidos pelas autoridades russas (RESENDE, 2014), de modo a incitar a opinião pública a, gradativamente, questionar a manutenção do Plataforma Cívica no poder.

Dito isto, é importante salientar que o período entre 2008 e abril de 2010 aparentava ser promissor no tocante às relações entre Polônia e Rússia, especialmente pela questão da reconciliação histórica e do número de encontros promovidos entre o alto escalão de ambos os governos e as recentes possibilidades de abertura do diálogo e resolução dos conflitos (GASSER, 2022). Por isso, ao passo em que Jarosław Kaczyński e os demais membros do Lei e Justiça questionavam os procedimentos de investigação, o governo de Donald Tusk assumiu a postura de reconhecimento da responsabilidade da força aérea polonesa no acidente, o que levou ao aumento da pressão doméstica por esclarecimentos.

Em março de 2011, o ministro das Relações Exteriores polonês defendeu os esforços de melhorar as relações entre Polônia e Rússia assumidos por seu governo em resposta às insinuações do PiS de que a manutenção das relações entre Varsóvia e Moscou representava uma traição ao Estado polonês devido à má atuação russa na investigação e no esclarecimento das circunstâncias do desastre ocorrido (RESENDE, 2014).

Embora passasse internamente por um momento de efervescência decorrente dos desdobramentos do fatídico acontecimento, em maio de 2011 o alinhamento entre Alemanha e Polônia em relação à Rússia foi institucionalizado a partir do início das conversações em nível trilateral, com vista ao esforço de cooperação em relação às questões europeias em Kaliningrado. A reunião tinha por objetivo a consulta diplomática dos três Estados no contexto da relação entre Rússia, União Europeia e OTAN (RESENDE, 2014). Na ocasião, foram discutidas questões de segurança, especialmente sobre a defesa antimíssil, e a questão do comitê UE-Rússia de Política Externa e Segurança. O formato trilateral do diálogo evidenciou, de acordo com Resende (2014), fatores importantes: a relevância do envolvimento russo nas questões europeias e o compromisso alemão em dar abertura multilateral às relações com a Rússia.

Para a Polônia, entretanto, participar deste diálogo representava não apenas o estreitamento das relações com a Rússia, mas também a reconstituição da parceria germano-polonesa, estabelecida em seu momento de transição econômica e deteriorada ao longo do primeiro governo do Lei e Justiça (2004-2007). O restabelecimento da aliança entre

²³ The shock of the crash brought Poles together. Every moment of national grief was televised: the coffins being repatriated, the spontaneous expressions of mourning, the state funerals, the long queue of people waiting to pay their respects at the presidential palace [and] “Social unity followed, reminiscent of that following the death of Pope John Paul II [who was Polish],” said Michal Luczewski, a sociologist at the University of Warsaw. (AL JAZEERA, 2020)

O retorno do Lei e Justiça ao poder: uma análise da política externa polonesa para a União Europeia e a Rússia durante o primeiro governo de Andrzej Duda (2015–2020)

Polônia e Alemanha garantiu seu fortalecimento não apenas pela nova vitória do Plataforma Cívica nas eleições parlamentares contra Jarosław Kaczyński como também pela postura de alinhamento adotada pelo ministro das Relações Exteriores polonês, Radosław Sikorski, evidenciada pelo seu discurso, afirmando que receava menos o poder da Alemanha do que o começava a recear sua inatividade (RESENDE, 2014).

Ademais, o alinhamento referente aos interesses e à parceria com a Rússia implicaram na carta conjunta enviada em novembro de 2011 à Alta Representação de Política Externa da União Europeia recomendando uma revisão da postura adotada pelo bloco em relação à Rússia.

Dada a postura de alinhamento com a Alemanha e de defesa pelos interesses russos em decorrência dos tratados firmados, a Polônia passou a manter uma postura de proatividade em âmbitos multilaterais de defesa da conservação do diálogo entre instituições euro-atlânticas e a Rússia. Entretanto, a partir de 2012, o cenário toma novos rumos, especialmente pelo apoio polonês à parceria entre Ucrânia e OTAN, contestada pela Rússia. Além disso, a criação da parceria estratégica com o Leste Europeu e a inclusão da Ucrânia nesta agenda viria a agravar os desdobramentos entre os Estados (RESENDE, 2014).

O acirramento de tensões em nível multilateral, entretanto, não impediu a continuidade de negociações de interesse mútuo, como a suspensão de vistos entre o enclave de Kaliningrado e a Polônia, assinada em dezembro de 2011, assim como o crescimento de exportações de origem polonesa à Rússia, que atingiu seu pico em 2013 (SIDDI, 2018).

No âmbito interno, entretanto, a elite política liderada pelo principal partido da oposição, o PiS, mantinha os questionamentos acerca das investigações do acidente aéreo de Lech Kaczyński, considerando os resultados insatisfatórios e utilizando a política para a Rússia do Plataforma Cívica como um instrumento de disputa da opinião pública nacional (SIDDI, 2018), servindo de fator doméstico para a insatisfação nacional com o governo do Plataforma Cívica.

No âmbito multilateral, embora os anos de transição da Polônia e a orientação de política externa adotada pelo Estado tenham culminado na adesão à União Europeia em 2004, o papel polonês a partir da entrada na década de 2010 passou a ser assertivo em relação aos seus vizinhos do leste, especialmente a partir da construção de uma política externa de cooperação, do apoio às ambições de adesão à UE e da cooperação para o desenvolvimento atrelado à promoção da democracia e dos direitos humanos (RODRIGUES, 2013).

Dito isto, buscando ser uma espécie de porta-voz dos antigos Estados satélites da União Soviética dentro da União Europeia, a Polônia, em conjunto com a Suécia, apresentou a proposta da construção da Parceria Oriental (EaP) em dezembro de 2008 (BUSYGINA, 2018). No contexto,

[a] EaP tornou-se um novo instrumento de autoridade e a primeira tentativa da UE de propor uma agenda de convergência gradual apenas ao grande grupo de Estados pós-soviéticos (embora sem perspectivas de adesão plena), nomeadamente a Bielorrússia, a Ucrânia, a Moldávia, a Armênia, a Geórgia e o Azerbaijão. (BUSYGINA, 2018, p. 115)²⁴

Ressalte-se, também, que o momento histórico do lançamento da proposta da Parceria Oriental converge com a crise promovida pela Guerra Russo-Georgiana, ocorrida em 2008, em que a Polônia atuou ativamente em contraposição aos interesses russos. Nesta questão, é importante salientar que o ano de 2008 marcou um *turning point* na resposta russa à influência de atores externos em seu exterior próximo (SECRIERU; SAARI, 2019).

Em primeiro lugar, a guerra na Geórgia envolveu o primeiro uso massivo de força da Rússia na região em 20 anos. Ela removeu quaisquer inibições que a Rússia pudesse ter anteriormente sobre o uso da

²⁴ The EaP became a new authority instrument and the EU's first attempt to propose an agenda of gradual convergence only to the large group of post-Soviet states (though without the prospect of full membership), namely Belarus, Ukraine, Moldova, Armenia, Georgia and Azerbaijan. (BUSYGINA, 2018, p. 115)

O retorno do Lei e Justiça ao poder: uma análise da política externa polonesa para a União Europeia e a Rússia durante o primeiro governo de Andrzej Duda (2015–2020)

força em uma escala tão massiva e reduziu o limite para o uso da força tanto nas vizinhanças imediatas quanto distantes no futuro (SECRIERU; SAARI, 2019, p. 8)²⁵

Neste contexto, a União Europeia era vista, portanto, como uma força em oposição à postura agressiva russa, por meio das políticas de boa vizinhança e o fomento aos processos de democratização internos nos países-membros (BENTZEN; PRZETACZNIK, 2020). A Parceria Oriental, portanto, fundamentou-se principalmente no fato de que cada um dos Estados do Leste Europeu poderia escolher livremente seus níveis de ambição e objetivos almejados em relação ao diálogo e às negociações com a União Europeia (BUSYGINA, 2018), aspirando ao aprofundamento das relações entre o bloco europeu e os países-membros sob princípios da apropriação partilhada e da responsabilidade mútua (BUSYGINA, 2018; BENTZEN; PRZETACZNIK, 2020).

Enquanto, para a União Europeia, a promoção da parceria com os Estados a leste contribuía com as diretrizes de governança e influência externa – e, para os Estados-membros da EaP, a parceria era vista como uma oportunidade de desenvolvimento econômico e a criação de relações estratégicas (BENTZEN; PRZETACZNIK, 2020) –, para a Polónia, a iniciativa de criação da parceria e seu subsequente sucesso em abrir o diálogo com Estados ao leste, apesar dos desafios encontrados, consolidava o redirecionamento da política externa do país para com o bloco europeu, em contraposição aos anos anteriores (RODRIGUES, 2013).

Outro ponto a se destacar em relação ao interesse polonês pelo sucesso da Parceria Oriental está relacionado à carga histórica das relações com o antigo espaço soviético. Em relação a isto, Rodrigues (2013) ressalta:

a existência de uma relação estável entre a Polónia e o Ocidente viabilizou o desenvolvimento de uma nova visão para o Leste, mas cujos alicerces residem numa lógica histórica de sobrevivência do Estado polaco. Assim entendida, a segurança da Polónia requer necessariamente o estabelecimento de boas relações com a Federação Russa ou, pelo menos, a estabilidade da região. (RODRIGUES, 2013, p. 200)

Dentre os seis Estados membros da Parceria Oriental, o de maior relevância para a segurança nacional polonesa é a Ucrânia e, a partir do estabelecimento da EaP, tornou-se evidente a tentativa de Varsóvia em afastar Kiev da influência russa e aproximá-la da órbita europeia, uma vez que “apenas um Estado ucraniano estável, democrático e economicamente desenvolvido poderá proporcionar à Polónia a segurança que esta pretende para suas fronteiras orientais” (RODRIGUES, 2013, p. 200-1).

Neste aspecto, entretanto, a Parceria Oriental se apresentou como um fator de maior instabilidade para a questão ucraniana, em especial pelo acirramento das hostilidades russas em relação ao país, evidenciadas pela anexação da Crimeia em março de 2014 e os ataques de caráter híbrido, por meio de campanhas de desinformação e pressão econômica (BENTZEN; PRZETACZNIK, 2020).

Deste modo, muito embora a iniciativa do estabelecimento da Parceria Oriental tenha garantido à Polónia a consolidação de sua postura de cooperação com os interesses da União Europeia em abrir o diálogo com países não membros, os efeitos desta parceria implicaram em reações divergentes às almejadas, uma vez que, para a Rússia, resultaram em maior grau de desconfiança em relação às ações do bloco europeu e, de modo regional, em maior intervenção russa nas questões internas de seus países vizinhos:

[a]lém disso, enquanto a Rússia tentou principalmente manipular os conflitos existentes na região, depois de 2008, Moscou procurou desencadear novos pontos de conflito ou reviver disputas adormecidas por meios militares [...] [e] pela primeira vez desde a dissolução da União Soviética, a Rússia alterou as fronteiras nacionais na vizinhança por meios violentos. (SECRIERU; SAARI, 2019,

²⁵ Firstly, the war in Georgia involved Russia's first massive use of force in the region in 20 years. It removed any inhibitions that Russia may have previously had about using force on such a massive scale and lowered the threshold for the use of force in both the immediate and distant neighbourhoods in the future (SECRIERU; SAARI, 2019, p. 8)

O retorno do Lei e Justiça ao poder: uma análise da política externa polonesa para a União Europeia e a Rússia durante o primeiro governo de Andrzej Duda (2015–2020)

p. 8-9)²⁶

Dito isto, a Parceria Oriental ampliou o diálogo para os Estados-membros, ao mesmo tempo em que elevou também a desconfiança russa para com as atividades locais e seu ceticismo em relação aos interesses europeus.

Com isso, observa-se que, embora os primeiros anos da política externa de Donald Tusk tenham assegurado a confiabilidade polonesa dentro da União Europeia por meio do alinhamento estratégico com a Alemanha em assuntos pertinentes ao diálogo UE-Rússia (RESENDE, 2014; KAROLEWSKI, WILGA; 2018), assim como pela promoção da Parceria Oriental como um mecanismo com vistas a ampliar o diálogo europeu com seus vizinhos a leste, os resultados ao final do governo do Plataforma Cívica, em 2014, divergiram de suas projeções iniciais. Em complemento a esta questão, ressalta-se que o governo liderado por Tusk abriu oportunidades de negociações e reconciliação com a Rússia, não apenas no âmbito do diálogo dentro da União Europeia, mas também pela promoção do diálogo bilateral, destacado pelo suporte de ambos os governos à revisão de acontecimentos históricos e da retomada de negociações econômicas, evidentemente possibilitadas pela retirada do embargo russo aos produtos de origem animal poloneses (RESENDE, 2014).

Entretanto, ainda que o período entre 2007 e 2014 tenha trazido ares de oportunidade e uma visão positiva às relações russo-polonesas, o período também evidenciou os limites a este otimismo, especialmente a partir da Guerra Russo-Georgiana de 2008 e da veemente objeção polonesa às hostilidades de Moscou (LASAS, 2012), assim como do apoio polonês em relação à aproximação ucraniana das instituições da União Europeia (BUSYGINA, 2018). Ademais, no âmbito doméstico, a população polonesa se dividia entre o apoio e o rechaço ao governo de Donald Tusk e acerca da sua relação com a Rússia após o acidente com o antigo presidente Lech Kaczyński em abril de 2010, de modo que os últimos anos do governo de Donald Tusk levaram à ascensão do governo de Andrzej Duda pelo partido Lei e Justiça.

A visão da União Europeia sobre Andrzej Duda

Passando a ser considerada a economia de maior crescimento dentre os Estados ingressados no alargamento da União Europeia, em 2019 a economia polonesa foi considerada a mais rica de todos os tempos, e a diferença entre sua economia e a dos países mais ricos do mundo havia sido consideravelmente reduzida (KACZYNSKI, 2019). Ademais, embora as economias dos Estados anteriormente alinhados à União Soviética tenham sido consideradas “em transição”, as reformas econômicas implementadas pelo governo de transição, bem como a independência do Banco Central, demonstraram resultados promissores para o país no longo prazo, não apenas garantindo credibilidade para investidores internacionais, como também pelo investimento em infraestrutura e pela redução das taxas de desemprego, uma vez estas atingindo a marca de 20% em 2004, e 3,5% em 2018 (KACZYNSKI, 2019). Porém, embora economicamente estável, o Estado encontrava dificuldades em inovação tecnológica e ascensão no mercado de produtos de valor agregado (COMISSÃO EUROPEIA, 2015).

Além destes dois desafios econômicos, o principal ponto de atenção em relação ao Estado evidenciou-se pelo momento histórico vivido e as crises decorrentes da divergência entre os princípios da União Europeia e as políticas internas adotadas pelo novo governo polonês, eleito em 2015 após o declínio doméstico e internacional de seu predecessor.

Neste cenário, a partir da entrada na década de 2010, os desafios presentes no continente europeu partiam de um amplo campo: desde crises financeiras e taxas de desemprego alarmantes até percepções exageradas ou imaginárias, de acordo com Kaczynski (2019), especialmente referentes à questão dos refugiados, provenientes particularmente da África

²⁶ In addition, whereas Russia had mainly tried to manipulate existing conflicts in the region, after 2008 Moscow sought to spark new flashpoints or to revive dormant disputes by military means. [...] [and] for the first time since the dissolution of the Soviet Union, Russia altered national borders in the neighbourhood by violent means. (SECRIERU; SAARI, 2019, p. 8-9)

O retorno do Lei e Justiça ao poder: uma análise da política externa polonesa para a União Europeia e a Rússia durante o primeiro governo de Andrzej Duda (2015-2020)

e do Oriente Médio. Para além dos fatores econômicos e internacionais, o resultado das duas eleições ocorridas em 2015 esteve fortemente correlacionado a questões políticas internas e à percepção doméstica da inserção internacional polonesa. Neste sentido, Markowski (2017) evidencia que:

[em 2015,] [c]erca de 80% dos poloneses estavam satisfeitos com seus empregos e vidas em geral, bem como com sua situação familiar [...] mas permaneciam preocupados com a perspectiva política e com supostas ameaças à Polônia e ao modo de vida polonês, que emana de forças globais mais amplas. (MARKOWSKI, 2017, p. 5)²⁷

Entretanto, o descontentamento nacional com os partidos dirigentes partiu de uma campanha bem-sucedida por parte da oposição liderada por Jarosław Kaczyński em convencer a população de que a Polônia encontrava-se em ruínas, sob uma semissoberania atrelada às relações com a Rússia e Alemanha, implicando na caracterização do governo de Donald Tusk como traidor da nação polonesa (MARKOWSKI, 2017). No contexto desse novo governo, a Polônia passou por transformações políticas, levando ao questionamento do que havia acontecido com o país que se desenvolveu como nenhum outro nos vinte anos desde a queda da União Soviética e que, nos anos recentes, foi um dos principais atores dentro do Conselho Europeu, especialmente pela condução de sua presidência (KACZYNSKI, 2019).

A eleição de Andrzej Duda e a drástica mudança decorrente de seu governo veio em consonância com o ascendente discurso de Victor Orbán, na Hungria. Contrário aos princípios europeus, desde 2010, o presidente húngaro passou a realizar reformas internas na legislação do Estado, especialmente voltadas ao sistema judiciário, mídia e a proteção aos direitos das minorias. Como efeito, a Hungria passou a ser vista como um símbolo de questões controversas para a Comissão Europeia e, em 2015, Orbán adotou o discurso de que a questão migratória era uma ameaça à Europa, em oposição ao discurso defendido por Angela Merkel de que era uma questão humanitária e que deveria ser tratada como tal (KACZYNSKI, 2019).

Naquele mesmo ano, o partido polonês Lei e Justiça utilizou-se do discurso contrário às ondas migratórias, especialmente defendendo a unidade polonesa e recordando o senso de comunidade que levou à ascensão do Solidariedade nos anos 1980 (KACZYNSKI, 2019). Além da questão migratória, outro fator que levou ao retorno do partido Lei e Justiça ao governo foi a apatia política dos cidadãos poloneses, evidenciada pelo baixo número de votantes que compareceram às urnas (KINOWSKA-MAZARAKI, 2021), sob a percepção interna de que o governo anterior, liderado pelo partido Plataforma Cívica, havia governado para a Europa e não para os poloneses (KACZYNSKI, 2019).

A vitória do partido Lei e Justiça em ambas as eleições e a ascensão de Andrzej Duda à presidência implicaram na reformulação das políticas externa e doméstica, sem impasses internos entre presidente e primeiro-ministro, como ocorrido ao longo do governo de Lech Kaczyński e Donald Tusk. Deste modo, o novo governo levou a Polônia a inverter valores democráticos, contrariando não apenas os valores da União Europeia como também as suas aspirações anteriores como Estado (KINOWSKA-MAZARAKI, 2021).

Neste sentido, sob a chefia da primeira-ministra Beata Szydło, o país passou a realizar reformas radicais em diversas esferas da estrutura polonesa, como a redistribuição de políticas sociais, as reformas administrativas, na imprensa e na área jurídica, sendo esta o primeiro fator de embate entre a União Europeia e Varsóvia. Para Kinowska-Marazaki (2021), estas reformas vinham de encontro ao discurso defendido ao longo da campanha eleitoral do Lei e Justiça: de que a Polónia pós-1989 foi governada por uma falsa elite, que defendia os interesses internacionais e não se sustentava pelos valores cristãos, que eram a base da identidade polonesa.

Como efeito, o novo governo polonês encontrou-se em desacordo com o artigo 02 do Tratado da União Europeia,

²⁷ [in 2015,] Some 80 per cent of Poles were satisfied with their jobs and lives in general as well as with their household situation [...] but remained dissatisfied from a political perspective, distrusting elites, parties and parliamentarians, and expressing a preoccupation with alleged threats to Poland and the Polish way of life emanating from wider global forces. (MARKOWSKI, 2017, p. 5)

O retorno do Lei e Justiça ao poder: uma análise da política externa polonesa para a União Europeia e a Rússia durante o primeiro governo de Andrzej Duda (2015-2020)

ao que se prosseguiu as medidas predefinidas pelo artigo 07 do mesmo:

Artigo 2º. A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres.

[...]

Artigo 7º

1. Sob proposta fundamentada de um terço dos Estados-Membros, do Parlamento Europeu ou da Comissão Europeia, o Conselho, deliberando por maioria qualificada de quatro quintos dos seus membros, e após aprovação do Parlamento Europeu, pode verificar a existência de um risco manifesto de violação grave dos valores referidos no artigo 2º por parte de um Estado-Membro. Antes de proceder a essa constatação, o Conselho deve ouvir o Estado-Membro em questão e pode dirigir-lhe recomendações, deliberando segundo o mesmo processo. O Conselho verificará regularmente se continuam válidos os motivos que conduziram a essa constatação. (UNIÃO EUROPEIA, 1997, p. 5-7)

Ou seja, de acordo com o Tratado da União Europeia, a organização pode intervir de modo recomendatório em casos de aparente ameaça às instituições governamentais, como foi o caso da reforma judiciária polonesa. Após 2015, houve, por parte da Comunidade Europeia, questionamentos acerca da confiabilidade e da independência das instituições.

De acordo com Kaczynski (2019), a preocupação da Comissão Europeia em relação à Polônia incluía não apenas as intrínsecas questões entre a independência da instituição jurídica e a nomeação de membros do parlamento, como também o risco da falta de controle judicial de alto nível à luz das leis em vigor a partir do governo de Beata Szydło nas áreas de imprensa, administração pública e âmbitos correlatos.

O diálogo, entretanto, não rendeu grandes mudanças nas implementações polonesas. Ao contrário, Varsóvia defendia que as reformas eram legítimas e que havia desconhecimento das normas por parte da União Europeia, assim como incompetência e tentativas de intervenção nas questões domésticas do país (KACZYNSKI, 2019). A partir de então, as relações entre Polônia e União Europeia passaram a se agravar e, embora o governo de Szydło tivesse aberto espaço para o novo primeiro-ministro, Mateusz Morawiecki, pouco se alterou nas relações entre Varsóvia e a organização.

Neste período, a repercussão internacional insinuava que as medidas adotadas pelo governo do Lei e Justiça estavam voltadas ao próprio interesse do partido e este, por sinal, não se preocupava com o fato de serem inconstitucionais (CSAKY, 2018), bem como houve a intensificação das desconfianças da França e da Alemanha em relação ao país (KACZYNSKI, 2019).

Embora tanto a comunidade europeia quanto a mídia internacional demonstrassem descontentamento com o curso da política interna polonesa, os primeiros anos do governo Duda foram marcados pela mudança sistêmica no judiciário, não apenas pela mudança de leis, como também pela substituição e pela decisão sobre a redução da idade de aposentadoria dos juízes, implicando no afastamento de cerca de 100 magistrados (BBC, 2019; KACZYNSKI, 2019). Isto, conseqüentemente, determinava o fim da independência do poder judiciário e implicava na sua subordinação ao controle político (KINOWSKA-MAZARAKI, 2021).

Além da questão constitucional, outro fator de importante embate entre a União Europeia e a Polônia estava ligado aos alinhamentos adotados pelo governo em seus discursos voltados à “polonização” e à busca pela retomada do sentimento nacional dos anos 1980, representando a ascensão dos discursos da direita radical contra minorias (BUSTÍKOVA, 2018). Segundo a autora, este discurso:

encontra-se principalmente em países etnicamente homogêneos e caracteriza-se por uma mobilização baseada em questões socialmente conservadoras, contra as minorias sexuais e visando grupos sociais e minorias étnicas com habilidade e capacidade limitada de se organizar politicamente, incluindo gays e lésbicas. (BUŠŤÍKOVÁ, 2018, p. 2)²⁸

²⁸ is mostly found in ethnically homogeneous countries and is characterized by mobilization based on socially conservative issues, against sexual minorities, O retorno do Lei e Justiça ao poder: uma análise da política externa polonesa para a União Europeia e a Rússia durante o primeiro governo de Andrzej Duda (2015–2020)

Em consonância com esta busca pela “polonização” das instituições, a campanha eleitoral do PiS em 2015 e 2019 uniu-se ao discurso contra minorias, tornando-os inimigos públicos: em 2015, à luz da questão migratória na Europa, os inimigos públicos foram os refugiados muçulmanos, enquanto em 2019 a ideologia LGBTQIA+ passou a ser apontada como ameaça à identidade nacional polonesa e a seus interesses como Estado (KINOWSKA-MAZARAKI, 2021).

Como efeito, houve a sistemática substituição de classes dirigentes de instituições estatais, como a supracitada reforma da imprensa, assim como de instituições culturais e corpos estatais. Ademais, o fortalecimento de organizações de perfil conservador, afiliados à Igreja Católica e aos valores cristãos, passou a ser uma prerrogativa da política adotada pelo Lei e Justiça (KINOWSKA-MAZARAKI, 2021). Em consonância com estas atitudes, a narrativa do partido Lei e Justiça evidencia que os protestos são realizados por inimigos nacionais, que tentam ameaçar os interesses poloneses.

Na esteira destas afirmações, o partido evidencia que os nacionais poloneses são aqueles que apoiam os interesses do Estado – consequentemente, os interesses defendidos pelo PiS, e que apresentam pensamento conservador e valores tradicionais, especialmente atrelados ao catolicismo.

Tal definição de polonês “autêntico” exclui os opositores políticos do PiS da comunidade nacional. Essa política antagonista do PiS resultou em discriminação e deslocamento de cada vez mais grupos sociais. Por outro lado, resultou em crescente polarização política, maior resistência social e aumento da participação civil. (KINOWSKA-MAZARAKI, 2021, p. 2)²⁹

Neste aspecto, a partir da eleição de Andrzej Duda, é observado o distanciamento polonês dos princípios da União Europeia em decorrência da adoção de uma política de exclusão social por meio da discriminação de minorias e da privação aos direitos civis. De modo comparativo, este distanciamento representa um cisma nas relações entre o Estado centro-europeu e a organização, contrariando os princípios adotados durante a transição de governo nos anos 1990, bem como a busca pela aproximação aos valores da União Europeia. Ademais, reflete a retomada do sentimento nacionalista presente na história polonesa ao longo do século XX, o qual partia da exclusão de comunidades diversas em benefício da população polonesa – ou dos “nacionais legítimos”.

As Relações entre Polônia e Rússia durante o governo de Andrzej Duda

Com uma eleição marcada muito mais pelas questões políticas que econômicas, especialmente em decorrência das campanhas do partido PiS em questionar a legitimidade das investigações do desastre aéreo e da acusação a Tusk e de seu governo de serem traidores do Estado polonês (MARKOWSKI, 2017), a eleição do partido Lei e Justiça trouxe uma reformulação dos interesses em termos de política externa para a Polônia.

Como observado ao longo da história recente da Polônia, suas parcerias internacionais tendem a se modificar a depender das eleições domésticas e da orientação assumida pelo partido vencedor: sendo o Plataforma Cívica e o Lei e Justiça os dois mais proeminentes partidos, a orientação do primeiro tendeu, entre 2007 e 2014, a ser de reconciliação com a Rússia e de aproximação com as instituições multilaterais da União Europeia, enquanto a postura assumida pelo Lei e Justiça nos primeiros anos de adesão ao bloco demonstraram-se contrários aos princípios da Europa Ocidental, bem

and targeting social groups and ethnic minorities with limited ability and capacity to politically organize, including gays and lesbians. (BUSTÍKOVA, 2018, p. 2)

²⁹ Such definition of being “authentic” Pole excludes PiS’s political opponents from the national community. This antagonistic policy of the PiS resulted in discrimination and displacement of more and more social groups. On the other hand, it resulted in growing political polarization, wider social resistance and an increase in civil participation. (KINOWSKA-MAZARAKI, 2021, p. 2)

O retorno do Lei e Justiça ao poder: uma análise da política externa polonesa para a União Europeia e a Rússia durante o primeiro governo de Andrzej Duda (2015–2020)

como contrários ao debate com a Rússia (SIDDI, 2018).

Em relação à União Europeia, embora esta seja visto pelo governo do Lei e Justiça como um âmbito de projeção dos interesses poloneses, as manifestações da primeira-ministra Beata Szydło partiam de uma postura muito mais confrontante e ideológica do que se imaginava (VÉGH, 2018). Como agravante, houve também a deterioração das relações entre Polónia e Alemanha pois:

[u]ma vez no poder, para fins domésticos, o governo do PiS começou a reabrir questões dolorosas do passado historicamente maculado das relações bilaterais germano-polonesas, entre elas a questão das reparações de guerra, que levaram as relações bilaterais ao nível mais baixo desde a mudança de regime. Com Mateusz Morawiecki assumindo o cargo de chefe de governo em dezembro de 2017, as relações melhoraram um pouco, mas ainda estão longe do nível anterior a 2015 (VÉGH, 2018, p. 4).³⁰

Dado o contexto de regressão em relação aos avanços no âmbito diplomático, com a vitória do partido Lei e Justiça nas eleições de 2015, a reconciliação com a Rússia, que havia sido uma questão permanente ao longo do governo do Plataforma Cívica, deixou de ser considerada um assunto pertinente.

O novo governo declarou uma mudança substancial na política externa polonesa, subordinada ao slogan “Polónia não mais se ajoelhando”. Isso se referia à vontade de seguir uma política externa assertiva, defendendo os interesses nacionais poloneses, combinada com uma narrativa nacionalista. (SIDDI, 2018, p. 81)³¹

De acordo com Siddi (2018), a visão das relações internacionais por parte da Polónia foi dominada por questões geopolíticas e, devido às suspeitas carregadas pelo partido dirigente, as tentativas de se implementar uma relação pragmática entre Polónia e Rússia estiveram fora de cogitação, da mesma forma que as tentativas de cooperação bilateral, iniciadas ao longo do governo de Donald Tusk, foram suspensas.

Como exemplo desta mudança em relação às parcerias russo-polonesas, tem-se a suspensão do livre tráfego de pessoas entre os territórios poloneses e Kaliningrado, em 2016, sob o pretexto de risco relacionado à segurança nacional (RADIO POLAND, 2016; SIDDI, 2018). Domesticamente, a suspensão deste livre tráfego implicou em debates entre dirigentes de cidades fronteiriças:

Pawel Adamowicz, político do PO e prefeito da cidade de Gdańsk, argumentou que a suspensão tem claros efeitos adversos: “Para as regiões fronteiriças polonesas, manter tais restrições pode significar a perda de quase 75 milhões de euros por ano. E essa seria a menor das perdas. Com o levantamento do tráfego fronteiriço local perdemos todos algo muito valioso – os contatos mútuos, ainda tão frágeis depois de anos de alienação e da difícil herança do bloco pós-soviético” (SIDDI, 2018, p. 82)³²

A opinião de líderes de outros partidos também expunha que a decisão implicaria no aumento do desemprego na região da fronteira, uma vez que as taxas de desocupação se reduziram na região a partir da implementação do livre tráfego, além do risco de inviabilização da construção de melhores relações entre ambos os países por meio de interesses econômicos e do intercâmbio cultural promovidos pela fronteira (SIDDI, 2018).

A política externa polonesa para a Rússia entre 2014 e 2017 estabeleceu-se por meio de fatores interligados,

³⁰ Once entering into power, for the sake of domestic purposes, the PiS government started reopening painful issues from the historically tainted past of German-Polish bilateral relations, among them the question of war reparations, that pushed bilateral ties to their lowest since the regime change. With Mateusz Morawiecki taking over the position of head of government in December 2017, relations have somewhat improved, but they are still far from their pre-2015 level (VEGH, 2018, p. 4)

³¹ The new government declared a substantial change in Polish foreign policy, subsumed under the slogan “Poland rising from its knees”. This referred to the willingness to pursue an assertive foreign policy by defending Polish national interests, combined with a nationalist narrative. (SIDDI, 2018, p. 81)

³² Pawel Adamowicz, PO politician and mayor of the city of Gdańsk, argued that the suspension has clear adverse effects: “For the Polish border regions, maintaining such restrictions can mean the loss of nearly 75 million euros per year. And that would be the least of the losses. With the lifting of local border traffic we all lose something very valuable – mutual contacts, still so fragile after years of alienation and the difficult heritage of the post-Soviet bloc” (SIDDI, 2018, p. 82)

sendo eles a crescente política de intervenção em assuntos de países vizinhos por parte do Kremlin, a discrepância entre Polônia e os demais países da União Europeia em relação às tentativas de aproximação com a Rússia e o acidente de Smolensk como um assunto politicamente sensível para as relações bilaterais entre Polônia e Rússia (SIDDI, 2018). O desafio traçado a partir das movimentações intervencionistas do Kremlin concentra-se no fato das atividades militares russas terem se intensificado a partir de 2013 na fronteira com a Polônia e se intensificando em 2017 (GORDON; SCHMITT, 2017). Neste sentido, ao passo em que as forças armadas russas haviam atingido um nível de desempenho capaz de implementar operações militares em qualquer região da antiga União Soviética, a OTAN era vista como a única garantia em termos de segurança para a Polônia em uma possível confrontação com a Rússia (SIDDI, 2018).

Com isso, a concordância por parte da OTAN em fortalecer sua presença na fronteira polonesa com o envio de quatro batalhões para a Polônia e os Estados do báltico (RIEGERT, 2022) foi vista com bons olhos pelo presidente Andrzej Duda, o qual declarou que aquele era um momento histórico para a Polônia e seus cidadãos, que esperavam por gerações por esta movimentação por parte da Organização (POLÔNIA, 2017).

Para além das questões militares, outro fator de relevância nas relações entre Polônia e Rússia, e esta de forte importância também para a União Europeia, foram os debates acerca da construção do projeto Nord Stream 2. Neste caso, o debate era sustentado de modo acalorado, uma vez o projeto objetivando o transporte de gás russo pelo Mar Báltico em direção à Alemanha.

O projeto Nord Stream 2 é a continuação do projeto implementado em 2012 após a abertura do diálogo entre Alemanha, Rússia e Polônia. O projeto foi criado com vistas a satisfazer a crescente demanda energética da União Europeia em decorrência do declínio da utilização de carvão mineral e da busca por meios menos agressivos de consumo energético (BALCIUNIENE, 2018).

O principal argumento polonês em relação ao caso era de que o projeto minaria o princípio de solidariedade da União Energética ao ampliar a dependência Europeia dos mercados e dos recursos energéticos russos (BALCIUNIENE, 2018). A este caso, acrescenta-se a argumentação de que, por meio do apoio à construção do Nord Stream 2, a União Europeia estaria auxiliando um regime cujas agressões seriam solucionadas por meio de sanções, bem como viabilizando a utilização do gasoduto como um instrumento político para aspirações no âmbito internacional (SIDDI, 2018; BALCIUNIENE, 2018), implicando que o projeto, por sua vez, não tinha apenas projeções econômicas, mas também geopolíticas.

A esta questão, acrescenta-se o fato de que as negociações com a Rússia em relação à implementação do projeto Nord Stream 2 ocorriam simultaneamente às sanções implementadas em decorrência da anexação da Crimeia. Neste contexto, o primeiro-ministro afirmou que “a UE não pode continuar a oferecer apoio financeiro à Ucrânia, manter sanções contra a Rússia e apelar para uma União Energética resiliente e, ao mesmo tempo, colaborar no Nord Stream 2 com a Gazprom” (BALCIUNIENE, 2018, p. 27).³³ A isto, Siddi (2018, p. 85)³⁴ acrescenta: “[d]e acordo com o governo polonês, o Nord Stream 2 pode ser usado pelo Kremlin para manter o controle de sua vizinhança (particularmente a Ucrânia) no futuro”, uma vez adotada a lógica de que, mesmo sob embargos impostos em decorrência da anexação da Crimeia, pelo caráter de parceria energética estratégica, pouco poderia a União Europeia fazer em favor de Kiev.

Muito embora algumas diretrizes da política externa polonesa tenham sido alteradas ao longo da transição entre Plataforma Cívica e Lei e Justiça, a manutenção do apoio à aproximação da Ucrânia com a União Europeia seguiram em um fio de coerência, assim como é sustentada nos dias de hoje. Desta forma, desde 2014, o país permaneceu com o posto de um dos principais apoiadores às sanções aplicadas pela União Europeia à Rússia após a anexação da Crimeia e a

³³ the EU cannot continue to offer financial support to Ukraine, maintain sanctions against Russia and call for a resilient Energy Union while at the same time collaborating on Nord Stream 2 with Gazprom” (BALCIUNIENE, 2018, p. 27)

³⁴ “According to the Polish government, Nord Stream 2 can be used by the Kremlin to maintain control of its neighbourhood (particularly Ukraine) in the future.” (SIDDI, 2018, p. 85)

O retorno do Lei e Justiça ao poder: uma análise da política externa polonesa para a União Europeia e a Rússia durante o primeiro governo de Andrzej Duda (2015–2020)

desestabilização da região do Donbass (SIDDI, 2018).

A busca pela promoção dos interesses nacionais poloneses no âmbito da União Europeia foi visto pelos demais países com certo ceticismo, uma vez levantados questionamentos acerca da Polônia como um modelo bem-sucedido de transição democrática (SIDDI, 2018), especialmente em decorrência dos eventos envolvendo o âmbito judiciário e a liberdade de imprensa do país, assim como as crescentes manifestações contra comunidades LGBTQIA+ e políticas públicas voltadas a este grupo social, agravadas desde 2019 sob a premissa de que contrariam os valores cristãos tradicionais da sociedade polonesa. Por outro lado, é importante observar que a sociedade civil polonesa tem demonstrado crescente apoio à União Europeia, assim como maior confiança no bloco do que no próprio governo polonês. Dados de 2020 apontavam que 68% da população polonesa têm confiança na União Europeia, demonstrando um aumento de 11 pontos percentuais em relação a 2017 (TILLES, 2020). Ademais, em 2022, 89% dos entrevistados demonstraram-se favoráveis ao bloco europeu (POUSHTER et al., 2022).

Em relação a isto, é importante ressaltar que, embora haja uma crescente favorabilidade à União Europeia domesticamente, grande parte dos eleitores do partido Lei e Justiça demonstram-se críticos ao bloco:

A opinião polonesa sobre a UE também está subindo em características mais específicas. A grande maioria dos poloneses diz que a UE promove a paz, os valores democráticos e a prosperidade. Maiorias menores, mas ainda substanciais, dizem que a UE respeita os valores da Polônia (69%), entende as necessidades dos cidadãos poloneses (68%) e trata a Polônia de maneira justa (62%). [Entretanto] [...] os poloneses com visões favoráveis ao Lei e Justiça são mais críticos em relação à UE, principalmente nos itens que tratam do relacionamento da organização com a Polônia. Menos da metade dos apoiadores do PiS dizem que a UE trata a Polônia de maneira justa, respeita os valores da Polônia ou compreende as necessidades dos cidadãos poloneses (POUSHTER et. al, 2022)³⁵

A crescente confiança na organização segue acompanhada da desconfiança acerca do governo nacional, atingindo as marcas de 30,5% favoráveis em 2020 (TILLES, 2020) e 27,3% em 2021, tendo atingido a marca de penúltimo país em termos de confiança no governo nacional pela OCDE neste ano (WILCZEK, 2021). Somado a este fato, embora exista uma crescente aversão ao atual governo liderado por Andrzej Duda, a população polonesa tem se demonstrado aversiva também à Rússia e à aproximação de Varsóvia com Moscou, especialmente após o acirramento das tensões entre Rússia e Ucrânia a partir da anexação da Crimeia. Neste sentido,

As opiniões dos poloneses sobre a Rússia são mais críticas do que nunca, com quase todos os poloneses (97%) tendo uma visão desfavorável do país, incluindo 91% que têm uma visão muito desfavorável. [...] A desconfiança no presidente da Rússia também atingiu novos máximos. Quase todos os poloneses dizem ter pouca ou nenhuma confiança em Putin (97%), incluindo 94% que não têm nenhuma confiança. O grau de desconfiança também aumentou drasticamente desde 2019, quando quase um terço dos poloneses (31%) não confiava muito em Putin. (POUSHTER et. al, 2022)³⁶

No âmbito internacional, a contrariedade do Estado polonês em corroborar o princípio da solidariedade em relação aos demais Estado-membros no que se refere à questão do acolhimento de refugiados provenientes do Oriente Médio desde 2015 (EKBLÖM, 2019) implicou no distanciamento e na desconfiança dos demais países, minando a utilização da Polônia como um exemplo de europeização do Leste Europeu (SIDDI, 2018).

Neste sentido, é possível observar que há um descontentamento tanto nacional quanto internacional em relação

³⁵ Polish opinion of the EU is also climbing on more specific characteristics. Large majorities of Poles say the EU promotes peace, democratic values and prosperity. Smaller but still substantial majorities say the EU respects Poland's values (69%), understands the needs of Polish citizens (68%) and treats Poland fairly (62%). [However] [...] Poles with favorable views of Law and Justice are more critical of the EU, particularly on items that address the organization's relationship with Poland. Fewer than half of PiS supporters say the EU treats Poland fairly, respects Poland's values or understands the needs of Polish citizens (POUSHTER et. al, 2022)

³⁶ Polish views of Russia are more critical than ever, with nearly all Poles (97%) holding an unfavorable view of the country, including 91% who have a very unfavorable view. [...] Distrust in Russia's president has likewise reached new highs. Almost all Poles say they have little or no confidence in Putin (97%), including 94% who have no confidence at all. The degree of distrust has also increased dramatically since 2019, when nearly a third of Poles (31%) had not too much confidence in Putin. (POUSHTER et. al, 2022)

O retorno do Lei e Justiça ao poder: uma análise da política externa polonesa para a União Europeia e a Rússia durante o primeiro governo de Andrzej Duda (2015-2020)

às políticas adotadas pelo governo do Lei e Justiça a partir de sua eleição em 2015. Ademais, é importante salientar que, embora internacionalmente haja a desconfiança por parte dos países-membros da União Europeia em relação à Polônia, a reeleição do partido em 2020 resultou especialmente das políticas adotadas em relação à Rússia e mais da desconfiança por parte da população polonesa em relação ao vizinho ocidental do que em relação ao governo vigente.

Quanto à questão da política externa, observa-se que o governo do Lei e Justiça, sob a presidência de Andrzej Duda, assumiu uma postura semelhante à dos primeiros anos do partido no governo, entre 2005 e 2007, especialmente no que diz respeito à desconfiança em relação à Rússia e à contrariedade aos princípios da União Europeia. Dito isto, ressalta-se também o fato de que diretrizes assumidas pelo seu governo no âmbito doméstico refletiram-se negativamente nas relações dentro da União Europeia, assim como a questão do acidente em Smolensk em 2010 agiu como um fator catalisador para a eleição do partido em 2015, dada a instrumentalização deste para fins políticos.

Considerações finais

Como observado, a política externa polonesa durante as duas primeiras décadas do século XXI esteve fortemente atrelada à orientação política adotada pelos seus governantes, ora demonstrando-se mais cooperativa, sob o governo do partido Plataforma Cívica, ora mais conservadora e nacionalista, com o governo do Lei e Justiça. Neste sentido, a compreensão acerca dos impactos do primeiro governo de Andrzej Duda na política externa polonesa partiu inicialmente da demarcação do período de declínio da influência do primeiro-ministro Donald Tusk, bem como da compreensão de quais foram os pontos de regressão em termos de avanço da agenda da política externa polonesa.

Dito isto, é importante salientar que o pleito pela retomada da presidência polonesa por parte do partido Lei e Justiça iniciou-se com o acidente aéreo às vésperas do memorial do 70º aniversário do Massacre de Katyn, sendo o principal representante do partido o irmão gêmeo do então presidente Lech Kaczyński. A partir de sua derrota, observa-se o início de uma campanha contra as políticas de cooperação e diálogo internacional de Donald Tusk, bem como a tentativa de resgate de elementos nacionais como símbolos da unidade polonesa.

Na esteira desta crise doméstica, observa-se também a insustentabilidade das políticas de Donald Tusk no âmbito da União Europeia, demonstradas pela falha tentativa de se tornar um porta-voz dos Estados do Leste Europeu a partir da criação da Parceria Oriental. Isto posto, evidencia-se que a parceria garantiu resultados ambíguos, ao observar-se que, embora representasse o interesse de aproximação da União Europeia com o Leste Europeu, também elevou as tensões em termos de segurança internacional no território, especialmente pela aversão por parte da Rússia a este movimento.

Com isso, a eleição de Andrzej Duda se consolida em 2015 a partir da vitória do partido Lei e Justiça tanto nas eleições parlamentares quanto presidenciais, inaugurando uma política externa contrária aos princípios da União Europeia e elevando a desconfiança em relação à Rússia dado o cenário conflituoso a partir da anexação da Crimeia em 2014 e os acontecimentos durante as celebrações do Memorial de Katyn. Desta forma, verifica-se a hipótese inicial de que a Polônia do primeiro governo Duda retomou sua desconfiança em relação à Rússia e representou um impasse para a continuidade no diálogo entre o país e a União Europeia. Ademais, observou-se o distanciamento polonês das diretrizes estabelecidas pelo governo anterior, bem como dos princípios e valores acordados para sua entrada na União Europeia em 2004.

Referências

AL JAZEERA. Smolensk: A decade since the air disaster that shook Poland. Al Jazeera, 10 abr. 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/4/10/smolensk-a-decade-since-the-air-disaster-that-shook-poland>. Acesso em: 03 dez. 2022.

BALCIUNIENE, D. Nord Stream 2 project debate in light of the three pillars of the EU energy policy: security of supply, competitiveness and sustainability. Uppsala: Uppsala University Published at Department of Earth Sciences, 2018.

BBC. Retirement age: Poland broke EU law with ruling on judges. BBC, 05 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-50302102>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BENTZEN, N.; PRZETACZNIK, J. Eastern Partnership 3.0: Principles, Priorities and Prospects. Brussels: European Union: EPRS - European Parliament Research Service, 2020.

BUSYGINA, I. Russia– EU Relations and the Common Neighborhood: Coercion vs. Authority. Oxon: Routledge, 2018.

BUŠTÍKOVÁ, L. The Radical Right in Eastern Europe. In: Rydgren, J. (ed). The Oxford Handbook of the Radical Right. Oxford Handbooks, 5 fev. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190274559.001.0001>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

COMISSÃO EUROPEIA. Commission Staff Work Document: Country Report Poland 2015. Brussels: European Commission, 2015.

CSAKY, Z. It's time to play hardball with Poland. Foreign Policy, 14 mar. 2018. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2018/03/14/its-time-to-play-hardball-with-poland/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

DAVIES, N. God's Playground: A History of Poland - Vol. II: 1795 to the present. New York: Columbia University Press, 2005.

EKBLOM, J. Poland, Hungary broke EU laws by refusing to host migrants: court adviser. REUTERS, 31 out. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-europe-migration-court-idUSKBN1XA1S5>. Acesso em: 04 dez. 2022.

GASSER, K. A. Barriers and Breakthroughs: The Polish-Russian Group on Difficult Matters and Its Attempt at Historical Reconciliation 2002-2015. United States: University of Virginia, 2022.

GORDON, M.; SCHMITT, E. Russia's Military Drills Near NATO Border Raise Fears of Aggression. The New York Times, 31 jul. 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/07/31/world/europe/russia-military-exercise-zapad-west.html>. Acesso em: 03 dez. 2022.

KACZYNSKI, M. Poland in Europe: disappointment or merely hiccup? Working Paper 3/2019. Madrid: Elcano Royal Institute, 2019.

KAROLEWSKI, I. P.; WILGA M. Poland and the European Union. Oxford Research Encyclopedia of Politics, fev. 2018. Disponível em: <https://oxfordre.com/politics/>. Acesso em: maio 2022. DOI: 10.1093/acrefore/9780190228637.013.258.

KINOWSKA-MAZARAKI, Z. The Polish Paradox: From a Fight for Democracy to the Political Radicalization and Social Exclusion. Social Sciences 10: 112, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/socsci10030112>. Acesso em: 01 out. 2022.

LASAS, A. When History Matters: Baltic and Polish Reactions to the Russo-Georgian War. Europe-Asia Studies, 64, no. 6, 2012, p. 1061–75. doi:10.1080/09668136.2012.691724.

MARKOWSKI, R. Transformation Experiences in Central and Eastern Europe: The Case of Poland in Comparative Perspective. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2017.

POLÔNIA - President. President Andrzej Duda welcomes NATO troops. President.pl, 13 abr. 2017. Disponível em: <https://www.president.pl/news/president-andrzej-duda-welcomes-nato-troops,36366>. Acesso em: 03 dez. 2022.

POUSHTER, J.; HUANG, C.; CLANCY, L. Spotlight on Poland: Negative Views of Russia Surge but ratings for US, NATO, EU improve. Pew Research Center, 22 jun. 2022. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/2022/06/22/spotlight-on-poland-negative-views-of-russia-surge-but-ratings-for-u-s-nato-eu-improve/>. Acesso em: 03 dez. 2022.

RADIO POLAND. Local border traffic between Poland and Russia remain suspended. RADIO POLAND, 15 set. 2016. Disponível em: <http://archiwum.thenews.pl/1/10/Artykul/271016,Local-border->. Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

RESENDE, M. M. As Relações entre a Polónia e a Rússia: 1980 - 2011. In: Daehnhardt, P.; Freire, M. R. (coord.). A Política Externa Russa no espaço Euro-Atlântico: Dinâmicas de Cooperação e Competição num espaço Alargado. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. Doi: 10.14195/978-989-26-0712-2_6.

RODRIGUES, D. M. A Polónia e a periferia oriental da Europa: continuidade ou rutura na política externa de Varsóvia. e-cadernos CES [Online], 19 | 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1606>. Acesso em: 01 jun. 2013.

SECRIERU, S.; SAARI, S. The Eastern Partnership: A decade on. Chaillot Paper/153 - July, 2019. Paris: European Union Institute for Security Studies, 2019.

SIDDI, M. EU MEMBER STATES AND RUSSIA: National and European debates in an evolving international environment. FIIA Report - March, 2018. Helsinki: Finnish Institute of International Affairs, 2018.

TILLES, D. Poles trust EU the most and government the least among institutions, finds poll. Notes From Poland, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://notesfrompoland.com/2020/01/30/poles-trust-eu-the-most-and-government-the-least-among-institutions-finds-poll/>. Acesso em: 03 dez. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. TREATY ON EUROPEAN UNION (CONSOLIDATED VERSION 1997). União Europeia. Disponível em: http://data.europa.eu/eli/treaty/teu_1997/oj. Acesso em: 07 nov. 2022.

VÉGH, Z. From Pro-European Alliance to Eurosceptic Protest Group? The case of the Visegrad Group. SIEPS – 2018: 7epa. Sweden: Swedish Institute for European Policy Studies, jun. 2018.

WILCZEK, M. Poland records second lowest trust in government in OECD. Notes from Poland, 16 jun. 2021. Disponível em: <https://notesfrompoland.com/2021/06/16/poland-records-second-lowest-trust-in-government-in-oecd/>. Acesso em: 03 dez. 2022.

Normas de submissão

Diretrizes para autores

1. A revista veicula artigos, resenhas e análises conjunturais.
2. Os artigos científicos devem se limitar a 60 mil caracteres (contando espaços e notas de rodapé), as resenhas bibliográficas devem ter um máximo de 5 mil caracteres (também incluindo espaços e notas de rodapé) e as análises conjunturais devem possuir de 13 mil a 18 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé).
3. As notas de rodapé devem ser utilizadas primordialmente para fornecer informações adicionais ao corpo principal do texto.
4. O manuscrito deve ser formatado na fonte Times New Roman, tamanho 12 e com espaçamento 1,5.
5. A referência bibliográfica deve aderir às normas atuais da ABNT, usando o sistema Autor-Data (Autor, ano, página), ao estilo APA ou ao estilo Chicago. As referências completas das obras citadas devem aparecer ao final do artigo (não em notas de rodapé), contendo unicamente as fontes efetivamente utilizadas.
6. Os trabalhos submetidos devem ser originais e podem ser redigidos em português, espanhol ou inglês.
7. Os trabalhos devem incluir o nome completo de quem os escreveu, sua titulação máxima, afiliação institucional (com nome por extenso da entidade), quando houver, e e-mail para contato.
8. Aceita-se um máximo de quatro autores/as por artigo.
9. Para as resenhas bibliográficas, é necessário informar os detalhes completos e o ISBN do livro resenhado.
10. Os manuscritos devem ser acompanhados de um título, de três a cinco palavras-chave e um resumo de 100 a 300 palavras.
11. O primeiro autor deve possuir, no mínimo, o grau de graduado, admitindo-se coautores graduandos caso o primeiro autor atenda à qualificação mínima exigida.

Condições para Submissão

Todas as contribuições devem cumprir os requisitos listados a seguir.

1. A submissão deve ser feita exclusivamente através do endereço <https://www.geseu.org/reseu>.
2. A submissão deve ser uma contribuição original e inédita, não estando sob avaliação para publicação por nenhuma outra revista; caso contrário, isso precisa ser justificado em "Comentários ao editor".
3. O arquivo submetido deve estar em formato compatível com Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
4. O texto precisa estar de acordo com os padrões de estilo e os requisitos bibliográficos determinados pelas normas técnicas. Se houver inadequação, o artigo será retornado para ajustes e deverá ser reenviado.
5. As tabelas e figuras devem estar integradas ao texto e não anexadas ao final do documento.
6. A revista segue um processo de avaliação por pares em duplo cego, escolhendo dois avaliadores especializados para cada artigo, tendo em vista sua formação acadêmica, área de especialização, produção científica pertinente ao tema do artigo, isenção de conflitos de interesse e diversidade institucional.

Declaração de Direito Autoral

Os/As autores/as preservam os direitos intelectuais dos textos publicados, mantendo os direitos de publicação dos mesmos.